

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

MARÍLIA ALVES CHAVES SILVEIRA

A ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM SÃO MATEUS/ES: HISTÓRIA E
ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO ROBERTO ARNIZAUT
SILVARES (1930 A 1945)

VITÓRIA

2023

MARÍLIA ALVES CHAVES SILVEIRA

**A ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM SÃO MATEUS/ES: HISTÓRIA E ATUAÇÃO
DO FARMACÊUTICO ROBERTO ARNIZAUT SILVARES (1930 A 1945)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.

VITÓRIA

2023

MARÍLIA ALVES CHAVES SILVEIRA

**A ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM SÃO MATEUS/ES: HISTÓRIA E ATUAÇÃO
DO FARMACÊUTICO ROBERTO ARNIZAUT SILVARES (1930 A 1945)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Vitória, 2023.

Data de aprovação: 06 de novembro de 2023.

Professor Sebastião Pimentel Franco
Orientador
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Patrícia Maria da Silva Merlo
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Luana Frigulha Guisso
Centro Universitário Vale do Cricaré

Professora Doutora Sônia Maria da Costa Barreto
Centro Universitário Vale do Cricaré

André Luís Lima Nogueira
Centro Universitário Vale do Cricaré
Estatutário do Fundação de Apoio à Escola
Técnica e da Universidade Federal de Uberlândia

Maria Cristina Dadalto
Universidade Federal do Espírito Santo

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S587a SILVEIRA, MARÍLIA ALVES CHAVES, 1987-
A ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM SÃO MATEUS/ES: HISTÓRIA
E ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO ROBERTO ARNIZAUT
SILVARES (1930 A 1945) / MARÍLIA ALVES CHAVES
SILVEIRA. - 2023.
196 f. : il.

Orientador: Sebastião Pimentel Franco.
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ciências farmacêuticas.. 2. Farmacêuticos. 3. Brasil
História. 4. São Mateus. 5. História Política. 6. Assistência à saúde.
I. Franco, Sebastião Pimentel. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 93/99

A função do historiador é fazer lembrar aquilo que
a sociedade quer esquecer.

Peter Burke

Dedico essa tese à minha família, pois em vocês encontrei apoio incondicional nos momentos felizes e nos desafios, vocês são meu exemplo e minha força diária para prosseguir. Dedico também essa tese a todos e todas que acreditam na educação, pois a educação, pode tornar a sociedade um lugar melhor e cheio de esperança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me oportunizou por Sua infinita misericórdia, o privilégio de cursar o Doutorado na Universidade Federal do Espírito Santo e durante todos esses anos, sustentou a mim e a minha família com saúde e fé. Aos meus filhos Marjoly e João Marcos, que com muita, paciência, alegria e amor, foram a minha força para concluir esse projeto. Aos meus pais João Batista e Marcília, vocês são meu exemplo e inspiração. Ao esposo Josemar, agradeço todo o incentivo e parceria em todas as horas. Enfim, a minha família, agradeço pela confiança, motivação e apoio incondicional em todos os momentos. Essa conquista é nossa!

Aos meus avós in memoriam, Santos Rodrigues Chaves, José Rocha Alves dos Reis, Onófria Alves dos Reis, eu amo vocês. Quantas vezes a casa de vocês foi meu suporte para as leituras, para os estudos. Sinto falta de vocês todos os dias, a vocês minha gratidão.

Ao meu orientador professor Doutor Sebastião Pimentel Franco, pelos ensinamentos e condução de excelência, agradeço a Deus todos os dias pela oportunidade aprender com você e pelo privilégio de ter sido orientada por um profissional tão brilhante e competente, você não apenas me conduziu em todos os momentos na construção da tese, você acreditou em mim, corrigindo, motivando e me incentivando sempre. Professor Sebastião, você é um grande exemplo em minha vida profissional.

À professora doutora Sônia Maria da Costa Barreto, uma professora exemplar e sábia, que incentiva pessoas, você me encorajou a prosseguir e contribuiu para

aprofundar minha formação, nos momentos difíceis, você sempre me apoiou e acreditou que eu conseguiria.

À professora doutora Luana Frigulha Guisso, pela paciência, pelas oportunidades e trocas de saberes, além de me acompanhar e também acreditar em mim, muito obrigada pelos conhecimentos que compartilhou comigo.

À professora doutora Patrícia Maria da Silva Merlo, sempre irreverente, autêntica, você é uma grande mulher, uma excelente pesquisadora, suas aulas foram fantásticas, você verdadeiramente percebe cada aluno e o torna singular, muito obrigada por acreditar em mim.

Aos profissionais e professores do PPGHIS por acreditarem no potencial dos pesquisadores e por trabalharem cotidianamente com responsabilidade, ética e sobretudo com a moral pelo que fazem.

À Rede Municipal de Educação de São Mateus, quero dizer que sempre estarei à disposição para trabalhar e contribuir para o crescimento de nossa educação e conseqüentemente de nossa cidade.

A todos os estudantes, os colaboradores, colegas de trabalho e demais pessoas, que de alguma forma contribuíram para que eu realizasse esse projeto, tão relevante para minha vida profissional, minha gratidão.

RESUMO

Elegemos como objeto de estudo a trajetória do farmacêutico e político Roberto Arnizaut Silves, na cidade de São Mateus-ES. Roberto seguiu o caminho de seu pai se tornando farmacêutico prático trabalhando no estabelecimento da família até abrir seu próprio que levava seu nome. Devemos ressaltar que as farmácias também atuavam como consultório médico atendendo em caso de primeiros socorros, pequenas cirurgias e até amputações, ou seja, os donos desses estabelecimentos acumulavam bastante capital simbólico frente a necessidade da população. Nesse aspecto, a luz do conceito de poder simbólico do sociólogo Pierre Bourdieu (1998), o capital simbólico, é aquele construído por gerações anteriores, ao longo da história, e que ganha espaço enquanto estratégias dominadas pelos agentes que detêm o controle do campo. Esse capital simbólico conferiu a Roberto influência suficiente para obter sucesso no campo político. Assim, foi eleito deputado Estadual entre 1947 e 1950, prefeito de São Mateus por dois mandatos, de 1955 a 1959 e de 1963 a 1967, e vereador entre 1959 e 1963. Nesse diapasão, contamos ainda como referências os apontamentos de Sabina Loriga (1998) e Avelar (2010) para o mapeamento de trajetórias. Diante o exposto, pretendemos traçar a trajetória de Roberto Silves, assim como, aferir em que medida a atuação farmacêutica de sua família influenciou no sucesso de sua vida política. Para mais, buscamos avaliar as medidas assistencialistas de Roberto Silves na região de São Mateus-ES.

Palavras-chave: História das Doenças; Políticas Públicas, Saúde Pública; São Mateus-ES; Roberto Arnizaut Silves.

ABSTRACT

We chose as our object of study the trajectory of the pharmacist and politician Roberto Arnizaut Silveiras, in the city of São Mateus-ES. Roberto followed his father's path by becoming a practical pharmacist working in the family establishment until he opened his own that bore his name. We should emphasize that pharmacies also acted as medical offices, serving in cases of first aid, minor surgeries and even amputations, that is, the owners of these establishments accumulated a lot of symbolic capital in front of the population's need. In this aspect, in the light of the concept of symbolic power of the sociologist Pierre Bourdieu (1998), symbolic capital is that built by previous generations, throughout history, and that gains space as strategies dominated by the agents who have control of the field. This symbolic capital gave Roberto enough influence to succeed in the political field. Thus, he was elected State Deputy between 1947 and 1950, mayor of São Mateus for two terms, from 1955 to 1959 and from 1963 to 1967, and councilor between 1959 and 1963. In this range, we still have as references the notes of Sabina Loriga (1998) and Avelar (2010) for mapping trajectories. Given the above, we intend to trace Roberto Silveiras' trajectory, as well as assess to what extent his family's pharmaceutical performance influenced the success of his political life. Furthermore, we seek to evaluate our character's welfare measures in the region of São Mateus-ES.

Keywords: History of Diseases; Public Policies, Public Health; São Mateus-ES; Roberto Arnizaut Silveiras.

RESUMEN

Traducimos al español "Elegimos como objeto de estudio la trayectoria del farmacéutico y político Roberto Arnizaut Silvares, en la ciudad de São Mateus-ES. Roberto siguió el camino de su padre convirtiéndose en farmacéutico práctico trabajando en el establecimiento de la familia hasta abrir el suyo propio que llevaba su nombre. Debemos resaltar que las farmacias también actuaban como consultorio médico atendiendo en caso de primeros auxilios, pequeñas cirugías e incluso amputaciones, es decir, los dueños de estos establecimientos acumulaban bastante capital simbólico frente a la necesidad de la población. En este aspecto, a la luz del concepto de poder simbólico del sociólogo Pierre Bourdieu (1998), el capital simbólico, es aquel construido por generaciones anteriores, a lo largo de la historia, y que gana espacio mientras estrategias dominadas por los agentes que tienen el control del campo. Este capital simbólico le confirió a Roberto influencia suficiente para obtener éxito en el campo político. Así, fue elegido diputado Estatal entre 1947 y 1950, alcalde de São Mateus por dos mandatos, de 1955 a 1959 y de 1963 a 1967, y concejal entre 1959 y 1963. En este sentido, contamos también como referencias las observaciones de Sabina Loriga (1998) y Avelar (2010) para el mapeo de trayectorias. Ante lo expuesto, pretendemos trazar la trayectoria de Roberto Silvares, así como, medir en qué medida la actuación farmacéutica de su familia influyó en el éxito de su vida política. Además, buscamos evaluar las medidas asistencialistas de nuestro personaje en la región de São Mateus-ES.

Palabras clave: Historia de las Enfermedades; Políticas Públicas, Salud Pública; São Mateus-ES; Roberto Arnizaut Silvares.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Região de São Mateus na década de 1880.....	107
Figura 2: Igreja Matriz de São Mateus (19??).....	122
Figura 3: Américo Silves.....	137
Figura 4: Farmácia Aguirre, 1870.....	138
Figura 5: Nota de falecimento de Américo na Gazeta da Pharmácia em 1952.....	142
Figura 6: Vidros laváveis e utilizados para a manipulação dos remédios.....	142
Figura 7: Foto da pesquisadora, Livro de Finanças da Farmácia.....	143
Figura 8: Utensílios médicos utilizados por Roberto Arnizaut Silves.....	144
Figura 9: Propaganda da farmácia de Roberto Arnizaut Silves.....	144
Figura 10: Ata de 1955.....	145
Figura 8: Ladeira de São Benedito com a Farmácia Roberto Arzinaut Silves e a Pensão Nardoto, 19??.....	132
Figura 9: Farmácia Roberto Arzinaut Silves atualmente.....	133
Figura 10: Diploma de farmacêutico de Roberto Arzinaut Silves.....	146
Figura 11: Livro de finanças da Farmácia Roberto Arzinaut Silves.....	136
Figura 12: Anúncio de inauguração da Farmácia Roberto Arzinaut Silves na Gazeta da Pharmácia, 1937.....	147
Figura 13: Ladeira de São Benedito com a Farmácia Roberto Arzinaut Silves (lado esquerdo) e a Pensão Nardoto (lado direito), 19??.....	148

Figura 14: Farmácia Roberto Arzinaut Silves atualmente.....	148
Figura 15: Livro de finanças da Farmácia Roberto Arzinaut Silves.....	151
Figura 17: Prontuário médico produzido por Roberto Silves.....	152
Figura 18: Segunda edição da Gazeta da Pharmácia em que o sindicato discute sobre os apontamentos que o sindicato dos médicos fizeram em relação a regulamentação do ofício farmacêutico.....	153
Figura 19: Publicação de Roberto Arzinaut Silves.....	155
Figura 20: Ata da sessão 401, 29 de janeiro de 1963.....	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação entre unidades escolares, matrículas e frequência nos primeiros anos da Era Vargas no ES.....	81
Tabela 2: Dados de saúde pública no ES entre 1931 e 1939.....	86
Tabela 3: Dados do serviço de saúde no Dispensário Antônio Fontes em Vitória de 1935 a 1940.....	88
Tabela 4: Dados de Vacinação B.C.G em 1936, Vitória-ES.....	88
Tabela 5: Dados de atendimento ambulatorial entre julho de 1935 a dezembro de 1939.....	93
Tabela 6: Dados de atendimento no Hospital Infantil desde sua abertura em 1936 até dezembro de 1939.....	93
Tabela 7: Dados de investimento no Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas em Vitória (1935-1939).....	95
Tabela 8: Investimento do Governo Federal no campo da saúde no ES (1935-1939).....	96
Tabela 9: Registros Paroquiais de terras do Espírito Santo por municípios em 1862.....	105

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo I - A Era Vargas (1930-1945): antecedentes e conjunturas	21
1.1. Do Golpe Republicano ao Golpe de 30: os antecedentes da Era Vargas	21
1.2. O estabelecimento do Governo Vargas	35
Capítulo II - O Espírito Santo na Era Vargas e o estabelecimento das Políticas Públicas.....	60
2.1. A Saúde Pública no governo Vargas	60
2.2. O Espírito Santo no período varguista	72
2.3. Reflexos das políticas públicas no Espírito Santo.....	78
Capítulo III - Formação, ocupação e instituição de Políticas Públicas em São Mateus	106
3.1. Aspectos importantes da formação de São Mateus.....	106
3.2. O Serviço de atendimento à saúde em São Mateus no século XIX.....	118
3.3. Farmácias e boticas: disputas narrativas em fins do Oitocentos	124
CAPÍTULO IV - Roberto Arnizaut Silves: assistência e Políticas Públicas em São Mateus	132
4.1. O estabelecimento da Família Silves em São Mateus.....	132
4.2. O farmacêutico Roberto Arnizaut Silves	142
4.3. O político Roberto Arnizaut Silves	155
CONCLUSÃO.....	171
REFERÊNCIAS	176

Introdução

Uma forma de abordar a vida de uma pessoa é através da escrita biográfica, que combina elementos literários e históricos. Essa modalidade de texto tem uma longa tradição e um grande interesse por parte dos leitores. O sociólogo Pierre Bourdieu define a biografia como uma relação de afinidade entre o autor e o sujeito retratado. Segundo ele,

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que "se entrega" a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis (BOURDIEU, 2006, p. 184).

Uma das tendências recentes da historiografia é o resgate do papel dos indivíduos na formação dos vínculos sociais (AVELAR, 2010, p. 158). Nesse sentido, o gênero biográfico ganha destaque nos estudos que buscam compreender a temporalidade das vidas humanas, sem ignorar o contexto mais amplo em que elas se inserem (BENSA, 1998). Essa abordagem, por sua vez, se relaciona com as transformações mais gerais da sociedade contemporânea e com o crescente interesse pelos espaços e experiências íntimas.

A disciplina histórica vem passando por transformações que ampliam seu escopo e sua diversidade, incorporando novos objetos, problemas e fontes de estudo. Nesse contexto, surge uma abordagem que valoriza as trajetórias

individuais não como meros exemplos de uma história geral, mas como elementos que interagem com os contextos em que se inserem, numa relação dialética (SCHMIDT, 1997, p. 15). Assim, a história pessoal pode oferecer, além de análises sobre o período histórico em que um determinado personagem viveu, outras visões que iluminem suas experiências particulares. Dessa forma, a história pessoal não pretende substituir outras modalidades de história, nem ignorar o estudo do comportamento coletivo, das instituições e das comunidades, mas sim, complementá-las (ZELDIN, 1991, p. 64).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu foi um dos principais teóricos que contribuíram para essa redescoberta da sociologia. Ele criticou as abordagens individualistas que ignoram os aspectos normativos e habituais da vida social. Ele propôs o conceito de ilusão biográfica para mostrar que a vida não é uma narrativa linear e coerente, mas uma sucessão de posições, experiências, deslocamentos e escolhas muitas vezes inconscientes, relacionadas a contextos e espaços sociais diversos, conflitantes e tensos. A noção de trajetória, também desenvolvida por ele, ajuda a analisar esses aspectos da vida social (BOURDIEU, 2006).

Assim, as perspectivas mais recentes buscam, de algum modo, integrar a história do indivíduo e a dos que se relacionam com ele. Investigando a forma como esse indivíduo se comporta e responde à sociedade que o envolve. Em outras palavras, o interesse se voltou para a análise do percurso do sujeito e das interações que se estabelecem nesse âmbito. Aqui compreendemos o percurso como:

[...] uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede [...] (BOURDIEU, 2006, 189).

Os pesquisadores enfrentam vários desafios ao estudar as biografias. Um deles é evitar os exageros das biografias tradicionais, mas sem deixar de lado as particularidades das histórias pessoais. Outro é construir uma narrativa que combine uma ordem cronológica (todos têm um começo, um meio e um fim) com um itinerário de vida que não segue uma linha reta. A historiadora italiana Simona Cerutti sugeriu que uma solução para esses problemas é usar, metodologicamente, a interseção de diferentes níveis de análise, que considerem as categorias individuais e sociais e as relações entre as pessoas, para mostrar os vários sistemas de representação. Em outras palavras, integrar fontes e suportes para situar as trajetórias e memórias individuais em contextos mais amplos e estáveis (CERUTTI, 1998).

Partindo dessa percepção metodológica, o presente estudo elegeu como objeto a trajetória do farmacêutico mateense Roberto Arnizaut Silves. Até a conclusão do seu curso, sua formação era prática, quando aprendeu o ofício de farmacêutico com seu pai, o também farmacêutico, Américo Silves. O médico João Santos Neves, em 1895, o convidou para juntos abrirem uma farmácia dada a experiência profissional de Américo, advinda do período em que ele passou em Vitória, onde exerceu dois cargos, sendo um na farmácia Aguirre e outro como diretor farmacêutico na Santa Casa de Misericórdia. Residindo no município, Américo Silves casou-se com Rita Arnizaut Silves, gaúcha da

cidade de Rio Grande, com quem teve três filhos, entre os quais Roberto Arnizaut Silves, nascido em 1909 e falecido em 23 de janeiro de 1984 de causas naturais.

Roberto Arnizaut Silves foi também político, exercendo cargos como presidente efetivo do Diretório Municipal Distrital do Partido Social Democrático em 1945, no ano de sua fundação; deputado estadual da Assembleia Constituinte de 1947 a 1950 pela União Democrática Nacional; prefeito de São Mateus de 1955 até 1959; vereador de 1959 até 1963 e novamente prefeito de 1963 a 1967.

O Brasil enfrentava sérios problemas de saúde pública no início do século XX, com epidemias de febre amarela, malária, hanseníase e tuberculose afetando diferentes regiões do país. A saúde era um setor fragilizado e desarticulado, sem uma coordenação nacional efetiva. Segundo Hochman (2005), a partir de 1930, o governo Vargas iniciou um processo de reforma sanitária, que visava a integrar e fortalecer as ações de saúde em todo o território nacional. Nesse período, foram criados diversos órgãos, leis e programas que buscavam melhorar as condições de saúde da população brasileira.

Existem referências de pesquisas no campo da historiografia da saúde e das doenças e assistência à saúde que contribuem para o processo de entendimento da realidade brasileira no século XX. Com base nas pesquisas de Franco e Rios (2013, p. 164):

Desde 1930, o Estado passou a investir um quantitativo maior de recursos no campo da saúde, mas isso não representou que os problemas de combate à tuberculose, por exemplo, que assolava várias partes do Brasil e que é objeto de estudo na pesquisa, no texto

Tuberculose no Espírito Santo, e as ações do Estado no combate à doença, estivessem resolvidos.

A pesquisa cita ainda que o início do século XX foi marcado por problemas como carência na infraestrutura necessária para condições de higiene, saúde e salubridade nos espaços urbanos. Citamos ainda outra pesquisa, em que Rios (2009) analisou como a tuberculose afetou o estado do Espírito Santo, apontando causas, tratamento e estigmas da doença. Em suas considerações, é possível inferir que as carências estaduais que a saúde pública possuía no interior dos estados brasileiros e a latente descentralização de assistência à saúde motivou o momento em que Vargas apresentou-se focado em direcionar as preocupações da sua administração ao tornar a saúde, meta de governo, fazendo inclusive emergir o sistema assistencialista. A elaboração e a efetivação de políticas públicas de saúde no combate à disseminação da lepra no estado do Espírito Santo por exemplo, entre 1934-1945 foi uma das ações da gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde. Capanema estava direcionado para o combate à lepra com a demarcação de um plano nacional (BARROS, 2014, p. 21).

Nosso corpus documental é composto por diversos tipos de fontes. Primeiramente, partimos dos documentos que revelam o cotidiano do farmacêutico Roberto Silves como livros de registro de pacientes, movimentações financeiras de sua farmácia e anúncios e reportagens em jornais como a Gazeta da Pharmácia, principal periódico no campo farmacêutico. Para compreender as ações do político Roberto Silves, avançamos sobre documentos oficiais como portarias municipais, livros administrativos da

prefeitura de São Mateus, atas das reuniões da Comissão Especial da Câmara de Vereadores.

Assim, definimos como problemática a investigação do modo como ocorreram as políticas públicas de assistência à saúde para o município de São Mateus e a atuação do farmacêutico Roberto Arnizaut Silvares nesse processo entre os anos de 1930 e 1960 à frente da administração municipal.

Por meio do problema da tese, existem futuras inquietações que são questões geradoras da nossa pesquisa: de que maneira se configurava a assistência à saúde pública no município de São Mateus/ES, no estado e no país de 1930 a 1960? Quais doenças afetavam o município de São Mateus/ES nesse período? Em sua biografia, ações na gestão pública delegam destaque histórico farmacêutico? O caráter da assistência à saúde desenvolvida por Roberto Arnizaut Silvares deverá ser abordado na discussão de sua trajetória eleitoral, de modo a identificar a possível relação de sua carreira política com sua atuação como farmacêutico e os elementos sócio-políticos que explicam o processo de cassação do prefeito e os motivos de sua renúncia ao cargo.

Tendo em vista o cenário posto em tela, nosso trabalho se divide de forma que no **Capítulo I: A Era Vargas (1930-1945): antecedentes e conjunturas**, analisaremos a primeira República no Brasil, destacando o processo de Independência e o processo de formação das oligarquias que dominaram os primeiros anos do século XX. Assim, vamos focar a década de 1920, buscando compreender a emergência de forças que se confrontaram e que resultaram na chegada de Getúlio Vargas ao poder. Nesse sentido, vamos examinar a transição para o Governo Provisório, avaliando os diferentes grupos

que se constituíram a partir do Golpe de 1930 e suas estratégias durante os 15 anos de governo varguista.

No **Capítulo II: O Espírito Santo na Era Vargas e o estabelecimento das Políticas Públicas**, buscaremos compreender as políticas públicas de saúde e educação implementadas pelo governo Vargas no âmbito federal e sua repercussão no Espírito Santo. Para tanto, focalizaremos o cenário espírito-santense durante a gestão de João Punaro Bley, que foi interventor e governador do estado por quase todo o período de Getúlio.

O **Capítulo III: Formação, ocupação e instituição de Políticas Públicas em São Mateus**, vamos explorar a formação de São Mateus, bem como os principais aspectos de sua ocupação e as questões econômicas que marcaram o final do século XIX e que definiram a região após a Proclamação da República. É nesse cenário que vamos conhecer a trajetória da família Silvares na região. Além disso, vamos analisar o debate entre farmacêuticos e boticários que começou o século XX com uma distinção mais clara entre cada profissão.

Por fim, o **Capítulo IV: Roberto Arnizaut Silvares: assistência e Políticas Públicas em São Mateus**, abordaremos a trajetória da família Silvares na cidade de São Mateus, destacando sua participação na esfera pública local. Examinaremos a vida de Américo Silvares e a fundação da segunda farmácia da região. Além disso, veremos como Américo se envolveu na vida pública e construiu um capital simbólico que beneficiou seu filho Roberto Silvares, que também se tornou farmacêutico como o pai. Nesse sentido, investigaremos as ações de Roberto no campo político e seu desempenho como vereador, prefeito e deputado, baseado em sua prática assistencialista.

Capítulo I

A Era Vargas (1930-1945): antecedentes e conjunturas

No presente capítulo abordaremos a primeira República no Brasil apontando o processo de Independência e o processo de constituição das oligarquias que exercerão poder ao longo dos primeiros anos do século XX. Com isso, daremos ênfase a década de 1920 buscando entender a formação de forças que entraram em embate e que culminaram na ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Nesse aspecto, discorreremos sobre a transição para o Governo Provisório avaliando os diferentes grupos formados a partir do Golpe de 1930 e suas articulações durante os 15 anos de governo varguista.

1.1. Do Golpe Republicano ao Golpe de 30: os antecedentes da Era Vargas

Na madrugada do dia 16 de novembro de 1889, a Corte recebia os integrantes do exército que levavam o anúncio do banimento da família imperial e o aviso de que estes teriam 24 horas para deixar a República dos Estados Unidos do Brasil. Antes do raiar do dia 17, D. Pedro II (1825-1891) e sua família partiam forçadamente às pressas do território, pois o medo era de que surgisse alguma manifestação em favor da permanência do monarca (BESOUCHET, 1993, p. 495).

O projeto republicano, apesar das suas primeiras oscilações, representou uma resposta legítima perante o declínio do Império. Para além de uma mera questão de estrutura institucional, ele se encaixava no contexto de uma expansão notável

do espaço público durante os anos 1880, deslocando a atividade política para além dos corredores do Parlamento. O movimento intelectual também desempenhou um papel crucial, moldando uma nova linguagem, utilizando polêmicas e questionando os três pilares do Império: o monarca, a religião e o romantismo. Ademais, houve uma notável renovação no campo das ideias, com o evolucionismo, o materialismo e o positivismo emergindo como bases para a ação dos intelectuais da época. A visão de progresso e a noção de modernização foram fortemente associadas ao conceito de "república". A convergência desses novos elementos (espaço público, influência intelectual e ideias) culminou na formação de uma cultura política inovadora, que introduziu novos símbolos e contribuiu para fortalecer a causa republicana.

A Constituição de 1891 delineou os fundamentos institucionais do novo sistema, abrangendo o presidencialismo, federalismo e sistema bicameral. Marcou seu diferencial ao introduzir uma série de modificações significativas. A separação entre a Igreja e o Estado foi concretizada, e a implantação do registro civil para registros de nascimento, casamento e óbito também foi efetuada. A proposta federalista, por sua vez, redesenhou o sistema com base na descentralização, proporcionando maior autonomia e fiscalização financeira às antigas províncias, agora transformadas em estados, ao mesmo tempo que desmantelava a ideia de centralismo monárquico como fator de coesão nacional.

Na agenda republicana, o Poder Moderador, que desempenhava um papel central na estrutura política do Império, foi substituído pelo princípio de separação e equilíbrio dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, a agenda republicana garantiu a liberdade religiosa, eliminou a vitaliciedade do Senado e introduziu o sufrágio universal, em contraposição ao

sistema censitário que estava em vigor até então. A discussão sobre as restrições ao direito de voto seguiu a mesma linha do que era praticado no período imperial. Apenas os brasileiros adultos do sexo masculino que fossem capazes de ler e escrever seriam considerados eleitores. Além disso, as mulheres ainda estavam excluídas do direito de voto, assim como os mendigos, soldados, praças, sargentos e membros de ordens religiosas que requeriam renúncia à liberdade individual.

No entanto, algumas características antigas perduravam e foram até mesmo aperfeiçoadas. Uma delas era a tendência oligárquica da nação: as novas leis eleitorais mantiveram o número limitado de eleitores e cidadãos qualificados para os cargos públicos. É relevante enfatizar ainda o papel fundamental que o Exército desempenhou durante o novo regime. A República emergiu como resultado da ação de um grupo de oficiais com perspectivas sociais e intelectuais distintas da elite civil do Império, os quais se encontravam insatisfeitos com a situação do país e com seu próprio status político (MCCANN, 2007).

Adicionalmente, estavam divididos por rivalidades e aspirações pessoais, assim como por perspectivas frequentemente contrastantes sobre o destino tanto do Exército quanto do país. Além disso, o notável prestígio conferido aos militares pela República incentivava a ambição política dos oficiais e exacerbava a falta de coesão interna, agravada pela discordância entre as elites civis quanto ao papel que o Exército deveria desempenhar na nova ordem social. Apesar disso, o regime republicano persistiu através do uso da força e até 1894 o país viveu sob a influência militar nos seus dois primeiros governos: o marechal Deodoro da Fonseca, líder do golpe de Estado de 15 de novembro de 1889, também se

tornou o primeiro presidente, sendo sucedido por Floriano Peixoto, seu vice (TOPIK, 1987, p. 75).

No ano de 1894, foram realizadas eleições nas quais Prudente de Moraes, membro do Partido Republicano Paulista, saiu vitorioso. Isso marcou o início do primeiro governo civil na era republicana e marcou a ascensão da corrente moderada e pragmática dentro do Partido Republicano Paulista. Essa corrente estava focada em promover a pacificação do país, proteger os interesses da elite cafeeira de São Paulo e conduzir a transição da República de cunho jacobino para uma República oligárquica (LESSA, 1988, p. 36).

A partir desse momento, o domínio sobre o governo federal estava nas mãos dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Nessa República, em que a distribuição do poder era organizada através da hierarquia da relevância das unidades federativas, a influência política de um estado baseava-se na magnitude de seu eleitorado e, conseqüentemente, na expansão de sua representação parlamentar. Por outro lado, a estabilidade política da República era assegurada por três estratégias principais: os governos estaduais se esforçavam para limitar os conflitos políticos ao âmbito regional; o governo federal reconhecia a plena autonomia dos estados no exercício da política interna; e mantinha-se um processo eleitoral no qual, apesar dos mecanismos políticos que visavam controlar as disputas locais, as fraudes eram frequentes. De fato, as fraudes ocorriam em todas as etapas do processo eleitoral, desde o registro dos eleitores até o reconhecimento dos eleitos (NICOLAU, 2012, p. 53; CARVALHO, 2012).

O voto era visto como uma forma de troca, e as dinâmicas de poder se originavam no nível municipal, tendo como ponto central desse sistema o

fenômeno do coronelismo. O título de coronel representava a posição mais elevada na hierarquia da Guarda Nacional, a instituição imperial que estabelecia vínculos entre os proprietários rurais e o governo. Após a instauração da República, a Guarda Nacional perdeu sua característica militar, porém os coronéis continuaram a exercer o controle político nas localidades onde residiam. A partir desse ponto, o coronelismo passou a representar um intrincado sistema de negociação entre esses líderes locais, os governadores dos estados e, por sua vez, com o presidente da República (LEAL, 2012; CARVALHO, 1998; QUEIROZ, 1976).

Paralelo a este processo, a República Oligárquica enfrentava diversas resistências ao longo do território. Em novembro de 1904, ocorreu no Rio de Janeiro uma revolta popular frente as ações tomadas para eliminar a propagação da febre amarela. Especialmente a população carente dos arredores da capital reagiu a imposição da vacinação obrigatória contra a varíola, uma iniciativa liderada pelo médico sanitário Oswaldo Cruz. A manifestação originou-se da conjunção de desinformação e da rápida mistura de várias camadas populacionais, cada uma com suas próprias histórias, tradições e conhecimentos. A falta de compreensão mútua desencadeou uma explosão de raiva, que incluiu danos aos meios de transporte, destruição de edifícios e agressões aos agentes de saúde higienistas (CARVALHO, 1987).

Em resposta, o governo tomou medidas drásticas: declarou estado de sítio, suspendeu direitos constitucionais, deteve os líderes do movimento e os deportou para a região atualmente é o estado do Acre. A revolta foi finalmente controlada, mas os resultados foram mistos: a varíola foi erradicada na cidade do Rio de Janeiro, porém o confronto resultou em trinta mortes e 110 feridos

registrados. A perspectiva do Estado abordava a questão de forma direta e lógica: era essencial dar prioridade à saúde da população. Desde o final do século XIX, a temática da saúde estava presente na agenda intelectual e política do Brasil, gerando apreensões (HOCHMAN, 2011, p. 35).

Exploradores, repórteres, escritores, médicos e cientistas sociais mantinham uma vigilância constante sobre a alta incidência de doenças tropicais, as enfermidades legadas por escravos africanos e imigrantes, bem como as aflições que afetavam tanto as cidades quanto o interior rural. A miscigenação, especialmente, era encarada como um desafio significativo, quase como um destino inelutável na região. Na verdade, teorias como o darwinismo racial e até mesmo a antropologia criminal de Cesare Lombroso eram amplamente aceitas no país. A ideia de raça se baseava na crença de que havia características fundamentais e imutáveis que diferenciavam os grupos humanos. Assim, a humanidade se organizava em escalas naturais de valor. Isso significava que cada raça possuía capacidades distintas e permanentes, sendo os brancos caucasianos os mais elevados na ordem social e evolutiva, e os negros os mais baixos (SCHWARCZ, 1993).

Diante das teorias questionáveis que circulavam na época, o fato é que o Brasil enfrentava uma série de surtos de doenças. “O Brasil ainda é um imenso hospital”, afirmava o médico Miguel Pereira, em outubro de 1916; expressão que logo se tornou uma metáfora, e uma espécie de síntese nacional. Nas estatísticas médicas, a relação de enfermidades infecciosas era assustadora. Alguns surtos eram atribuídos a agentes externos — como é o caso do cólera, um dos principais causadores de mortes na época. Outras eram vistas como

internas, tais como a febre amarela, a varíola e a peste bubônica (SCHWARCZ, 1993).

De acordo com os especialistas, essa situação era piorada pela presença de moradias populares e precárias denominadas “choças”. Construídas de barro, elas eram o ambiente ideal para o inseto chamado “barbeiro”, vetor da recém-descoberta doença de Chagas, além de propiciarem o paludismo e várias infecções intestinais. Outro problema de saúde pública era o tracoma, infecção ocular grave e contagiosa, que afetava os imigrantes. Essas e outras epidemias comprometiam a já fraca reputação do país, por isso as reformas urbanas visavam eliminá-las, e muitas vezes conseguiam realizá-lo.

Entre 1907 e 1913, o Instituto Oswaldo Cruz realizou viagens científicas pelo interior do Brasil, levando o atendimento às regiões mais isoladas e carentes. Essas expedições higienistas percorreram áreas do interior de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, os vales dos rios São Francisco e Tocantins, e chegaram até a Amazônia. Esse projeto médico fazia parte de um movimento nacionalista que via as doenças como obstáculos ao progresso do país. Além das doenças endêmicas do interior, havia também a lepra, a sífilis e a tuberculose, que causavam muitas mortes no Brasil. As chamadas "patologias do Brasil" afetavam a todos, mas os mais vulneráveis eram os ex-escravos, os pobres urbanos, os moradores de cortiços e favelas, os imigrantes, os trabalhadores e os camponeses (HOCHMAN, 2011).

Entre os “brasileiros perigosos” que eram alvo de preconceito e discriminação, os marinheiros ocupavam uma posição de destaque. Eles eram considerados os mais “bárbaros” da corporação. E foi esse grupo, composto por negros e mestiços, que se rebelou contra a violência e o autoritarismo da Marinha entre

22 e 27 de novembro de 1910, na chamada Revolta da Chibata. Os marinheiros se revoltaram contra a prática de castigos físicos, como o açoite, que era usada para impor a disciplina na Marinha. A Revolta da Chibata foi um ato de resistência dos marinheiros à humilhação e à tortura. Além disso, ela também denunciou publicamente a violência do Estado contra a população pobre, o racismo e a crueldade que imperavam entre os oficiais das Forças Armadas (MOREL, 2009; CARVALHO, 1998).

O impacto da Revolta foi tamanho que a Marinha se afastou e perdeu protagonismo na política até o final da Primeira República. Porém, a insurreição dos marinheiros não foi um caso isolado, mas sim um dos vários (e distintos) movimentos militares — como a Revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, a Revolta dos Sargentos e a Primavera de Sangue — que evidenciaram rachaduras no núcleo do poder republicano. A emergência desses movimentos sociais também revela duas características importantes do comportamento militar. A primeira é que parte da ação política se dá fora das instituições republicanas e dos partidos políticos. A segunda, que o caráter das intervenções militares foi frequentemente reformista (MCCANN, 2007; CARVALHO, 2005).

O projeto de Regeneração das Cidades, como ficaram conhecidas as reformas urbanas do período, estava alinhado com a crença na "degeneração" dos mestiços e da população pobre, condenados pela ciência determinista da época. A economia, dependente dos serviços e negócios voltados para a exportação agrária, e restrita por uma industrialização incipiente, gerou uma vida urbana precária, sujeita a crises periódicas de escassez, altas nos preços dos alimentos, da moradia e do transporte. Além disso, o processo inflacionário que se instalou agravou a pobreza e as condições irregulares de vida. Nas palavras irônicas do

escritor Mário de Andrade, nas novas cidades "os mocambos são tão numerosos como os coqueiros" (ANDRADE, 1976, p. 20). Por outro lado, foram muitos os movimentos sociais urbanos que, diante da falta de estrutura, ocuparam as ruas com protestos contra a carestia, o aumento de aluguel e todo tipo de precariedade.

Num cenário mais amplo, eclodia em 1914 a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nessa época, a economia baseada na exportação de produtos agrícolas, principalmente o café, entrou em crise por causa das secas e das variações de preço no mercado internacional. Ao mesmo tempo, a urbanização se acelerou com a chegada de imigrantes e o surgimento de uma classe de profissionais liberais que não dependiam da grande lavoura. Além disso, a guerra estimulou o desenvolvimento do comércio e da indústria nacional, que substituíram os produtos importados, e criou oportunidades para comerciantes, artesãos e pequenos industriais.

Uma consequência da intervenção estatal foi o aumento do número de funcionários públicos e de trabalhadores vinculados à administração do país. O Estado se tornou excessivamente burocratizado, alvo de críticas de escritores como Machado de Assis e Lima Barreto, que também exerceram a profissão de funcionário público. Apesar do crescimento das cidades, elas não se desvincularam do modelo econômico baseado na exportação de produtos agrícolas. Pelo contrário, no período da Primeira República, houve um aumento do poder dos coronéis, que controlavam os votos dos seus dependentes e faziam acordos com o governo central.

Essa situação dificultava a expressão e a participação dos novos grupos urbanos, que tinham seus direitos políticos limitados. Não havia espaço para o

liberalismo político, nem para o reconhecimento da abolição e da República como frutos de lutas coletivas. Prevalencia a lógica das relações pessoais, baseadas em favores, obrigações e lealdades: elementos do personalismo e do clientelismo. Antes mesmo de a guerra acontecer, surgiram protagonistas mais independentes que entraram em conflito com os interesses dos fazendeiros. Algumas expressões da emergente classe média urbana foram o florianismo, a “campanha civilista” de 1909, a luta contra o alto custo de vida nas cidades brasileiras e as revoltas dos tenentes nos anos 1920 – que se espalharam pelo país inteiro. Aliás, a ocorrência de vários movimentos tenentistas nessa década abalou, ainda mais, o delicado equilíbrio da Primeira República.

Os tenentes, como eram chamados, defendiam que o Brasil precisava de um governo central forte que pudesse intervir na economia para desenvolver os recursos naturais, fomentar a industrialização e resguardar o país da exploração estrangeira. Além disso, atribuíam ao regionalismo e à corrupção a causa e a consequência dos problemas brasileiros. Tinham uma visão liberal em questões sociais e autoritária em política. E se comportavam na esfera pública como militares: estavam dispostos a proteger o país e a combater o poder das oligarquias regionais, diminuir as graves desigualdades sociais, erradicar o analfabetismo — mas não tinham clareza de como alcançar seus objetivos nem de como construir o país que idealizavam (LANNA JÚNIOR, 2007).

E, então, partiram praticamente sozinhos para enfrentar o governo. A Revolta dos 18 do Forte, que aconteceu no Rio de Janeiro em 5 de julho de 1922, é considerada o primeiro levante tenentista, e teve momentos dramáticos: como a rebelião no Forte de Copacabana, 28 oficiais decidiram prosseguir, e saíram em

marcha pela avenida Atlântica para confrontar a tropa legalista. No trajeto, dez abandonaram o grupo; os dezoito restantes continuaram a marchar em meio ao tiroteio. Uma nova tentativa de derrubar o governo de Artur Bernardes aconteceu em 1924, quando os rebeldes paulistas tomaram a capital do estado por três semanas. Essa foi a maior batalha urbana da história de São Paulo até então. O levante começou no dia 5 de julho, data que marcava dois anos da Revolta dos 18 do Forte, na qual apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes escaparam com vida.

Para mais, uma revolta militar eclodiu em Manaus em 1924, em meio a uma grave crise econômica e social provocada pelo colapso da borracha. Os revoltosos, liderados por oficiais do Exército, contestavam a corrupção e a ineficiência do governo federal e estadual, e reivindicavam mudanças políticas e sociais. A rebelião se espalhou por outras cidades do Amazonas e do Pará, formando a Comuna de Manaus, que durou até ser sufocada pelas forças legalistas. Os insurgentes se identificavam com o movimento tenentista, que defendia a intervenção militar como forma de restaurar a ordem e a democracia no país.

Uma das mais importantes manifestações do movimento tenentista foi a Coluna Prestes/Miguel Costa, que percorreu o Brasil de 1925 a 1927. O objetivo imediato era depor o presidente Artur Bernardes, mas havia outras reivindicações mais amplas. Os integrantes da Coluna defendiam o voto secreto, a reforma da educação pública, a obrigatoriedade do ensino fundamental e a ética na política. Também denunciavam as péssimas condições de vida e a exploração dos segmentos mais pobres da sociedade. A Coluna resultou da junção dos tenentes paulistas (ligados a Miguel Costa) com os militares

rebelados no Rio Grande do Sul e liderados por Luís Carlos Prestes. Este se tornaria o ícone do espírito de mudança que animava os tenentes, conquistaria a simpatia dos setores médios urbanos e seria chamado de Cavaleiro da Esperança, tendo a Coluna aumentado seu contingente com a adesão de voluntários de diversas regiões do país (MCCANN, 2007; MEIRELLES, 1995).

Em dois anos e meio, eles percorreram 25 mil quilômetros por doze estados do Brasil. Tinham um grupo estável de cerca de duzentos homens, mas em alguns trechos da jornada chegaram a reunir 1500 pessoas. A Coluna provocava reações mistas nas cidades por onde passava. Os tenentes não eram vistos da mesma maneira por todos: alguns os aplaudiam e os consideravam heróis, outros os resistiam e às ações autoritárias que praticavam: tomavam cavalos e gado sem a permissão das comunidades; exigiam o confisco de medicamentos, curativos e alimentos em vilas e cidades pequenas.

A Coluna adotava uma tática de evitar o confronto direto com as tropas leais ao governo, deslocando-se com agilidade e rapidez. Seu objetivo era manter o movimento como uma forma de contestação armada que parecesse imbatível. E, nesse sentido, a estratégia funcionou: a Coluna percorreu o país de Mato Grosso ao Maranhão, voltou pelo mesmo caminho e, em 1927, se refugiou na Bolívia. No Exército, o respeito pelos rebeldes aumentava entre os oficiais e os soldados. Anos depois, o general Dutra recordaria a postura adotada pela maioria dos militares em campo para enfrentá-los: “Deixe que passem”, diziam entre eles (MEIRELLES, 1995, p. 57).

A década de 1920 marcava o enfraquecimento e o subsequente fim da Primeira República, deixando um legado contraditório. Por um lado, foi a época do crescimento urbano, industrial e imigratório. Por outro, foi marcada pela

violência, pela corrupção, pelo racismo e pela marginalização dos pobres nas cidades. Nesse contexto, a República se tornou um cenário de conflito, onde os centros urbanos eram vistos como lugares de ameaça das “classes perigosas” e de resistência e contestação dos menos abastados (CARVALHO, 1994, p. 91).

O contexto histórico em que se iniciou a construção do Estado republicano e a reivindicação por melhores condições de trabalho foi marcado por conflitos e desigualdades sociais. No entanto, não se pode reduzir a experiência dos grupos populares a uma mera situação de exclusão e violência, pois eles também foram sujeitos ativos de diversas formas de organização e participação política, como abaixo-assinados, campanhas públicas e protestos organizados. Essas manifestações foram muitas vezes vistas pelas elites dominantes da época como "hordas anárquicas", que ameaçavam a ordem estabelecida. Tal visão contribuiu para que o período fosse posteriormente denominado como República Velha, um termo pejorativo que surgiu após a Revolução de 1930. Essa designação, que ainda é usada atualmente, revela os motivos e os interesses que estavam em jogo naquele momento histórico (GOMES; ABREU, 2009).

É comum que os agentes de uma mudança histórica se atribuam o papel de protagonistas da inovação e releguem o período anterior a uma condição de obsolescência. Essa perspectiva tende a distorcer e filtrar o passado a partir de um critério enviesado: o seu próprio. Esse seria o caso da Revolução de 1930 e do regime que se autodenominou como Estado Novo. Segundo essa ótica, somente o futuro poderia instaurar uma verdadeira república, e trazer uma modernidade efetiva nos âmbitos social, moral e político.

O Brasil iniciou a República fascinado pela modernidade, mas ao final da década de 1920 estava inquieto e curioso para descobrir sua própria "brasildade",

revisar sua história e planejar um futuro diferente. O crítico Roberto Schwarz já afirmou que no país tudo parece "começar do nada", e que aqui o nacional se forma por eliminação. Isto é, cada situação cria maneiras de imaginar o país e tenta esquecer o que havia antes. Porém, parecia ter chegado o momento de buscar referências de identidade nacional, baseadas na diversidade da especificidade: a mistura que de biológica se torna cultural (SCHWARZ, 2009).

O Brasil moderno emergiu de diversas propostas modernistas no começo do século, marcado por contradições: o passado coexistindo com o presente; maxixe e lundu com música erudita; cordel com literatura acadêmica; transporte veloz com o andar do lombo de burro; um país urbano cercado pela realidade isolada dos sertões remotos; exclusão social com processos de inclusão; clientelismos misturados a processos inéditos de institucionalização política e social. Os protagonistas da primeira fase republicana do Brasil, que nasceram na transição entre os séculos XIX e XX, redescobriram o país no interior.

Pesquisadores da música como Mário de Andrade e Villa-Lobos, defensores dos indígenas como Cândido Rondon, escritores, sociólogos e historiadores como Sérgio Buarque de Holanda, médicos que combateram doenças como Carlos Chagas e Belisário Pena, militares que participaram da Coluna Prestes, foram os agentes de um movimento de questionamento e mudança das práticas, ideias e sistemas políticos, baseado na ideia de "integração dos sertões" e no encontro com o outro representado pelo brasileiro - uma figura geralmente descrita como isolada, esquecida, enferma, nômade, atrasada, conservadora, desprovida, mas que foi o centro de um processo de redescoberta contínua do Brasil.

1.2. O estabelecimento do Governo Vargas

No início de março de 1930, em pleno Carnaval, os cidadãos brasileiros alfabetizados foram às urnas para escolher o novo presidente da República e os representantes do Congresso Nacional. Foi a 12ª eleição presidencial desde a Proclamação da República brasileira. Apesar da baixa participação eleitoral, visto que apenas 5,6% da população tinha direito ao voto, que era restrito aos homens adultos e letrados, a campanha eleitoral foi intensa e acirrada, algo que não se via desde 1910, quando Rui Barbosa e Hermes da Fonseca se enfrentaram. Os candidatos eram diferentes e o país também, mas a eleição de 1930 resgatou alguns aspectos daquela disputa de duas décadas atrás. A campanha saiu dos gabinetes e foi para as ruas, alcançou todo o território nacional e envolveu a sociedade em grandes manifestações públicas — ou “*meetings*”, como se dizia na época. E desafiou a nação a discutir não só os critérios e as normas da sucessão presidencial, mas também as práticas do regime republicano: o significado da igualdade social, o exercício da cidadania e a forma como essas práticas se articulavam com a República (BORGES, 2011).

A eleição de 1930 marcou o final de um período histórico. O pacto político que dividia o poder entre o governo federal e as elites regionais — a Política dos Governadores — foi quebrado pelo próprio presidente da República, Washington Luís. Ele surpreendeu a todos ao apoiar a candidatura de Júlio Prestes, presidente de São Paulo, para sucedê-lo, rompendo com a alternância de mineiros e paulistas no comando da política nacional. Washington Luís acreditava que não se fazia uma República com eleições e votos, mas com o controle rígido das forças políticas estaduais. E, até 1929, quando indicou o nome de Júlio Prestes para a sucessão, tudo parecia correr conforme esse

plano: as elites regionais permaneciam nos Executivos estaduais, e a dinâmica do Legislativo seguia o arranjo para repartição do poder entre a União e os estados (MEIRELLES, 1994).

Washington Luís presidiu o país com tranquilidade — um contraste com seu predecessor, Artur Bernardes, que governou quatro anos sob estado de sítio. A repressão policial aos trabalhadores urbanos na década de 1920 diminuiu as greves e enfraqueceu os sindicatos. Os tenentes, que haviam se oposto ao governo com ímpeto e violência, perderam força em 1927, quando os remanescentes da Coluna Prestes/Miguel Costa se refugiaram na Bolívia e no Paraguai, após percorrerem quase todo o Brasil (FAUSTO, 2016; DIAS, 1977).

O processo de escolha dos presidentes envolvia um acordo entre Minas e São Paulo, que se revezavam no comando do país. Esse acordo gerava certa instabilidade e conflitos políticos, mas também mantinha a ordem interna do sistema. Os paulistas governaram de 1894 a 1906, os mineiros de 1906 a 1918, e depois houve uma alternância entre os dois estados até 1929. Em 1926, os mineiros apoiaram Washington Luís, um paulista de nascimento, mas alinhado aos interesses de São Paulo, e colocaram um mineiro na vice-presidência. Em 1929, esperavam que os paulistas fizessem o mesmo e indicassem um candidato de Minas para suceder Washington Luís. Enquanto isso, Minas se preparava para assumir a Presidência da República, que ficava no Palácio do Catete — uma construção neoclássica no Rio de Janeiro, que fora residência do barão de Nova Friburgo e se tornara sede do governo federal em 1897 (VISCARDI, 2011; WIRTH, 1982).

Há ainda diversas discussões que buscam compreender as razões que fizeram Washington Luís romper com Minas. O presidente era um representante típico

do sistema que contribuiu para derrubar: resistente a diálogos, acreditava que a política era um domínio exclusivo de uma elite restrita que gerenciava o processo eleitoral e a gestão do país, orgulhoso e muito autoritário. “Ouvir... não ouvia”, registrou o ex-deputado Gilberto Amado, em suas memórias. E acrescentou o retrato do presidente apontando “[...] a absoluta desconsideração pelos efeitos dos seus gestos e atitudes na sensibilidade dos atingidos por eles” (AMADO, 1968, p. 71).

Washington Luís tinha uma personalidade arrogante, mas, além disso, talvez tivesse algumas visões alternativas para o país. O primeiro: Júlio Prestes seria o sucessor ideal para manter o plano de estabilização econômica que ele iniciara durante seu governo. Este consistia em duas medidas importantes: fixar o câmbio em relação à libra esterlina — na época, o padrão de referência da moeda para o mercado internacional — e eliminar, de uma vez por todas, as frequentes oscilações monetárias enfrentadas pelo setor cafeeiro paulista, responsável pelo item mais relevante da pauta de exportações do Brasil (VISCARDI, 2011, FAUSTO, 1994).

Outra hipótese seria a de que São Paulo se consolidara como o estado mais importante da união, e tinha a ambição de liderar o país. Washington Luís acreditava no potencial econômico dos cafeicultores paulistas e na influência que esse grupo exercia sobre as forças políticas no âmbito estadual. Além disso, havia um fator de preocupação: o conflito entre os produtores de café de Minas e os de São Paulo sobre a política de valorização do produto. Washington Luís tinha uma longa trajetória de vida pública em São Paulo, o que talvez o levasse a acreditar que não precisava cumprir o pacto entre os dois estados. Minas Gerais não tinha a mesma importância que São Paulo na produção de café, nem

o mesmo nível de desenvolvimento econômico. Por isso, ele não achava justo que os interesses paulistas fossem subordinados, por quatro anos, à vontade da elite mineira, que era mais fraca economicamente e politicamente (SILVA, 1986; FAUSTO, 1994).

Em maio de 1928, o governador mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, vestido com elegância e formalidade, participou da inauguração da estrada que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo — um marco importante para o governo de Washington Luís. Antônio Carlos se sentou ao lado do presidente da República no palanque e se surpreendeu com o primeiro discurso que escutou. O orador foi direto ao ponto e defendeu a sucessão: elogiou o governador paulista Júlio Prestes como “o futuro presidente da República”. Antônio Carlos tinha origens aristocráticas, sua família era descendente de José Bonifácio, o mentor de D. Pedro I na Independência —, e praticava a política à moda mineira: captou a mensagem, retornou a Belo Horizonte e foi conspirar. Um ano depois, em junho de 1929, quando Washington Luís finalmente oficializou a candidatura de Júlio Prestes, Antônio Carlos comunicou-lhe que os mineiros já tinham outro candidato — e de oposição (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 132).

Antônio Carlos teve que usar muita persuasão, mas cumpriu seu papel: renunciou à sua própria candidatura, defendeu a importância de um ajuste de forças regionais não ligadas ao café e sugeriu a formação de um espectro político amplo, que pudesse acolher toda variedade de divergências — inclusive os tenentes insurretos da década de 1920. Nos dois estados que concordaram em se unir a Minas na candidatura de oposição — Rio Grande do Sul e Paraíba —, as elites não se limitavam a identificar o país apenas com o café, e seus interesses tendiam a privilegiar o mercado interno. No final dos anos 1920, as

elites regionais, em Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, passaram por um processo de atualização de suas lideranças políticas que envolvia aumento do nível educacional, o relativo rejuvenescimento de seus membros e uma vontade de assumir um projeto reformista, resultado da agitação política, social e cultural que caracterizou aquela década (LOVE, 1975; LEWIN, 1973).

No final da Revolta Federalista de 1923, as duas principais correntes políticas do Rio Grande do Sul — os chimangos, alinhados aos liberais, e os maragatos, adeptos do federalismo — ainda guardavam velhas mágoas provocadas pela desigualdade de poder entre os estados brasileiros. Com uma economia voltada para o mercado interno e um eleitorado menor do que o de São Paulo e Minas Gerais, os gaúchos se sentiam marginalizados pelo governo federal. Por outro lado, a Paraíba, um pequeno estado nordestino com uma elite ascendente que buscava limitar a influência dos grandes proprietários rurais — os “coronéis” —, tinha uma visão ampla e um sonho ousado: queria isolar politicamente Pernambuco e liderar uma nova articulação de estados nordestinos com protagonismo no cenário nacional (GOMES; PANDOLFI, TEIXEIRA, 1980).

Os candidatos da oposição à Presidência e à Vice-Presidência da República eram, respectivamente, Getúlio Vargas e João Pessoa. Vargas era um pecuarista de São Borja, no oeste do Rio Grande do Sul, que se inspirava na ditadura republicana dos positivistas gaúchos e tinha uma carreira política ascendente: foi deputado estadual e federal, líder da bancada gaúcha no Congresso e ministro da Fazenda de Washington Luís entre 1926 e 1927. Pessoa era um político influente na Paraíba, sobrinho de Epiácio Pessoa, que foi presidente da República entre 1919 e 1922, e era reconhecido como um gestor eficiente e honesto (LIRA, 1980; LAHUERTA, 1997).

Em vez de arriscar os mineiros na linha de frente, Antônio Carlos se dedicou à costura política. O nome escolhido para a frente oposicionista foi “Aliança Liberal”, que reunia uma grande variedade de dissidentes, oferecia um polo alternativo de poder e propunha uma nova linguagem política capaz de atrair uma ampla parcela da sociedade. O termo “Aliança Liberal” passou a fazer parte do cotidiano dos brasileiros. Ele significava tanto a união das forças contrárias ao governo quanto um projeto político. A oposição usava o adjetivo “Liberal” para enfatizar a intenção de promover uma mudança na forma de pensar o Brasil, ligada a um plano de modernização do país. “Liberal” expressava um estímulo à indústria, uma abertura para a participação de novos atores sociais na república e uma disposição de enfrentar as questões dos direitos sociais: jornada de oito horas, férias, salário mínimo, proteção ao trabalho feminino e infantil (FAUSTO, 1994; OLIVEIRA, 1980).

Uma das estratégias da Aliança Liberal para conquistar o apoio popular nas eleições de 1929 foi a realização das Caravanas Liberais, que percorreram várias cidades brasileiras com discursos e manifestações públicas. Nessas ocasiões, os aliancistas defendiam propostas como a anistia aos militares envolvidos nas revoltas tenentistas, a ampliação dos direitos trabalhistas, a adoção do voto secreto, a diversificação da economia nacional e a execução de obras para enfrentar as secas no Nordeste. Com essas bandeiras, as Caravanas Liberais buscavam dialogar com diferentes setores da sociedade e romper com o controle institucional exercido pelos situacionistas (FAUSTO, 1994).

Em janeiro de 1930, o Rio de Janeiro recebeu o candidato à Presidência da República, Getúlio Vargas, que veio de Porto Alegre para participar do grande comício da Aliança Liberal. Esse evento foi uma ruptura com as eleições

tradicionais da República brasileira, que eram monótonas e restritas a convidados selecionados. A proposta de envolver o povo e ocupar a praça pública causou surpresa e polêmica. O comício ocorreu no dia 2 de janeiro e reuniu uma multidão de mais de 100 mil pessoas na Esplanada do Castelo, no centro da cidade. No palanque, estavam os principais líderes da aliança e outros opositores famosos, como o advogado Evaristo de Moraes e o deputado Maurício de Lacerda, conhecido como Tribuno do Povo. Apesar do tempo instável, a plateia ficou fascinada e aplaudiu com entusiasmo a leitura feita por Vargas do programa completo da oposição: 31 páginas pronunciadas por um candidato baixo, gordo e sem variação na voz (MARTINS, 2015).

Mesmo assim, a oposição não tinha nenhuma possibilidade de ganhar as eleições. Júlio Prestes contava com o apoio explícito de Washington Luís e dos influentes produtores de café de São Paulo. Além disso, o presidente usou a força política de dezessete governadores estaduais, que tinham autonomia para escolher seus próprios métodos de conseguir votos. Como era habitual, as fraudes, o suborno e as pressões eleitorais aconteceram dos dois lados, em todo o país, inclusive nos três estados que apoiavam a chapa oposicionista. Segundo os resultados oficiais, Júlio Prestes obteve a maioria dos votos nas eleições presidenciais: 1.091.709 votos a seu favor, contra 742.794 votos para Getúlio Vargas (LIRA, 1980).

Uma vez concluída a contagem dos votos, não restava muito a fazer, senão reclamar contra fraudes eleitorais, na maioria das vezes incomprováveis. O triunfo de Júlio Prestes indicava o término da jornada oposicionista e o rearranjo das elites regionais ao antigo cenário político. O próprio Vargas admitiu a vitória

do rival, retomou o governo do Rio Grande do Sul, ajustou uma reaproximação com o Catete e encerrou seu envolvimento eleitoral com a oposição.

Porém, a situação não era tão simples assim. A Aliança Liberal reunia uma diversidade de forças políticas, com interesses, ideologias e gerações diferentes, e nem todos concordavam com Vargas. Entre os políticos mais novos, como Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos, em Minas Gerais, ou João Neves da Fontoura e Oswaldo Aranha, no Rio Grande do Sul, havia entusiasmo com o projeto reformista. E, entre eles, havia, também, o desejo de se afirmarem na vida política sem a interferência dos antigos chefes, o descontentamento com a derrota nas urnas e muita vontade de se vingarem. Júlio Prestes podia até vencer no voto, murmuravam entre si, mas Getúlio triunfaria nas armas.

Os jovens líderes civis não estavam blefando quando cogitaram uma solução armada — eles tinham o apoio decidido dos tenentes. O grupo de oficiais subalternos, herdeiros das intervenções militares dos anos 1920, sentia-se humilhado, almejava o poder que lhe fora negado desde a Proclamação da República e não estava disposto a ceder esse poder sem resistência. Os tenentes tinham experiência militar, eram idealistas, politicamente agitados, contavam com a admiração da tropa e de simpatia entre setores médios da população e a massa de trabalhadores urbanos. Além disso, havia, no grupo, um punhado de jovens oficiais capaz de combinar a influência dentro e fora dos quartéis com a liderança militar da rebelião planejada pelos três estados rebeldes — Juarez Távora, Siqueira Campos, Eduardo Gomes, João Alberto, Miguel Costa, Agildo Barata, Juracy Magalhães.

O governo de Washington Luís foi abalado pela aproximação entre os jovens oficiais e os líderes civis da oposição, mesmo que o tenente mais prestigiado —

Luís Carlos Prestes — não aceitasse o comando militar da Aliança Liberal. Prestes já era um mito na época: liderou a última coluna de guerrilheiros militares dos anos 1920, tentou conscientizar a população pobre do interior do Brasil sobre a luta política, escapou das forças do governo que o perseguiram no sertão. E, depois de se exilar na Bolívia, na Argentina e no Uruguai, tornou-se um ícone de popularidade e carisma: era o chefe militar ideal para os líderes civis aliancistas. Porém, em 1930, Prestes rompeu com os tenentes em dois manifestos radicais, nos quais criticou o programa da Aliança Liberal, fundou uma organização política para enfrentar o governo — a Liga de Ação Revolucionária — e indicou sua aproximação com os comunistas (MEIRELLES, 2005).

Os manifestos marcavam o início de uma longa carreira política; o próximo passo seria Prestes viajar para uma temporada em Moscou e se filiar, em 1934, ao Partido Comunista Brasileiro. Apesar do apoio da maioria dos tenentes e da vontade de lutar de vários líderes políticos civis, os planos para iniciar a ação armada não avançavam. Havia muita conspiração por todo lado: rumores de golpe contra a posse de Júlio Prestes em Porto Alegre, Belo Horizonte, Montevideu, Buenos Aires; tenentes exilados cruzavam frequentemente a fronteira e entravam no Rio Grande do Sul para se encontrar com os jovens chefes da oposição; munição e armas chegavam clandestinamente no país, vindas da Argentina. Mas também havia muita hesitação entre os principais líderes da Aliança Liberal. Vargas agia conforme a conveniência, esperando os desdobramentos da situação.

Na iminência de passar o poder para Olegário Maciel, seu sucessor, Antônio Carlos afirmava não ter certeza do tipo de apoio que os insurgentes teriam em

outras unidades federativas. A conspiração ainda estava ativa; a ofensiva armada, porém, estava em ritmo de espera. A Aliança Liberal necessitava de um fato novo que reagrupasse a oposição e funcionasse como gatilho para deflagrar a rebelião. Uma tragédia abalou o cenário político no final de julho. João Pessoa, o presidente da Paraíba, foi morto a tiros por um advogado chamado João Dantas, que alegou razões pessoais para o ato. O crime ocorreu na Confeitaria Glória, no Recife, onde João Pessoa conversava com seus aliados sobre a conjuntura nacional. João Dantas foi detido em seguida e admitiu que se vingou de João Pessoa por ter autorizado uma busca em seu escritório, que resultou na apreensão e divulgação de documentos comprometedores na imprensa local. Não houve mandante nem intermediários no assassinato — foi uma ação solitária e impulsiva de João Dantas (JOFFILY, 1980).

O assassinato de João Pessoa, que até então era uma crise regional, teve repercussões nacionais. A Aliança Liberal aproveitou o pretexto para acusar o Catete de instigar a rebelião e intervir na Paraíba, atribuindo a Washington Luís a responsabilidade pelo crime por motivos políticos. A tragédia causou comoção nacional e revolta popular. A Paraíba ficou à beira do caos após o atentado, e a oposição soube explorar a situação. O corpo de João Pessoa, com a faixa de presidente estadual, foi velado na Paraíba e depois levado de navio para o Rio de Janeiro, onde os líderes da Aliança Liberal desafiaram Washington Luís e fizeram uma grande homenagem no porto. Antes da procissão fúnebre, o deputado Maurício de Lacerda, em cima de uma carreta, ao lado do caixão e diante da multidão exaltada, pegou um megafone e reacendeu a rebelião: “No esquife que aí vedes, não está o corpo de um grande cidadão, mas o cadáver

da Nação! [...] Vós, gaúchos e mineiros, vinde cumprir a vossa promessa! O povo está disposto a morrer pela liberdade!” (MEIRELLES, 2005, p. 86).

A revolta civil e militar de 1930 começou no dia 3 de outubro, com ataques simultâneos em Minas e no Rio Grande do Sul, e um pouco depois na Paraíba. O líder das operações foi o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, um oficial superior respeitado pelos colegas de farda, mas não muito famoso entre o público. Ele planejou neutralizar as tropas federais, convencendo os soldados a aderirem à causa ou invadindo as principais guarnições do Exército. A tática de Góes Monteiro era simples: pegar as unidades fiéis ao governo federal de surpresa em seus quartéis, e contar com o apoio dos oficiais subalternos e dos sargentos que comandavam a tropa. Funcionou: a maioria dos militares de capitão para baixo se juntou à Aliança Liberal. Mas a grande força militar dos rebeldes veio das Polícias Militares estaduais, que eram quase exércitos independentes, bem equipados, e que obedeciam somente aos presidentes estaduais, além de batalhões de voluntários formados por civis armados (MCCAN, 2007; CARVALHO, 2005).

Em apenas dez dias, os insurgentes tomaram o controle militar do Rio Grande do Sul. Sem resistência das forças governistas, Góes Monteiro transportou seus soldados, por trem, rumo a São Paulo. A rebelião tinha chances reais de sucesso e, dessa vez, Getúlio Vargas apostou seu destino na vitória da Aliança Liberal — vestido com um uniforme cáqui, assumiu a liderança civil da revolta e acompanhou o comboio militar. Em Itararé, na fronteira entre Paraná e São Paulo, esperava-se o confronto mais intenso e decisivo entre os insurgentes e as forças governistas. A cidade, no interior paulista, era estratégica para ambos

os lados em conflito: os trilhos davam acesso tanto a São Paulo quanto ao Rio de Janeiro.

Uma expectativa enorme se formou no país inteiro, que aguardava ansiosamente o desfecho de um embate. Itararé era um obstáculo intransponível, segundo o Catete, que enviou para a cidade 6 mil soldados da Força Pública paulista e do Exército, com a missão de impedir o avanço dos rebeldes a todo custo. No entanto, "a maior batalha da América do Sul", como os principais jornais do país anunciaram, não se concretizou. Rebeldes e legalistas chegaram a Itararé, posicionaram suas defesas, dispararam alguns tiros e pararam. Os dois lados optaram por esperar pelo fim das chuvas intensas que atrapalhavam as operações militares e por uma clareza maior do cenário político. Poderia ser uma decisão prudente, mas o militarismo estava em alta e o sentimento geral era de que o país vivia um grande desapontamento.

Washington Luís demorou a reconhecer a gravidade da revolta que ameaçava seu governo no Catete. Somente em 10 de outubro ele comunicou à nação que enfrentava uma rebelião. Ele não percebeu que a rebelião tinha um alcance e uma força maiores do que imaginava. Ele tinha que lidar com a velocidade do avanço dos rebeldes em direção ao Rio de Janeiro, a indecisão de seu aparato militar e os efeitos da crise econômica de 1929: a inflação, o desemprego, a desvalorização da moeda. O quadro era péssimo, e as ações que tomou se revelaram insuficientes para combater o desastre que se abatia sobre seu governo: estado de sítio, censura à imprensa, feriado bancário até 21 de outubro - para evitar uma corrida aos bancos -, chamada de reservistas e o início de uma campanha cívica contra os boatos. Além disso, diminuía rapidamente o número de militares fiéis ao governo e tanto o Exército quanto a Marinha reavaliavam

sua lealdade ao governo federal. Os comandantes militares também precisavam agir antes que a tropa fosse vencida pelos rebeldes ou a disciplina e a hierarquia fossem rompidas diante do alto número de deserções em apoio à Aliança Liberal (MEIRELLES, 2005; NETO, 2012).

Mesmo diante de uma situação crítica, Washington Luís não se rendia. O Palácio Guanabara, onde morava o presidente da República, estava sitiado por tropas rebeldes que ameaçavam bombardeá-lo; os fortes do litoral carioca disparavam tiros para pressionar sua saída; os generais lhe deram um ultimato; o Rio de Janeiro estava à beira de uma revolta, mas ele mantinha sua postura: “Eu não renuncio! Só sairei daqui em pedaços!” (MEIRELLES, 2005, p. 35), exclamava, diante de um grupo de ministros apreensivos na sala de despachos do palácio. Não foi necessário chegar a esse extremo. Às sete da manhã de 24 de outubro, a poucos dias do término de seu mandato, Washington Luís foi deposto; preso e levado para o Forte de Copacabana, embarcaria, um mês depois, para o exílio na Europa.

Uma nova fase da história brasileira se iniciou com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 3 de novembro de 1930. Ele foi conduzido pela Junta Governativa Provisória, composta por dois generais — Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto — e um contra-almirante — José Isaías de Noronha —, que depuseram o presidente Washington Luís após a Revolução de 1930. Esse movimento, que pôs fim à Primeira República, é considerado um divisor de águas pelos historiadores — não tanto pelo seu caráter militar, mas pelas profundas mudanças que provocou, nos anos seguintes, na economia, na política, na sociedade e na cultura do país.

Uma nova era começava para o Brasil quando Getúlio trocou o uniforme militar pelo traje civil e subiu as escadas do Palácio do Catete para assumir o cargo de chefe do Governo Provisório. A mudança não era apenas simbólica: com sua posse, o Executivo ganhava poderes absolutos e podia fazer uma profunda reforma no sistema político. O Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e Municipais foram fechados, os políticos da Primeira República foram destituídos, os governadores dos estados foram substituídos por interventores, a imprensa contrária foi silenciada - pela primeira vez, desde a Constituição de 1824, todos os postos de comando no país eram ocupados por civis e militares não eleitos. (PANDOLFI, 2003) Entusiasmado com a vitória no Nordeste e recém-chegado ao Rio de Janeiro, Juarez Távora afirmava que o regime que o Brasil teria daí em diante não seria nem democrático nem liberal: "Apoio a ditadura no seu sentido exato" (LIRA, 2012, p. 520). E completou: "Ditadura sem prazo determinado, até que todos comprovem por atos, não por palavras, a regeneração e a reabilitação dos costumes políticos e administrativos" (LIRA, 2012, p. 520).

Vargas tinha consciência de que sua vitória estava ameaçada pelas forças políticas tradicionais, que ainda dominavam os estados. Ele sabia que, se convocasse eleições, seria derrotado pelos antigos coronéis. Por isso, ele quis implantar uma nova ordem, baseada em mudanças profundas na sociedade, na administração e na política. O projeto era ousado, exigia tempo e paciência, mas ninguém imaginava que a ditadura que ele inaugurou em 1930 duraria quinze anos, com um breve período constitucional de 1934 a 1937. Em seu discurso de posse, Vargas anunciou um programa reformista radical. Ele cumpriu quase todas as promessas da Aliança Liberal, através de uma série de decretos:

perdoou os tenentes, reorganizou o Exército, criou os ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, e da Educação e Saúde Pública, reformou o ensino e a educação pública.

Uma das prioridades de Getúlio era a política trabalhista. Ele revelou sua personalidade e seus objetivos nesse campo. Sua política tinha dois eixos. Um era a criação das leis de proteção ao trabalhador — limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, direito a férias, carteira de trabalho e previdência social. O outro era a repressão a qualquer tentativa de organização dos trabalhadores fora do controle do Estado — combateu, com especial violência, a ação dos comunistas. Além disso, acabou com o sindicalismo independente, submeteu os sindicatos ao Estado e negou aos trabalhadores rurais os benefícios da legislação trabalhista (GOMES, 2002).

Uma das características do governo de Getúlio Vargas era a falta de definição sobre o futuro político do país. Ele não se pronunciava sobre a necessidade de uma nova Constituição nem sobre a realização de eleições presidenciais. Enquanto isso, os brasileiros permaneciam sem direito ao voto em qualquer nível ou esfera de poder. No entanto, a partir de 1932, o governo apresentou um Código Eleitoral que pretendia ser moderno e democrático. O código estabelecia a Justiça Eleitoral, o voto secreto em cabine isolada e eliminava a ideia de que votar era um ato público de expressão de preferência, típica do republicanismo europeu dos séculos XVII e XVIII (NICOLAU, 2012).

O código eleitoral de 1932 introduziu duas mudanças importantes no sistema político brasileiro: o voto secreto e a Justiça Eleitoral. Essas medidas visavam combater as fraudes eleitorais que marcaram a Primeira República, nas quais os eleitores eram coagidos ou manipulados pelas oligarquias regionais. Além disso,

o código eleitoral de 1932 foi um marco na luta das mulheres pelo sufrágio, pois garantiu o direito de votar e de se candidatar. Muitas mulheres participaram ativamente da revolução de 1930, apoiando os rebeldes contra o governo federal. Um exemplo foi o Batalhão Feminino João Pessoa, organizado pela jovem advogada mineira Elvira Komel, que reuniu cerca de 8 mil voluntárias em 52 cidades (GAMA, 1987).

Vargas não tinha como restaurar uma fé democrática que o país nunca teve. A Aliança Liberal se comprometeu a refundar a República, com um programa de reformas abrangente, mas as principais forças políticas que a apoiavam não eram democráticas nem de origem nem de vocação. Elas viam a Constituição de 1891 como uma falácia que favorecia a Política dos Governadores, e preferiam um governo centralizado e autoritário. A coalizão que assumiu o poder em 1930 era diversa e conflituosa, concordando apenas em quem eram os inimigos. Desde o início do Governo Provisório, o grupo enfrentou o dilema de como mudar a República, sem mexer nas bases que a sustentavam.

Os tenentes defendiam a modernização das polícias estaduais e das Forças Armadas, bem como o desenvolvimento da indústria nacional, especialmente a siderúrgica. Também se alinhavam com as demandas dos setores médios e dos trabalhadores urbanos que apoiaram a Aliança Liberal, por uma legislação trabalhista e social mais justa. No entanto, eles não tinham interesse em ampliar a democracia na República e eram claramente favoráveis à supremacia do Estado sobre a sociedade. As novas lideranças civis, por outro lado, buscavam aumentar seu poder pessoal, enquanto as elites dissidentes de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba queriam ter mais participação na administração da República, sem mudar muito suas bases de dominação — o que implicava,

principalmente, preservar a estrutura agrária do país. E todos eles queriam se tornar a força hegemônica na coalizão governista e assumir o comando do governo (GOMES, 1981).

Vargas não se expunha facilmente ao público. Ele tinha um projeto de poder, queria permanecer onde estava e, para isso, fazia da política quase um negócio; seguia as próprias normas e estabelecia alianças políticas aparentemente improváveis, mas que lhe garantiam a manutenção do comando. Seus recursos mais frequentes consistiam em conceder benefícios e compensações, adiar soluções definitivas até que o tempo lhe desse a oportunidade de decidir e balancear-se como juiz das contendas na coalizão de forças que apoiavam seu governo.

Entretanto, a situação política de Vargas se complicava em 1932. As forças políticas que o apoiavam, principalmente em Minas e no Rio Grande do Sul, e as que o contestavam, exigiam a convocação de eleições imediatas. As Ligas Pró-Constituinte mobilizavam a população nas ruas das grandes cidades, aumentando a pressão sobre o governo. O principal foco de resistência a Vargas, porém, estava em São Paulo. O estado mais rico e poderoso do Brasil se sentia prejudicado pela revolução de 1930, que tirou dos paulistas o controle da política cafeeira e da administração estadual. Os interventores nomeados por Vargas eram considerados "forasteiros", sem vínculo com São Paulo e submissos ao Catete. Os paulistas se rebelaram contra o que consideravam uma série de ofensas de Vargas a São Paulo: a transferência da gestão do café do Instituto do Café do Estado de São Paulo para o Conselho Nacional do Café, criado pelo governo federal para enfrentar a crise mundial, e a quebra da

autonomia política do estado com a nomeação de interventores (SILVA, 1976; CAPELATO, 1982; NETO, 2013).

Além de todos os problemas, no caso de São Paulo, o interventor indicado foi João Alberto Lins de Barros, nordestino e escolhido a dedo entre os tenentes. De outubro de 1930 até os primeiros meses de 1932, Vargas teve que nomear quatro interventores diferentes para São Paulo - os paulistas demonstravam que eram incontrolláveis. Mas a situação podia piorar. Em 1932, as forças políticas do estado se uniram em torno de uma agenda comum de oposição que combinava a demanda constitucionalista - a reivindicação de convocação urgente de uma Assembleia Nacional Constituinte - com um evidente antagonismo regionalista. Desse modo, surgiu um forte sentimento de identidade e a concretização da política do ressentimento (ANDRADE, 1978).

Apesar de nem todos os paulistas se identificarem com a ideia de separar São Paulo do resto do país, havia um consenso em resistir a um governo federal autoritário e centralizador, que ameaçava a autonomia política e econômica do estado. A luta pela constitucionalização significava a possibilidade de eleger um novo governo e, assim, recuperar a influência de São Paulo na República. Por isso, muitos paulistas chamaram o movimento de Revolução Constitucionalista de 1932. Em 9 de julho daquele ano, cerca de 20 mil soldados — entre as tropas federais e as da Força Pública — se rebelaram contra o governo Vargas.

A sociedade paulista, principalmente na capital, se engajou na causa: milhares de civis, incluindo os estudantes da Faculdade de Direito, no largo de São Francisco, se voluntariaram para combater; indústrias se converteram em fábricas de armas e munições; imigrantes italianos e sírios ajudaram no atendimento aos feridos; o clero católico abençoou os revolucionários. A "causa

paulista" foi defendida com um patriotismo que surpreendeu o estado, e as mulheres se destacaram pela participação: milhares delas, de diferentes classes sociais, doaram suas joias para a campanha Ouro pelo Bem de São Paulo, que tinha como objetivo arrecadar recursos para financiar a guerra. Entre julho e setembro, aproximadamente 90 mil alianças de casamento foram entregues ao governo estadual, por suas donas, para serem fundidas.

Os trabalhadores fabris foram os únicos que não aderiram à mobilização geral. No principal polo industrial do país, os operários não se engajaram na luta. Havia desconfiança entre os trabalhadores sobre um levante que ignorava suas reivindicações; havia receio entre as elites paulistas de que os operários convocados para a guerra se rebelassem por conta própria. Durante a guerra, temendo uma convulsão social, os líderes paulistas vigiaram de perto suas fábricas e prenderam as lideranças operárias, quando possível (CAPELATO, 1982; BASBAUM, 1978).

São Paulo só poderia vencer se lançasse um ataque militar rápido contra o Rio de Janeiro, antes que Vargas mobilizasse suas tropas. Mas as forças paulistas avançaram devagar: esperavam que Minas Gerais e o Rio Grande do Sul — insatisfeitos com o governo federal — se aliassem aos insurgentes. Também contavam com uma rebelião dos militares no Rio de Janeiro para derrubar Vargas. E a guerra até que começou bem para os paulistas: eles dominaram o estado, cercaram as entradas do Vale do Paraíba, enfrentaram as forças federais em território mineiro e fecharam o túnel da ferrovia na serra da Mantiqueira. Numa operação digna de cinema, agentes do governo paulista compraram, em segredo, no Chile, dez aviões de guerra; depois, contrataram pilotos norte-americanos, que pousaram clandestinamente em Mato Grosso e,

após muitas aventuras, entregaram os aviões aos insurgentes (MCCANN, 2007; LIRA, 2013).

Mesmo com todo o esforço, o resultado foi desastroso. Os governos do Rio Grande do Sul e de Minas estavam insatisfeitos com a política centralizadora do Governo Provisório, mas não iriam se rebelar contra um governo que eles mesmos haviam apoiado — fiéis a Vargas, suas tropas iriam atacar São Paulo. No Catete, Getúlio, mais uma vez, delegou o planejamento das operações militares a Góes Monteiro, que iniciou os preparativos para uma ofensiva. Organizou uma estrutura de defesa para o Rio de Janeiro, impediu qualquer tentativa de golpe militar na capital da República e enviou para a guerra 80 mil homens do Exército e da Marinha, muitos vindos do Norte e do Nordeste, contra 70 mil paulistas. O estado de São Paulo foi isolado por terra, aviões do governo federal bombardearam as posições dos rebeldes, o porto de Santos foi fechado, e a “guerra paulista” envolveu o país todo.

Em 1º de outubro de 1932, São Paulo aceitou a derrota. Num gesto típico, Vargas primeiro puniu os revoltosos: prendeu os rebeldes, expulsou oficiais do Exército, cassou os direitos civis dos principais envolvidos na revolta, mandou para o exílio as lideranças políticas e militares do estado, mandou reestruturar a Força Pública e diminuiu seu status de órgão militar. A elite paulista estava vencida. Sem muito alarde, Vargas também fortaleceu sua aliança com os militares, baseada em duas promessas de médio e longo prazo: reequipar o Exército e criar uma indústria bélica nacional. Depois disso, negociou com os vencidos: nomeou um interventor civil — e paulista — para o estado, orientou o Banco do Brasil a assumir os bônus de guerra emitidos pelos bancos de São Paulo e

confirmou a convocação para a Assembleia Constituinte, estabelecendo o calendário eleitoral para 3 de maio de 1933 (MCCANN, 2007; NETO, 2013).

Com o declínio das elites regionais opositoras, que perderam espaço e influência nos estados para angariar votos, o pleito para a Assembleia Constituinte revelou diversas mudanças: propiciou a alternância de poder, originou vários partidos de abrangência regional e indicou a renovação da classe política. Em 15 de novembro de 1933, no Palácio Tiradentes, sede do Congresso Nacional, a Constituinte era composta por uma grande variedade de representantes.

Entre os eleitos para a Constituinte, havia alguns deputados iniciantes, que se beneficiaram do sistema de candidaturas avulsas, e uma bancada expressiva da situação, apoiada pelos interventores estaduais. São Paulo formou um bloco unido para fazer oposição a Vargas; os católicos votaram em vários parlamentares ligados à Igreja, e o Brasil elegeu uma única deputada constituinte — a médica Carlota Pereira de Queirós.

Após oito meses de trabalho, os eleitos promulgaram a nova Constituição em 16 de julho de 1934 e, no dia seguinte, escolheram, por meio do voto indireto, Getúlio Vargas como presidente da República. Embora lhe concedessem um novo mandato presidencial e ratificassem constitucionalmente todas as ações realizadas pelo Governo Provisório, os deputados incluíram na Constituição algumas normas que desagradaram Vargas profundamente — o texto final era “monstruoso”, revelou ele aos mais próximos.³⁸ Não era; apenas impedia as condições do poder arbitrário que ele vinha exercendo até então. O novo texto constitucional subordinava o Executivo à fiscalização do Legislativo, acabava com os decretos que permitiam ao líder do Governo Provisório substituir o Congresso na função de elaborar leis e assegurava completa independência ao

Tribunal de Contas. Para aumentar o descontentamento de Vargas, os congressistas limitaram em quatro anos o mandato presidencial e ainda proibiram a possibilidade de reeleição.

A ação conjunta de censura, repressão e propaganda criou um clima ideológico que desqualificou a participação dos comunistas, incutiu medo no coração da população católica e das classes médias e altas, e fortaleceu um imaginário anticomunista que marcaria a história política do país pelas cinco décadas seguintes. Os levantes de 1935 foram transformados, pelo discurso oficial, na Intentona Comunista — “intentona” significa “tentativa louca ou irracional” —, e uma série de crimes foi atribuída aos rebeldes: os oficiais comunistas seriam responsabilizados por ter matado covardemente os próprios colegas legalistas do 3º Regimento de Infantaria enquanto estes dormiam.

Vargas usou falsas acusações para combater seu principal adversário. Em 30 de setembro de 1937, a imprensa divulgou que havia planos para uma nova rebelião comandada por Moscou. O Plano Cohen — um documento secreto que detalhava uma estratégia de golpe de Estado — havia sido apreendido pelo Exército, que o divulgou para a população. O plano continha ordens alarmantes: incendiar edifícios governamentais, promover saques, executar civis sem julgamento.

Uma versão falsificada do documento com nome judaico foi elaborada pelo coronel Olympio Mourão Filho, que comandava a milícia integralista e o serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB), e que trabalhava na área de inteligência do Estado-Maior do Exército. O general Góes Monteiro aceitou o documento como verdadeiro e o enviou a Vargas. Logo depois, o documento foi divulgado para o público. O documento forjado se espalhou pelos quartéis, os

jornais retomaram as discussões sobre o risco comunista, programas de rádio ecoavam o tema do anticomunismo, e a população ficou agitada. Cerca de dois meses depois, contente com o desdobramento, Vargas julgou que o momento era propício: no dia 10 de novembro, isolou o Congresso e dispensou seus integrantes, colocou a Polícia Militar na rua, impôs uma nova Constituição ao país e chamou o golpe de Estado. Não houve resistência armada. Iniciavam-se os longos anos de ditadura do Estado Novo (FAUSTO, 1994; NETO, 2012).

Vargas tentou tirar proveito da sua posição neutra na guerra, sem se comprometer muito com nenhum dos lados. Fez negócios com a Alemanha nazista, que se tornou o maior comprador dos produtos brasileiros na América, e comprou submarinos da Itália fascista em troca de carne e insumos agrícolas. Ao mesmo tempo, buscou ampliar o comércio com os Aliados, e adquiriu destróieres nos Estados Unidos e armamentos na Inglaterra para equipar a Marinha do Brasil. Diante da incerteza sobre o resultado da guerra e do avanço nazista na França, Vargas via a neutralidade como uma forma de aproveitar as oportunidades; vendia para os dois lados, para o descontentamento do pequeno grupo de decisores de seu governo, que se dividiam entre os pró-Aliados, como o ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha e seu genro Ernâni do Amaral Peixoto, interventor do Rio de Janeiro, e os simpatizantes dos alemães, como os generais Góes Monteiro e Dutra.

O Estado Novo tinha uma inclinação ideológica pelo fascismo: em fevereiro de 1939, um mês antes do fim da Guerra Civil Espanhola e da vitória dos nacionalistas liderados pelo general Franco, Vargas reconheceu o regime fascista na Espanha. No entanto, ele mantinha boas relações com o presidente Roosevelt, e buscava fortalecer a parceria, pois os objetivos modernizadores de

seu governo dependiam de uma aproximação com os Estados Unidos, visando obter a cooperação para o desenvolvimento de uma indústria de base no Brasil. Mas ele também usou de estratégia: orientou o Itamaraty a anunciar sua disposição de não aguardar a decisão dos americanos de apoiar seu projeto de industrialização, sugeriu a possibilidade de aceitar a ajuda alemã e enviou um telegrama para Hitler com "[...] meus votos de felicidade pessoal e de prosperidade para a nação alemã" (LEVINE, 2001, p. 100).

O Brasil se tornou um aliado estratégico dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, ao permitir a instalação de uma base aeronaval americana perto de Natal, que servia de apoio para as operações no Norte da África. Essa aliança possibilitou o acesso a recursos financeiros do Export-Import Bank, que foram usados para impulsionar o desenvolvimento industrial do país. Um dos principais projetos foi a construção de uma grande usina siderúrgica em Volta Redonda, uma cidade planejada próxima ao Rio de Janeiro, que representava o sonho de Vargas de tornar o Brasil economicamente independente. A usina ficou sob o controle do Estado Novo, através da Companhia Siderúrgica Nacional, uma empresa de economia mista com maioria acionária estatal. Além disso, o governo investiu em outros setores, como a exploração de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce, a produção de álcalis, motores para aviões e caminhões. Essas iniciativas tinham origem no ideário da Aliança Liberal, de 1930, e no acordo de Vargas com as Forças Armadas, que lhe deram sustentação para o golpe de 1937.

Ele também traçou uma estratégia específica para lidar com o desafio do petróleo e, mesmo sem conseguir implantar as grandes refinarias estatais, abriu o caminho que, na década seguinte, resultaria na campanha pela criação da

Petrobras. A partir de 1943, Vargas já tinha consciência de que a guerra se aproximava do fim, e que isso implicava a derrota do Eixo. Ele também sabia que o Estado Novo não se sustentaria, mesmo que o Brasil estivesse ao lado dos prováveis vencedores: em agosto de 1943, contrariou Dutra e Góes Monteiro - que eram contra a entrada do país na guerra ao lado dos Aliados -, criou a Força Expedicionária Brasileira e mandou soldados para combater na Itália em 1944 - cerca de 25 mil homens que se expuseram, apesar do treinamento precário e do frio extremo.

O envolvimento do Brasil na guerra, contudo, colocava em evidência a contradição de lutar pela democracia na Europa e sustentar o autoritarismo no país. Em outubro de 1943, o “Manifesto dos mineiros”, assinado por 92 personalidades de Minas Gerais, exigia a instalação de um regime democrático, abrindo espaço para a atuação das forças de oposição. Vargas não subestimou a qualidade da oposição que se formava, mas avaliou a nova conjuntura e planejou a transição para um regime constitucional, respaldado em amplos setores da população, principalmente aqueles que se favoreceram da legislação social e trabalhista.

Capítulo II

O Espírito Santo na Era Vargas e o estabelecimento das Políticas Públicas

Neste capítulo abordaremos as ações do governo Vargas em relação as políticas públicas como saúde e educação. Dessa forma, discorreremos sobre o tema no contexto federal e, por conseguinte, avaliaremos como essas ações foram postas em movimento no Espírito Santo. Para isso, dedicamos nossa atenção para o contexto espírito-santense durante o governo de João Punaro Bley que ocupou o cargo ora de interventor, ora de governador do estado tendo atuado por quase todo o período de presidência de Getúlio.

2.1. A Saúde Pública no governo Vargas

Como vimos, o período do Governo Provisório foi caracterizado por uma grande instabilidade política, que se refletiu nas constantes trocas de ministros, assim, somente em 26 de julho de 1934, Gustavo Capanema assumiu o cargo e iniciou-se um processo de reformas na saúde pública. Desde 1930, o setor público brasileiro passou por diversas reformas que já eram previstas antes da ascensão de Vargas ao poder – algumas delas faziam parte de sua plataforma eleitoral em 1929 – e que se inseriram em um amplo programa de planejamento e reforma governamental. O objetivo era formar um Estado forte e centralizado, com um aparato governamental que abrangesse todo o território nacional e integrasse os níveis federal, estadual e municipal em um projeto político-administrativo mais

coeso. Essa era uma resposta ao federalismo exagerado da primeira constituição republicana. A criação do ministério dos Estados e da Saúde Pública (MESP) fazia parte dessa proposta de reforma administrativa.

O MESP foi criado em 1930, mas não trouxe mudanças significativas para a saúde pública no início. Ele apenas incorporou o antigo Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), que existia desde 1920. Depois, ele passou por algumas modificações provisórias, baseadas em uma legislação fragmentada e que respondia apenas às demandas conjunturais. No final de 1930, já se esboçavam algumas diretrizes para a reforma administrativa de Vargas: fortalecer a organização federal e racionalizar a administração. Mas essas diretrizes não se concretizaram nesse período, ficando apenas no papel (WAHRLICH, 1983).

Entre 1930 e 1934, o MESP teve três ministros diferentes: Francisco Campos, Belisário Penna e Washington Pires. Diferente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que nesse período definiu as principais orientações para seu desenvolvimento, o MESP não tinha objetivos claros nem uma estrutura administrativa definida. As mudanças que ocorreram foram superficiais e às vezes prejudicaram as atividades do ministério, que sofria com as incertezas políticas, a crise econômica e a falta de recursos no começo dos anos 1930. Em relação à saúde pública, o MESP era basicamente o mesmo DNSP criado em 1919 e herdado da Primeira República (HOCHMAN, 1998).

O período de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública (1934-45) foi decisivo para a consolidação da saúde pública como uma política estatal. Durante sua gestão, Capanema promoveu duas reformas importantes: a primeira, em 1937, reorganizou o Ministério e o alinhou aos

princípios sociais do Estado Novo, passando a se chamar Ministério da Educação e Saúde (MES); a segunda, em 1941, criou os Serviços Nacionais, que centralizaram as ações de combate a doenças específicas e endêmicas. Essas reformas definiram e fortaleceram a estrutura administrativa e institucional da saúde pública, que permaneceu praticamente inalterada até a criação do Ministério da Saúde em 1953, e até o final da década de 80 em alguns aspectos.

Em termos de instituições, os destaques foram as Delegacias Federais de Saúde, os Serviços Nacionais e as Conferências Nacionais de Saúde. A criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) em 1942, por meio de um acordo com o governo dos Estados Unidos, também foi relevante (CAMPOS, 2000). Em termos de ações, o foco foi o combate à malária e à tuberculose, esta última uma novidade em relação ao período anterior a 1930, além da elaboração de um plano nacional de combate à lepra. A febre amarela, que havia voltado à Capital federal em 1928 após vinte anos de ausência, continuou sendo uma prioridade do governo federal e da Fundação Rockefeller, especialmente nos anos (BENCHIMOL, 2001).

O governo Vargas promoveu reformas na saúde pública que refletiam sua política de centralização e verticalização do poder. O médico João de Barros Barreto, que liderou essas reformas como diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS) entre 1937 e 1945, com uma breve interrupção, buscou interiorizar a saúde pública, seguindo a proposta do sanitarismo. Para isso, criou ações especializadas por doença, coordenadas pelo Ministério e executadas de forma hierárquica nos estados e municípios. Com intervenções políticas nos estados, autoritarismo e restrições constitucionais às autonomias estaduais, o governo Vargas tentou realizar o ideal centralizador do sanitarismo dos anos 1920.

Segundo a Lei n. 378, de 13/01/1937, que instituiu a Reforma em 1937, o Brasil foi organizado em oito regiões sanitárias, cada uma com uma Delegacia Federal de Saúde. As Delegacias eram responsáveis por fiscalizar as ações de cooperação da União com os órgãos locais de saúde pública e assistência médico-social e com entidades privadas, bem como os serviços federais de saúde. As regiões eram as seguintes: Distrito Federal e Rio de Janeiro; Acre, Amazonas e Pará; Maranhão, Piauí e Ceará; Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; Sergipe, Bahia e Espírito Santo; São Paulo e Mato Grosso; Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Minas Gerais e Goiás. As sedes das Delegacias ficavam nas cidades de: Rio de Janeiro, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Uma das intenções do Governo Federal era fortalecer sua atuação nas diferentes regiões do país, por meio da execução e fiscalização das medidas de saúde pública. Cada delegacia federal de saúde atuaria como uma extensão do Ministério em uma determinada região e manteria uma relação próxima com os serviços sanitários estaduais, inclusive com a indicação dos seus líderes. A instalação da ditadura em 10 de novembro de 1937 facilitou a realização de uma reforma que buscava ampliar a presença dos serviços sanitários federais nos estados, redefinindo a relação entre estes e a União.

Essa preocupação parecia ser uma resposta aos que apontavam que os serviços sanitários, apesar de seus propósitos nacionais, se concentravam, na realidade, no Distrito Federal. Em uma avaliação feita em 1942, Barros Barreto mostrava que um número significativo de estados estava organizando ou reestruturando seus departamentos de saúde de acordo com as novas orientações federais. Um dado ilustrativo desse processo de reforma e a articulação dos estados com os

serviços federais de saúde, apresentado nessa avaliação, é que 13, dos então 19 estados, tinham como diretores de seus departamentos de saúde, ou como assistentes de diretor, técnicos ligados diretamente ao DNS/MES (BARROS BARRETO, 1942).

Uma das medidas da reforma de 1937 foi a criação das Conferências Nacionais de Saúde (CNS), que tinham como objetivo promover o debate entre representantes de todos os estados sobre as questões de saúde pública em âmbito nacional e oficial. Segundo a visão política e técnica que orientava as reformas, Gustavo Capanema concebia as CNS como

[...] conferências de administradores que terão apenas o objetivo de estudar e assentar providências de ordem administrativa. Por meio delas, poderá ainda a União coordenar a execução dos planos nacionais que forem estabelecidos. (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC.34.06.21.)

As Conferências foram criadas para complementar as propostas institucionais anteriores e seguir os princípios gerais que as nortearam, baseados na preocupação em definir parâmetros mais claros nas relações e atribuições da União com os estados e municípios. Por meio de recursos financeiros e assistência técnica, os problemas dos estados deveriam ser abordados de forma conjunta e sistemática, sem favorecimentos. Esse objetivo é explicitado na lei que aprovou o novo formato do Ministério, que incluiu um capítulo específico sobre as formas de ação da União. Nesse capítulo, o governo indica que as CNS, assim como as Conferências Nacionais de Educação criadas pela mesma legislação, tinham o propósito de facilitar ao Governo Federal o conhecimento

das atividades relacionadas à educação e à saúde, orientando a execução dos serviços estaduais e locais e a concessão de auxílios e subvenções federais.

No contexto da reforma, as CNS se configuravam como um espaço privilegiado para a articulação entre o governo federal e os estados, possibilitando a sistematização de normas técnicas e administrativas da área da saúde. Permitiriam que se adequassem os mecanismos burocráticos e administrativos que sustentariam a definição das prioridades, a uma supervisão que almejava ser criteriosa e a uma pretensão de controlar o setor. Assim, o perfil estabelecido para o funcionamento das Conferências era o de um espaço para administradores e técnicos de saúde. Como se referiam a atividades exclusivamente de caráter público, as CNS reuniam representantes dos órgãos públicos de saúde nas esferas federal e estadual, para discussão e deliberação das questões administrativas referentes à saúde pública.

A Primeira Conferência Nacional de Saúde ocorreu no Rio de Janeiro, de 10 a 16 de novembro de 1941, logo depois da Conferência Nacional de Educação. Nessa Conferência, foram aprovadas algumas proposições que mostram a articulação entre a agenda histórica dos sanitaristas e as características da política varguista. Por um lado, elas reforçam a necessidade de centralizar a capacidade de normatizar legal e administrativamente as ações de saúde pública no MES, mesmo que os estados e municípios fossem responsáveis pela execução dessas ações.

Por outro lado, elas permitem a possibilidade de acordos entre estados e governo federal para que este realizasse diretamente ações de saúde, principalmente de combate às endemias rurais (Arquivos de Higiene, abril, 1941, p. 64-65; Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, GC 36.05.26). De certa

forma, as CNS deveriam substituir os congressos da Sociedade Brasileira de Higiene que, com cinco edições até serem interrompidos em 1930, eram os espaços de encontro científico e político dos profissionais do campo da saúde pública. Esses congressos só foram retomados em 1947 e mantiveram a sua relevância técnica e política até os anos 50.

A reforma proposta em 1935 buscou, a este respeito, nacionalizar o Ministério, mercê da firme decisão assentada por V.Excia no sentido de ampliar a atuação federal, quanto aos problemas de saúde, de modo que ela deixasse de considerar preferentemente o Distrito Federal para abranger, de maneira sistemática, todo o território nacional. (...) O projeto ora proposto procura assentar as bases de solidificação dos trabalhos desenvolvidos, dando ao Departamento Nacional de Saúde um sistema de órgãos adequados não só a manter mas ainda a desenvolver os empreendimentos de caráter nacional iniciados. Representa como se vê, o projeto de decreto-lei menos um traçado de perspectivas novas, menos uma promessa de novas realizações do que uma consolidação da experiência já realizada e uma sistematização dos esforços já empreendidos (Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, GC 35.02.19).

Essa reforma estabelecia que a saúde pública deveria focar nas doenças infecciosas, que afetavam toda a população brasileira e não apenas segmentos específicos. Os Serviços Nacionais, cada um com um diretor, seriam coordenados pelo DNS, que monitorava o trabalho realizado nas diversas regiões do país. Os serviços nacionais eram: da Peste; de Tuberculose; de Febre Amarela; do Câncer, de Lepra, de Doenças Venéreas, de Malária, de Doenças Mentais, de Educação Sanitária, de Fiscalização da Medicina, de Saúde dos Portos, Serviço Federal de Bio-Estatística e Serviço Federal de Águas e Esgotos.

O Serviço de Febre Amarela e o Serviço de Malária do Nordeste, ligados às ações da Fundação Rockefeller, precederam a criação dos respectivos serviços nacionais. A principal diretriz e missão dos serviços nacionais criados em 1941 era combater epidemias e definir métodos de controle e prevenção, em uma

atuação conjunta com as Delegacias Federais de Saúde e com os governos estaduais. Assim, o governo federal, por meio da equipe técnica que atuava nos estados (médicos sanitaristas, guardas sanitários, enfermeiras, engenheiros), buscava ampliar sua presença nos locais mais distantes do país, articulando centralização política com alguma forma de descentralização administrativa.

Com o forte apelo ideológico de um projeto nacionalista ligado à centralização política, o Ministério buscava reorganizar os serviços de saúde e saneamento, ampliando sua atuação em todo o território nacional, em parceria com os estados, planejando, coordenando e executando ações de saúde pública. Essas ações deveriam priorizar a prevenção e o controle de doenças como tuberculose, malária, febre amarela e peste, voltadas para a "coletividade", enquanto a assistência médica previdenciária e a assistência pública ficariam responsáveis pelas ações mais individualizadas. Duas citações de Capanema ilustram essa visão:

[...] sem descuidar dos serviços da capital da República, antes até, melhorando-os a ponto de torná-los modelares, a ação do ministério será cada vez mais nacional, fundamentalmente nacional, atendendo assim a um dos objetivos primordiais da reforma (Discurso de Capanema ao dar posse ao Dr. João de Barros Barreto na direção do DNS, Jornal do Comércio, 04 fev. 1937).

À saúde pública não interessa o caso individual, seja um caso de doença, seja qualquer outra situação especial relativa à saúde ou ao corpo. O caso individual só interessa à saúde pública se puder afetar a coletividade, se for capaz de pôr a coletividade em perigo. Fora disso, dele não se ocupará a saúde pública (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC.34.06.2..F Pasta VI).

O MES se preocupava principalmente com as doenças infecto-contagiosas que afetavam o homem rural e ameaçavam a coletividade. Sua estrutura administrativa se baseava na organização de serviços nacionais voltados para o

combate às doenças transmissíveis consideradas prioritárias. A saúde pública se definia pela combinação de ações políticas verticalizadas e pelo foco em doenças endêmicas e infecto-contagiosas que visavam à “saúde das populações”.

É importante destacar que a atenção materno-infantil tinha um lugar especial nas propostas de política de saúde, com a criação de serviços específicos para a infância, separados dos serviços de saúde para a população em geral. Com a reforma de 1937, surgiu a Divisão de Amparo à Maternidade e a Infância. Logo depois, em fevereiro de 1940, ela foi substituída pelo Departamento Nacional da Criança, que não fazia parte do DNS.

Olinto de Oliveira foi o diretor de ambos os projetos, e defendia em seus trabalhos que as questões da infância deveriam ser tratadas por um órgão específico do MES, e não pela saúde pública. Por outro lado, a política de assistência médica aos trabalhadores vinculados aos Institutos de Aposentadoria e Pensões, que se separou das ações de saúde pública, não se deveu apenas a uma decisão governamental. Ela também teve a ver com a resistência dos profissionais e gestores da saúde pública em abandonar uma pauta rural e em aceitar a inclusão de ações curativas no âmbito da saúde pública (FONSECA, 2000; HOCHMAN, 2001).

O Estado Novo não apenas atualizou a “herança sanitária” da Primeira República, mas também a renovou e inovou. Um dos aspectos dessa inovação foi a criação do Serviço Nacional de Tuberculose, que promoveu a primeira integração entre os Institutos de Aposentadoria e Pensões e o campo da saúde pública, articulando as práticas assistenciais e curativas individualizadas com a medicina preventiva de caráter coletivo. Essa integração reconhecia a

necessidade de tratar uma doença que afetava fortemente os trabalhadores urbanos com orientações, instituições e profissionais unificados. No entanto, esse processo de integração entre ações preventivas-educativas e práticas curativas foi lento e demorado. Do ponto de vista institucional, a unificação da saúde pública com a assistência médica previdenciária só se concretizaria no início da década de 1990.

Além disso, a criação de agências nacionais, que regulavam e coordenavam as ações contra endemias e doenças específicas a partir do governo federal, gerou uma especialização sem precedentes no âmbito do Departamento Nacional de Saúde (DNS). Essa reestruturação da organização administrativa da saúde pública, com sua inserção em novos formatos e conteúdos na agenda oficial do governo, exigiu uma nova qualificação: o profissional de saúde contratado pelo Estado. Intensificou-se um processo iniciado na Primeira República: a distinção entre os médicos clínicos e os higienistas/sanitaristas por meio de cursos de higiene e saúde pública oferecidos pelo Instituto Oswaldo Cruz e pelas Faculdades de Medicina, da ida de médicos brasileiros para universidades norte-americanas e do treinamento nos próprios serviços.

O DNS implementou, a partir de 1938, uma política de formação de quadros técnicos para os serviços nacionais e estaduais (BARROS BARRETO, 1942). A diferenciação não ocorreu apenas entre a elite médica, mas também, ainda que mais lentamente, entre as elites políticas e as elites médicas. Foi esse processo de constituição de um grupo de médicos, funcionários do Estado e especializados em saúde pública, que iniciou essa separação entre as elites estatais profissionais e as elites políticas. Assim foi se configurando uma comunidade profissional produzida e vinculada ao poder público, que passa a

ser interlocutora dos grupos que tinham interesses relacionados às atividades públicas nas áreas da saúde e do saneamento.

A carreira de sanitarista se estruturou e se consolidou em um contexto de reformas que buscaram ampliar e delimitar o papel do Estado na saúde pública no Brasil. Nesse cenário, as prioridades para a saúde pública se articularam com os requisitos para a formação de uma especialidade médica regulada. Essa mesma geração de médicos-sanitaristas participou ativamente da construção desse aparato institucional, definindo prioridades e acumulando experiências no trabalho pelo país, tanto como formuladores como implementadores de políticas. Assim, é difícil dissociar o processo de institucionalização da saúde pública, que se iniciou nos anos 30, da trajetória pessoal e profissional dessa geração que se formou nesse processo (FONSECA, 2000). Muitos desses médicos-sanitaristas ocuparam os principais cargos do Ministério da Educação e Saúde, e depois de 1953, do Ministério da Saúde.

Outro aspecto importante desse período é o aumento da atuação de organizações e profissionais americanos na área da saúde no Brasil. Três serviços exemplificam essa influência: o Serviço de Malária do Nordeste, o Serviço de Febre Amarela e o Serviço Especial de Saúde Pública. A colaboração norte-americana foi decisiva na organização dos serviços, na capacitação de recursos humanos (médicos, engenheiros, enfermeiras), na propagação de certos conceitos norteadores das práticas de saúde pública (como por exemplo na importância dada à educação em saúde e a criação de Centros de Saúde) e, por terem esses serviços atendido principalmente a população rural, no fortalecimento da presença da saúde pública no interior do país (FARIA; CASTRO SANTOS, 2003; MARINHO, 2001).

A Fundação Rockefeller, que já tinha uma presença no Brasil desde os anos 1910, participava na década de 30 do Serviço de Febre Amarela, através de acordos com o governo brasileiro, liderados por Fred Soper e Sérvulo Lima. A luta contra a doença se fazia por meio de postos estabelecidos em áreas rurais com alta incidência da febre. Ao mesmo tempo, a partir de setembro de 1938, a Fundação *Rockefeller* se dedicava a uma grande campanha de eliminação do *Anopheles Gambiae*, mosquito transmissor da malária que havia invadido o nordeste brasileiro nos anos 30 (GADELHA; PACKARD, 1994; FRANCO, 1969). O êxito dessa campanha estimulou o debate nacional e internacional sobre a eliminação da malária nas décadas de 40 e 50, com repercussões na organização do Serviço Nacional de Malária. Essa atuação foi intensificada com a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, por meio de um convênio entre o governo brasileiro e o governo americano, representado pelo Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) (CAMPOS, 2000).

Portanto, mesmo sem alcançar uma abrangência nacional e sem oferecer respostas para os desafios sanitários do país, a saúde pública, sob a administração de Gustavo Capanema, tornou-se institucionalmente mais diversificada, consolidou bases e contradições que se prolongaram por décadas, e evidencia as diversas e complexas facetas do Estado varguista e da saúde pública brasileira. Especialmente, estruturou, centralizou e qualificou a saúde pública, mantendo-a fortemente vinculada ao ideal de formação da nacionalidade por meio de um Estado robusto e autoritário.

2.2. O Espírito Santo no período varguista

Durante a Era Vargas, o Espírito Santo teve como principal líder político o oficial do exército João Punaro Bley que ocupou o cargo de interventor (1930-1935 e 1937-1943) e governador (1935-1937) do estado tendo atuado por quase todo o período de presidência de Getúlio. Bley implementou políticas que, por um lado, refletiam os ideais reformistas que o motivaram a lutar ao lado de Vargas durante a Revolução de 1930 e, por outro, se alinhavam às diretrizes gerais e institucionais do Governo Provisório liderado por Getúlio Vargas.

Já no início de sua primeira interventoria, Bley teve que lidar com questões políticas e econômicas cujas tensões se manifestavam pelo conflito e pela incompatibilidade entre os membros do próprio governo, que resultavam do desinteresse partidário do então interventor. No que ele afirma:

A política não me preocupa e nem me dificulta a ação administrativa. Tanto na capital como nos municípios procuro cercar-me de homens de merecimento absoluto, sem cogitar de suas preferências partidárias. Aliás, a política partidária desapareceu no Espírito Santo. Na família capixaba só a cidadãos da Segunda República. Quando alguém me procura para conversar sobre política, fulmino logo com a afirmação de que só estou aqui para administrar o estado. E não lhe dou atenção. Principalmente nas administrações municipais, não transijo com a politicagem. Consegui emancipar os municípios do faccionismo, inaugurando em todo o estado um programa administrativo honesto, justo e progressista (MENDONÇA, 2002, p.174).

O estado do Espírito Santo enfrentava dificuldades, resultado da gestão anterior do governo de Aristeu de Aguiar, que transmitia uma imagem de ineficiência e irresponsabilidade. As outras funções do Estado, especialmente as políticas de caráter social, ficavam em segundo plano. Nesse cenário, João Punaro Bley, ao assumir o governo do Espírito Santo, buscou implementar uma política de

desenvolvimento socioeconômico diferente da anterior além de priorizar uma economia voltada para a realização de obras infraestruturais.

Sua primeira medida foi relacionada à política econômica e institucional, com o objetivo de "moralizar a administração" e de fazer um diagnóstico da "caótica situação financeira" do Estado. Ele procurou reduzir em 67% as despesas orçadas para o ano de 1931, em relação ao orçamento do ano anterior. Uma das primeiras medidas do governo provisório, foi intervir nas administrações municipais, criando a Inspetoria dos Municípios (ESPÍRITO SANTO, 1931), que tinha a função de substituir as Câmaras Municipais, extintas pelo novo regime autoritário. Em outras palavras, essa instituição tinha como finalidade fiscalizar as atividades dos prefeitos nomeados e "orientar" a ação municipal na aplicação de seus recursos (MENDONÇA, 2002, p.176).

Em suma, a gestão Bley implementou uma mudança na forma como a política de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo era conduzida. A ação governamental se tornou mais independente das pressões oligárquicas locais e passou a seguir as orientações do poder central, que buscava alinhar a política econômica e social às necessidades da industrialização.

Assim, o Espírito Santo, nos anos 1930, acompanhou o rumo dessa política, desenvolvendo ações que, no fundo, favoreceram um segmento mais amplo da sociedade. Isso se expressou pelo tratamento da questão social no sentido das necessidades nas áreas da saúde e educação, consideradas como "instrumentos tutelares" para aprimorar as condições de vida do proletariado urbano e rural e, por conseguinte, o eixo central das orientações da administração Bley.

O segundo mandato de Bley (1935-1943) não apresentou grandes mudanças na política social que já vinha sendo implementada. Ele teve que fazer novas alianças e trocar alguns membros de sua equipe para garantir seu domínio sobre o governo, mas isso não afetou a orientação de sua gestão. Seu principal objetivo até o final de sua primeira intervenção no Governo Provisório foi quitar as dívidas internas e externas do Estado, contando com o apoio do Governo Federal. Sua atuação na liderança do governo estadual, portanto, não se encerrou com o término do Governo Provisório de Vargas, este último já eleito pela Assembleia Nacional Constituinte em 1934.

O governo priorizou as áreas de saúde e educação, que estavam em situação precária, e redirecionou o gasto público para essas políticas sociais. Isso se refletiu na mudança do orçamento entre a Secretaria de Agricultura, Terras e Obras, que antes recebia a maior parte dos recursos, e o Departamento de Saúde Pública, entre 1931 e 1934. Essa foi uma forma de seguir as diretrizes da política social do Governo Central no âmbito do Governo Estadual. Punaro Bley, em 03/08/34, apresenta as atividades de seu governo e menciona as verbas destinadas para esses dois órgãos:

[...] De 1931 a 1933 a atividade desse Departamento Saúde Pública, foi aumentada de quatro vezes [...]. A verba orçamentária para 1931 era 495 contos; para 1932, 705:280\$000; para 1933 1.244:000\$000, reduzida para 950:930\$000 e, depois acrescida por créditos extraordinários na importância total de 81:000\$000.

[...] Para melhor apreciação e julgamento dos encargos dessa Secretaria (Agricultura, Terras e Obras), convém lembrar que o orçamento de 1930 lhe consignou a dotação de rs 7.038:920\$000; o de 1931, a de rs.4.104:920\$000; o de 1932, a de rs. 5.981:280\$000; o de 1933, a de rs.5.803:136\$240 e, finalmente, o de 1934, a de rs. 4.796:440\$000. Feita a comparação das importâncias a que correspondem os algarismos acima, ter-se-á chegado à conclusão do quanto foi necessário restringir e reduzir em matéria de suas realizações (SILVA, 1995, p.120).

O investimento no setor educacional não foi quantificado em termos de recursos destinados anualmente. Porém, observa-se que a prioridade governamental foi aprimorar a qualidade do ensino fundamental e médio. Para isso, atuou-se, sobretudo, na formação do corpo docente e na implantação dos seguintes órgãos e serviços educacionais: Departamento de Educação Física, Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar, Serviço de Educação pelo Rádio e Cinema, expansão do escotismo e introdução do bandeirantismo. Ademais, aumentou-se a oferta de vagas escolares no interior e na capital por meio da criação de mais escolas normais e cursos noturnos de educação popular, além da edificação de mais unidades escolares. Com isso, passou-se de 5 para 20 o número de grupos escolares, e de 786 para 803 o número de escolas primárias gerais, existentes no Espírito Santo, ao final da primeira interventoria.

O ensino superior no Espírito Santo, que não existia até então, foi impulsionado pelas Faculdades particulares de Direito e de Farmácia e Odontologia, que haviam sido criadas pouco antes da revolução e que buscaram a sua equiparação. Bley deu prosseguimento ao trabalho iniciado no governo anterior, realizando obras essenciais nas áreas de saúde, educação, agricultura e comércio. Para isso, Bley utilizou recursos próprios e, sobretudo, auxílios e subvenções do Governo Central.

Temos, nesse aspecto, algumas das principais realizações no campo da política social durante o segundo mandato governamental, tais como a construção de hospitais como o Hospital dos Servidores Públicos, Centro de Saúde de Vitória, o Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, a doação do terreno e o projeto de construção do Sanatório Getúlio Vargas (atual Hospital Universitário Cassiano

Antônio de Moraes -HUCAM) para atender os tuberculosos, a construção da Colônia de Itanhenga para isolar os portadores de doenças contagiosas (entre as quais se destacava a hanseníase no Espírito Santo), o Preventório Alzira Bley para acolher os filhos dos leprosos isolados menores de 10 anos, e a Granja Eunice Weaver para os maiores de 10 até 18 anos. Além disso, na área de assistência social, foram construídos patronatos para o menor abandonado e o Asilo dos Velhos, na Ilha de Santa Maria, para cuidar dos idosos desamparados (SILVA, 1995).

Para estimular a produção econômica, o governo investiu na compra de equipamentos para a agricultura e incentivou o plantio de culturas variadas, como cacau, feijão, milho e mandioca, além de apoiar a criação de animais no sul do estado. O objetivo era diversificar a economia estadual, que dependia muito do café e sofria com as oscilações do mercado. Assim, uma das ações do Estado para impulsionar a economia regional foi investir na formação técnica e no crédito agrícola. Assim, surgiu a Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa (ESPÍRITO SANTO, 1940), que tinha como objetivo preparar profissionais qualificados para as atividades agropecuárias e seus derivados. Também foi criado o Instituto de Crédito-Agrícola do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 1935), que depois se tornou o Banco de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo e atualmente é o Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES. Esse banco tinha como missão principal apoiar o produtor rural, incentivando o cooperativismo como forma de atender o pequeno produtor.

Além de implementar uma política de desenvolvimento para o estado, o governo Bley também investiu na infraestrutura do porto de Vitória. Foi nesse período que se fundou a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) inaugurando a ligação

ferroviária da Vitória-Minas com o cais comercial, o que facilitaria a exportação pelo Porto de Vitória. O Interventor presenciou o embarque das primeiras toneladas de minério no navio “Modesta”. Ele também participou da assinatura do contrato com a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S/A para o financiamento das obras de construção do cais de minério do Atalaia e acompanhou o início das obras.

Apesar do bom desempenho econômico, as políticas sociais desse período ainda continuavam insuficientes no que tange a atender a todas as demandas da sociedade. O projeto inicial da primeira interventoria – de dar prioridade básica às demandas populares, em consonância com as diretrizes nacionais de cooptação dos trabalhadores por meio de “sindicatos domesticados”, e também com o idealismo reformista dos tenentistas, grupo ao qual Bley pertencia, não se realizou plenamente. Somente a ditadura política instaurada em 1937 lhe forneceu o amparo legal e institucional para a execução de medidas que, em um contexto de normalidade liberal democrática, provavelmente, não seriam prioritárias para o governo.

Em seu governo, Bley se destacou no trato das finanças públicas (a dívida estadual, que em 1930 era de 64 mil contos, foi reduzida em 1940 para 1.066 contos) e pela modernização dos serviços e órgãos do Estado, visando estimular o desenvolvimento econômico e atender às necessidades sociais, sobretudo nas áreas de saúde e educação. Bley não rompeu com o coronelismo patrimonialista que existia antes dele, mas questionou o sistema de alianças entre as elites e as classes subalternas que era hegemônico e verticalizado até então.

De forma gradual, as mudanças modernizadoras que ocorreram tanto na esfera socioeconômica (Escola Prática de Agricultura, Instituto de Crédito Agrícola,

melhoria do porto, da saúde e da assistência social) como na política (fortalecimento do poder central e da gestão pública) e ideológica (aumento do número de escolas e da qualidade do ensino) geraram fissuras que, no final, possibilitaram a uma maior diversidade de forças sociais se manifestarem politicamente.

2.3. Reflexos das políticas públicas no Espírito Santo

O governo divulgou em 1935 um relatório que estimava a população do Estado do Espírito Santo em 821.770 habitantes, dos quais 39.308 viviam na Capital. O último censo, realizado em 1920, havia registrado 457.328 e 21.886 habitantes, respectivamente, para o estado e para a Capital. Isso indica que, no período de 15 anos, houve um aumento de 364.442 habitantes no estado e de 17.422 na Capital (REVISTA CHANAN nº 7, Vitória, 1936).

Uma das iniciativas do governo estadual para “auxiliar os municípios” foi a criação do Departamento das Municipalidades, que tinha como objetivo apoiar as prefeituras de todo o Estado, especialmente as que tinham mais urgência em implantar serviços de água, luz e esgoto. Naquele tempo, 25 prefeituras contavam com serviços de água; 16, com serviços de esgotos; 20 eram atendidas por serviço telefônico; 30 possuíam agências telegráficas; todas tinham serviço postal e somente uma estava sem serviço de iluminação elétrica naquele momento. As cidades capixabas já estavam conectadas à capital por estradas de rodagem.

A Capital do Estado recebeu uma atenção especial fruto da parceria do governo estadual com a Prefeitura de Vitória. Nesse período, foram realizados vários

melhoramentos na cidade, inclusive a ampliação do serviço de abastecimento de água. Essa obra, que envolveu a construção de uma nova adutora, custou 4.003:000\$000. A parceria Estado/município continuou também para executar o plano de urbanização da Capital, para o qual o Estado investiu uma grande quantia para cobrir as desapropriações necessárias.

A Diretoria de Água e Esgotos foi responsável pelos estudos e pelo projeto que visavam melhorar o fornecimento de água de Vitória. Para apresentar um breve resumo dessa obra, reproduz-se a seguir um fragmento do trabalho que o chefe do serviço divulgou no “Diário da Manhã” de 29 de dezembro de 1935, com o título Abastecimento de Água de Vitória.

O atual abastecimento de água da capital abrange Victoria e seus arrabaldes, as sedes e alguns distritos dos municípios de Cariacica e Espírito Santo (Villa Velha). Consta ele de duas linhas adutoras de aço, de 25 cm de diâmetro, assentadas respectivamente em 1909 e 1925, durante os governos Jerônimo Monteiro e Florentino Ávidos” (REVISTA CHANAAN nº 7, Vitória, 1936: p.31-32).

Em 1934, a cidade contava com quase 40 mil moradores, mas recebia somente 5.780 m³ de água diariamente, o que equivale a 67 litros por segundo. Considerando que metade da água se perdia no caminho por causa das tubulações antigas, cada pessoa dispunha de apenas 60 litros de água por dia, para uso doméstico, público e industrial. Essa situação gerava muitas reclamações sobre a escassez de água, que foram atendidas pelo Governo do Estado, que autorizou a Diretoria de Água e Esgotos a realizar, com urgência, os estudos necessários.

Uma pesquisa abrangente foi realizada em todos os recursos hídricos dentro de um raio de 35 km que poderiam fornecer água potável para a cidade. Os mananciais Formate, Fonte Limpa, São Paulo, Jucu, Mangaraí e Duas Bocas foram analisados em detalhes, e os três últimos foram selecionados como possíveis soluções. Entre eles, o Duas Bocas se mostrou o mais adequado para a captação de água.

No entanto, a população também sofria com a escassez de escolas para seus filhos. Para que o estado pudesse atuar nessa área, o ministro da Educação do Governo Federal, Gustavo Capanema, propôs que os estados assumissem a gestão desses serviços, assunto esse discutido em uma conferência anual.

A ideia de realizar uma conferência anual com os representantes da educação de cada estado da Federação já estava prevista desde 1935, quando Capanema enviou ao presidente Getúlio Vargas o anteprojeto de reorganização de seu ministério. Na justificativa que acompanha a proposta, o ministro afirma no item que trata da ação supletiva da União:

O programa de colaboração federal nos serviços relativos à saúde e à educação, em cada uma das circunscrições territoriais do país, poderia o Ministério formulá-lo, por meios de seus órgãos de direção, e com a assistência de seus conselhos técnicos [...] O programa de ação supletiva da União nos estados só poderá vantajosamente ser feito mediante entendimento, combinação e acerto entre os estados e a União. Para o encaminhamento de tais negociações é que se torna necessária à instituição de conferências anuais do governo federal com os governos estaduais (HORTA, 2000, p.143).

O Decreto no 6.788 de 30 de janeiro de 1941, que retoma a previsão da Lei no 378 de 31 de janeiro de 1937 sobre a realização de conferências nacionais de educação e saúde, foi proposto por Capanema a Vargas em 27 de janeiro. Na

justificativa que acompanha o decreto, Capanema explica que, até então, a situação dos serviços não havia exigido a convocação das conferências. Ele afirma:

O considerável desenvolvimento das atividades federais em matéria de educação e saúde, a magnitude dos empreendimentos projetados, a necessidade de que para esses empreendimentos concorram os governos estaduais e municipais, com trabalhos e recursos, tudo está a mostrar a conveniência da imediata convocação das citadas conferências nacionais (CAPANEMA *apud*. HORTA, 2000, p.144).

Uma das metas do governo federal era ampliar sua atuação em diferentes áreas do país, por meio de políticas de saúde pública e atendimento médico-hospitalar. Para isso, criou-se uma estrutura organizacional centralizada, capaz de coordenar, executar e fiscalizar as atividades de saúde nos estados. Além disso, buscou-se padronizar as normas e os serviços de saúde, conforme a gestão Capanema (HORTA, 2000, p.118). Uma das prioridades do governo de João Punaro Bley, que assumiu o Espírito Santo com o aval de Vargas, foi promover o desenvolvimento da educação no Estado. Em uma ocasião, ele declarou o seguinte:

A educação pública tem merecido sempre, do meu Governo, constante atenção (sic). Em todos os seus múltiplos aspectos – desde o ensino pré-primário, nas escolas infantis, até os cursos universitários – não lhe tem faltado o apoio continuado, material e moral, de minha acção (sic) administrativa (ESPÍRITO SANTO, 1942, p.38).

Uma das prioridades do governo Bley era melhorar o ensino no Espírito Santo, de acordo com as demandas e as oportunidades da época. Para isso, ele apoiou o Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas, realizado em 1931, na

Capital Federal, que permitiu um diagnóstico preciso da situação educacional do país. Com base nesses dados, o governo Bley investiu nas áreas mais necessitadas de educação, gastando 47.428:176\$900 entre 1931 e 1939, com uma média anual de 5.269:797\$433. Nos primeiros cinco anos desse período, o Estado aplicou 20.424:000\$000 em programas educacionais (REVISTA CHANAAN, n. 7, Vitória, 1936).

Os investimentos na educação no Estado tiveram impactos positivos na realidade educacional. De fato, houve uma priorização do ensino primário, que recebeu mais escolas adequadas e mais alunos matriculados, como podemos conferir na tabela 1.

Tabela 1: Relação entre unidades escolares, matrículas e frequência nos primeiros anos da Era Vargas no ES.

Anos	Unidades escolares	Número de matrículas	Frequência escolar
1933	803	44.783	30.140
1934	833	32.120	32.120
1935	873	51.487	34.432

Fonte: REVISTA CHANAAN, n. 7, Vitória, 1936.

O ensino primário também recebeu mais atenção do governo do estado, que ampliou o número de professores para 1.410 em 1935, sendo 1.154 em escolas estaduais e 57 em escolas municipais, na maioria subvencionadas. O ensino normal também foi beneficiado com a criação de três novas escolas nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim, São João do Muquí e Alegre, além das três que já

existiam na capital, em 1931. Esses avanços no número de matrículas e na frequência escolar foram possíveis graças ao investimento do governo na construção e reforma de prédios escolares e na oferta de mais vagas, atendendo aos pedidos da população que sofria com as condições precárias da educação. Para o governo, a escolarização era um meio de promover a prosperidade e o desenvolvimento dos setores menos favorecidos da sociedade.

A Faculdade de Direito, fundada em 1930, recebeu o apoio do governo interventorial e do governo federal para o seu funcionamento. Em junho de 1931, o decreto estadual no 1.302 a reconheceu como de utilidade pública e a sua instalação solene ocorreu no dia 12 do mesmo mês (ESPÍRITO SANTO, 1931). Em outubro, o decreto estadual no 4.167 determinou que o governo assumisse a sua manutenção e, em 1935, a lei estadual no 3 a declarou instituto estadual. Nesse ano, o decreto federal no 566 a equiparou às demais faculdades de direito do país (ESPÍRITO SANTO, 1935). A Faculdade de Farmácia e Odontologia também contou com o apoio do governo. Criada em 1930, foi reconhecida como de utilidade pública pelo decreto estadual no 1.306, de junho de 1931, e oficializada em 1932 (ESPÍRITO SANTO, 1932). Em 1935, foi encampada pelo Estado e, em 1936, declarada instituto estadual.

Uma mudança significativa na política educacional foi a substituição das antigas escolas noturnas pelos Cursos Noturnos de Educação Popular, estabelecidos pelo decreto 3.660, de 27 de abril de 1933. O objetivo desses cursos era promover a educação das classes populares, adaptando-se o máximo possível às necessidades impostas pela idade, trabalho e contexto dos estudantes. Outra iniciativa do governo interventor foi a criação, em 1933, do Serviço de Educação pelo Rádio e Cinema Escolares, instituição que supriu uma importante carência

no sistema educacional do Estado. Esse serviço contava com dez aparelhos “Kodascopes”, projetores de 16 m.m. e 3 cinematógrafos de 32 m.m tipo Universal. Sua coleção de filmes era frequentemente ampliada (ESPÍRITO SANTO, 1933).

Para 1940, o orçamento estadual destinava uma verba de 6.451:900\$000. Nesse período, foram erguidos 17 Grupos Escolares, escolas com mais de 5 salas, além de prédios para Escolas Reunidas (aquelas com até 4 salas), Escolas Isoladas (aquelas de uma só sala), distribuindo os benefícios da educação por todos os municípios do Estado. Nessas obras, incluindo também a colônia de Férias de Marataizes, o governo gastou 2.611:822\$055. Foram realizadas também diversas reformas, compra de material para equipamento escolar, subvenções etc.

O decreto no 1.366 de 26 de junho de 1931 instituiu o Departamento de Educação Física, responsável por coordenar e implementar a educação física nas escolas estaduais. Essa iniciativa estava alinhada com o objetivo de oferecer aos jovens uma educação integral, que combinasse o desenvolvimento intelectual com a qualidade física da juventude espírito-santense. Além disso, o governo se preocupou em garantir à população as melhores condições de saúde pública, atuando com determinação e sucesso nessa área, conforme declarou o governador, e trazendo benefícios para a sociedade espírito-santense (ESPÍRITO SANTO, 1931).

Segundo o governante Punaro Bley, a saúde pública passou por uma reorganização integral que possibilitou a centralização dos serviços de saúde em todo o Estado, sob uma única direção, apoiada por uma seção administrativa e uma seção técnica. Esta última seria responsável por controlar os principais

serviços e assessorar a direção nas medidas para o desenvolvimento das campanhas sanitárias (REVISTA CHANAAN no 7, 1936 p. 46). O projeto de Serviço Estadual de Saúde Pública (SESP), que seria um referencial sanitário para o Brasil, consistia na criação de uma rede municipal integrada de unidades sanitárias para oferecer serviços de saúde às populações locais, "[...] evitando duplicação de esforços e desperdícios" (CAMPOS, 2000, p. 211). O centro de saúde seria a unidade mais importante dessa rede.

Os centros de saúde que o Sesp propunha se inspiravam nos que existiam nos Estados Unidos. Esses centros atuavam no controle de doenças transmissíveis, na fiscalização sanitária de alimentos e ambientes, e na produção de dados sobre a saúde da população, além de oferecerem serviços laboratoriais. Eles também desenvolviam ações de educação em saúde e de medicina preventiva, e articulavam as iniciativas públicas e privadas em cada distrito sanitário. Outro aspecto dos centros de saúde norte-americanos era a autonomia: eles eram planejados, financiados e gerenciados localmente (CAMPOS, 2000).

Porém, os centros de saúde do Sesp adaptaram o modelo norte-americano a algumas especificidades do Brasil. Por exemplo: no Brasil não era viável se limitar à medicina preventiva. As unidades do Sesp tiveram que integrar a medicina preventiva e a curativa em seu modelo. Além disso, enquanto nos Estados Unidos os centros de saúde eram sustentados e administrados localmente, no Brasil, estes eram de responsabilidades dos estados e a União.

O governo federal, seguindo um modelo nacional, regulamentou esses serviços. Influenciado por ideias que defendiam a superioridade racial branca, que estavam em voga na Europa na época, Vargas começou a adotar uma política eugênica. Ele defendia que a prioridade deveria ser a promoção da saúde física

e moral de crianças e jovens, buscando a formação de cidadãos “saudáveis” e, assim, fortalecer um Estado Novo em constante desenvolvimento. Uma forma de implementar essa política eugenista seria por meio dos serviços de Saúde. Por isso, foram criados uma seção de maternidade, de assistência à criança e ao adolescente, de doenças transmissíveis e serviços de imunização.

O alcance do progresso econômico e social estava necessariamente vinculado a dois fatores de extrema importância na obra de edificação de um Estado Nacional forte, unido e coeso: a saúde e a educação das gerações novas. Para crescer e desenvolver-se, o Estado precisava compor-se de cidadãos selecionados por meio de processos eugênicos, saudáveis física e mentalmente, e para tanto impunha-se a tarefa de proteger e assistir a maternidade, a infância e a juventude (SOUSA, 2000, p. 247)

Para tentar melhorar a qualidade genética dessa população, foram estabelecidos órgãos distritais formados por Centros e Postos de Saúde. Nas duas maiores cidades do Estado (Vitória e Cachoeiro de Itapemirim), foram implantados centros de saúde com as seguintes atividades: administração, doenças transmissíveis, tuberculose, higiene infantil, pré-escolar e escolar, higiene pré-natal, lactário, polícia sanitária, alimentação, enfermagem e laboratório (REVISTA CHANAAN no 7, 1936: p.47).

Sob os auspícios da ideologia de construção de um renovado homem brasileiro, sadio e educado, e de uma política autoritária, uniformizada e centralista, realizaram-se conferências oficiais que, não obstante limites impostos à sua organização, possibilitavam um debate ampliado sobre os rumos das políticas de educação e saúde, inclusive com críticas ao governo

Para organizar a Saúde Pública no Espírito Santo, o governador Punaro Bley criou 7 Distritos Sanitários, baseados nos seguintes critérios: similaridade de

problemas, facilidade de comunicações, densidade das populações e características epidemiológicas. Cada distrito sanitário tinha um Posto de Higiene, com cinco áreas de atuação: doenças transmissíveis, higiene da criança, polícia sanitária, endemias, enfermagem e laboratório. O governo também unificou todos os serviços de Saúde Pública do Estado sob sua direção. A participação municipal se limitava a um apoio financeiro equivalente a 5% de toda sua renda tributária. Algumas das ações de Punaro Bley na área de Saúde Pública foram o combate à verminose, à malária e à tuberculose.

A verminose afetava todo o país e exigia um esforço constante das autoridades para controlá-la. No Espírito Santo, havia ambulatórios, centros de saúde e postos de higiene que atendiam os doentes e preveniam a doença. Além disso, o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária se preocupava em conscientizar a população sobre a importância da prevenção. Para isso, contava com um grupo de educadoras sanitárias que atuavam principalmente nas escolas. Podemos avaliar a relevância do serviço prestado, em números, é observando a tabela 2:

Tabela 2: Dados de saúde pública no ES entre 1931 e 1939.

Número de matrículas	Número de consultas	Medicamentos distribuídos
39.950	49.912	73.115

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1940.

De acordo com os relatos dos responsáveis pela saúde pública, tanto no Espírito Santo quanto no Brasil, a malária era um problema endêmico, como ocorria em outras partes do mundo. Por isso, diversas ações foram realizadas para tentar eliminar essa doença. Para isso, era necessário o trabalho conjunto de uma medicina preventiva, do engenheiro sanitarista e do higienista. A luta contra a malária, até 1936, no Espírito Santo, dependia apenas dos recursos do Estado. O setor de malária do Estado contava com o apoio do Serviço Federal de Malária somente na capital Vitória; nas demais regiões do Estado, essa tarefa cabia ao governo local.

Uma das prioridades da saúde pública no Brasil era o enfrentamento da tuberculose, uma doença grave e contagiosa. Para isso, foi elaborado um amplo programa de ações, baseado nos princípios da medicina preventiva e social. Entre as medidas adotadas, estavam a criação de dispensários, onde se realizavam o diagnóstico e o tratamento dos doentes, com equipamentos modernos e eficazes; a enfermagem social, que prestava assistência domiciliar e educativa; o sanatório “Getúlio Vargas”, que oferecia internação e cuidados especializados; o preventório “Gustavo Capanema”, que protegia as crianças em situação de risco; e os serviços de reabilitação e reintegração dos pacientes curados.

O Dispensário era o “centro nervoso” do programa, pois nele se concentravam as principais atividades de combate à tuberculose a lepra e as doenças venéreas. Havia dois dispensários oficiais, um em Vitória e outro em Cachoeiro de Itapemirim, vinculados aos respectivos Centros de Saúde. Eles contavam com Raio X, aparelho Manuel de Abreu, para radiografia pulmonar, e todos os recursos necessários para o diagnóstico e a terapia modernos da tuberculose.

Outros dispensários foram sendo constituídos pelo interior do Estado do Espírito Santo, especialmente após a ação do diretor do Serviço de Profilaxia da Lepra, o médico Pedro Fontes que empreendeu a partir de 1927 uma verdadeira epopéia no intuito de localizar os leprosos localmente.

O que o Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas tem feito em nosso Estado pode-se dizer que representa não só uma obra de grande alcance para os que necessitam de tratamento desses males como o futuro da nossa raça.

É um trabalho de repressão e prevenção ao mesmo tempo que aquele departamento mantido pelo governo da República e do Estado, vem executando de uma maneira humanitária e patriótica.

O dr. Pedro Fontes, que o dirige, é uma dessas curiosas e raras organizações de homem de comando, que sabe fazer o milagre de desdobra-se e zelar com extremo carinho pelos serviços sujeitos a sua superintendência, resolvendo-os, providenciando sobre todos eles sem dar, no entanto, a impressão de que está realizando uma empresa tão árdua e absorvente.

Guardou da correria política em que se distinguiu na Bahia seu estado natal, os hábitos de afabilidade no tratamento de quanto o procuram.

A ciência não o fez distraído nem indiferente as regras de e é assim que a sua figura só tem feito queridíssimas meio em todos os centros do Estado a que se estende a ação do importante departamento que dirige.

A execução de vários trabalhos do Serviço de profilaxia da Lepra e Doenças venéreas não só atende, mas até mesmo procura os doentes, especialmente de lepra, internando-os quando é o caso, para evitar a propagação do mal e examinar as pessoas que estão ou já estiveram em contato com os leprosos para surpreender os casos ainda em início em condições de cura. Felizmente os governos federal e estadual não se tem desinteressado desse importante serviço e procurem sempre ampliá-lo de acordo com as condições do erário (*Diário da Manhã*, 30 de julho de 1930, f. 2).

Entre a data de abertura do Dispensário Antônio Fontes, na capital do Espírito Santo, em 2 de fevereiro de 1935, e o final de outubro de 1940, o serviço registrou o seguinte movimento:

Tabela 3: Dados do serviço de saúde no Dispensário Antônio Fontes em Vitória de 1935 a 1940.

Matrículas	13.455
Consultas	36.476
Fórmulas	16.754
Medicamentos distribuídos	9.026
Injeções aplicadas	11.841
Exames de laboratório	5.032
Pneumotórax	4.139
Roentgen-fotografias	14.000

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1940.

Uma das primeiras iniciativas da Inspetoria de Tuberculose, criada em Vitória em março de 1936, foi o Serviço de Vacinação pelo Bacilo Calmette-Guérin (B.C.G.), que começou a imunizar a população contra a doença. Nesse ano, o Serviço registrou o seguinte movimento:

Tabela 4: Dados de Vacinação B.C.G em 1936, Vitória-ES.

Crianças vacinadas	Cuti-reações praticadas	Intra-dermo reações praticadas
3.371	12.290	5.538

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1940.

Uma das mudanças propostas pela reforma sanitária foi a ampliação do Serviço de Enfermagem dos hospitais, que antes atendia somente os casos de tuberculose. Com a nova medida, o serviço passou a ser polivalente, isto é, a oferecer assistência a outras doenças, possibilitando assim um maior controle

das endemias. A partir de 1936, esse serviço ficou responsável por 87 casos de tuberculose em domicílio e cerca de 400 comunicantes.

Uma solução para o isolamento dos pacientes com tuberculose, que antes era feito apenas em duas enfermarias especializadas na Santa Casa de Misericórdia, com um total de 36 leitos, foi a inauguração do Sanatório Getúlio Vargas, construído pelo Governo Federal em um terreno doado pelo estado. Esse hospital, projetado por um técnico estadual sob a supervisão do chefe do serviço de tuberculose, tinha um bloco único de cimento armado com três andares no corpo central e dois andares em cada ala. O sanatório deveria atender a toda a população, incluindo homens, mulheres e crianças, com capacidade para 120 pessoas.

Esse hospital teria, além de leitos para os doentes, as seguintes instalações: consultório médico, registro, atendimento odontológico, especialidades de oftalmologia, otorrinolaringologia, farmácia, salas de procedimentos, de tratamento de pneumotórax, de radiologia, de cirurgia, de parto, de esterilização, de assepsia, de isolamento, alojamentos para enfermeiros, refeitório, copa, despensa, cozinha, lavanderia, varandas para descanso, secretaria e direção. Para os filhos dos leprosos, o governo federal construiu o Preventório “Gustavo Capanema”, em um terreno doado pelo estado, com o objetivo de proteger as crianças do contágio com os pais. O local teria capacidade para 40 crianças e já estaria lotado na sua inauguração, com a internação de 40 menores, filhos de tuberculosos que lá permaneceriam por dois meses.

Para acompanhar os pacientes de tuberculose depois da alta do sanatório e oferecer assistência médica, o governo estadual criou a Assistência Pós-sanatorial, que funcionava por meio do Dispensário Antonio Fontes e o Serviço

de Enfermagem, que tinham os recursos necessários para esse monitoramento. Em relação ao Serviço de Readaptação Profissional desses ex-internos, a visão da época era que seria mais eficiente investir no diagnóstico precoce, pois a doença tratada no início teria melhores resultados, dispensando a readaptação profissional.

Assim como outros estados brasileiros, o Espírito Santo também sofreu com surtos de febre amarela em diferentes momentos. Em 1932, no Vale do Cnaan, localizado no município de Santa Teresa, essa doença foi observada pela primeira vez em um novo perfil epidemiológico e estudos detalhados foram realizados pela Fundação Rockefeller e o Serviço de Febre Amarela, com o apoio do Departamento de Saúde Pública do estado, o que permitiu identificar a existência de febre amarela em uma nova forma, chamada de febre amarela silvestre.

Apesar de haver um intenso trabalho de vicerotomia no Espírito Santo, até 1938, não se tinha registrado nenhum caso de febre amarela no Estado. Somente em 1939, a partir de janeiro, começaram a surgir casos confirmados da forma silvestre da doença, que se espalhou rapidamente por 10 municípios, nas regiões sul, centro e norte. No entanto, o Espírito Santo já contava com o Serviço de Febre Amarela e Serviços Anti-larvários em 38 localidades que apresentavam índices positivos, o que impediria a disseminação do vírus pelo seu transmissor urbano habitual, o *Aedes egípti*.

Para garantir a saúde das populações urbanas, o serviço anti-larvário deveria ser mantido, assim como o controle anátomo-patológico pelos serviços de vicerotomia. Essas seriam as principais medidas de combate à doença em todo o país. Os serviços de maternidade e infância oferecidos pelo Centro de Saúde

de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim e pelos Postos do interior teriam como objetivo máximo proteger a criança e sua mãe. Para isso, foram criados dispensários de Higiene Pré-Natal, que realizaram um grande número de consultas e visitas: 1.927 matrículas; 12.750 consultas; 765 visitas domiciliares.

O governo também ofereceu cursos para as aparadeiras¹ e construiu duas maternidades em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim. Entre 1931 e 1939, os dois lactários do governo forneceram 154.880 litros de leite para as crianças carentes de até um ano de idade. Os ambulatórios de Higiene Infantil realizaram, nesse mesmo período, os seguintes serviços: 15.836 matrículas, 140.420 consultas e 43.280 medicamentos distribuídos. Além disso, foi implantado e ampliado o serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar, com um grupo de médicos selecionados e várias educadoras sanitárias capacitadas em um curso intensivo e especializado (REVISTA CHANAAN, nº 7, 1936: p.43).

Entre 1928 e 1933, Vitória enfrentou uma grave epidemia de difteria, que exigiu do governo um grande esforço financeiro para combater a doença. Além de isolar os infectados e tratar os casos com soro, o governo também iniciou uma campanha de vacinação em massa com a Anatoxina diftérica, que beneficiou todas as crianças da Capital que precisavam dessa proteção. Em 1930, foram compradas 30 mil doses de vacinas do Instituto Manguinhos, sendo a primeira vez que essa medida profilática foi usada no Brasil. Até 1939, o estado aplicou 41.948 vacinas preventivas contra a difteria (ESPÍRITO SANTO, 1940, p.59).

Para erradicar a Profilaxia do Grupo Tifo-paratífico, que tinha relação com os problemas de saneamento, era necessário que o governo providenciasse

¹ “Mulher que serve de parteira, sem ser diplomada, ou sem ter para isso as habilitações necessárias; curiosa, parteira” (MICHAELLIS, 2023).

serviços de água e esgoto nas principais vilas e cidades que sofriam com esses surtos periódicos durante as grandes enchentes. O Departamento de Saúde Pública do Estado fazia a vigilância dessas cidades. O Estado também se preocupou com o atendimento às doenças não contagiosas, que era feito pelas Santas Casas de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, através de seus hospitais. Depois da Revolução de 30, o Estado ampliou e equipou o hospital de isolamento “Oswaldo Monteiro”, que tinha capacidade para 120 leitos. Esse hospital atendeu 6.129 doentes até dezembro de 1939, com um índice de mortalidade muito baixo de apenas 2,23 %.

Para ampliar o atendimento hospitalar às crianças doentes da Capital, e em resposta ao pedido que o Presidente Vargas fez em 1932 aos Interventores Federais para melhorar a assistência à infância, o Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória foi erguido no bairro de Praia Comprida. O governo investiu 397:825\$000 na obra desse hospital. Alguns temas da Campanha Nacional de Saúde (CNS), como saneamento e cuidados com a maternidade, infância e adolescência, não receberam muita atenção, mesmo com as propostas detalhadas sendo apresentadas e aprovadas. Caberia ao Estado gerenciar o serviço de saúde sanitária com o apoio do governo federal (FONSECA, 2000, p. 186).

Em fevereiro de 1936, foi inaugurado o Hospital Infantil, com capacidade para 120 leitos. O edifício tinha dois andares e contava com todos os recursos necessários para cumprir sua função. Entre a inauguração e 1939, o Hospital atendeu 2.500 crianças internadas. Além disso, havia um ambulatório anexo, onde quase 2.000 crianças estavam cadastradas para receber consultas e remédios diários. A seguir, são mostrados alguns dados estatísticos do

ambulatório e do Hospital Infantil, que evidenciam o grande apoio que o governo oferecia à infância deste Estado.

Tabela 5: Dados de atendimento ambulatorial entre julho de 1935 a dezembro de 1939.

Consultas	16.597
Medicamentos fornecidos	12.299
Medicamentos distribuídos	9.026
Receitas fornecidas	670
Injeções	5.898
Regimes dietéticos	968
Pedidos de exames de laboratório	2.659

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1940.

Tabela 6: Dados de atendimento no Hospital Infantil desde sua abertura em 1936 até dezembro de 1939.

Injeções	10.330
Curativos	21.827
Operações	393
Aparelhos gessados	32
Pedidos de exames de laboratório	2.659

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1940.

Outra doença alvo de uma política para a saúde pública atacada pelo governo Vargas e seu interventor no Espírito Santo, foi a lepra. Essa doença, que até 1927 era praticamente ignorada no Estado, a partir da chegada do médico Pedro Fontes que veio chefiar a diretoria da Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, se tornou o carro chefe das iniciativas governamentais. Para tanto, Pedro Fontes inicia uma ação realizando um censo para localizar os leprosos existentes no Estado, o que permitiu a localização de mais de 300 deles já em 1930 (FRANCO, 2023).

Tal iniciativa, possibilitou em 1934 se iniciação a construção de um leprosário para abrigar os doentes dessa enfermidade, cuja conclusão se deu em 1937, com sua inauguração, que contou com a presença do Ministro da Saúde e Educação do governo Vargas, Gustavo Capanema, que proferiu longo discurso, reproduzido pelo jornal *Diário da Manhã* na inauguração do leprosário de Itanhenga, que transcrevemos a seguir:

Senhor governador

É fora de dúvidas que, de todos os problemas de governo com que ora nos defrontamos no Brasil, nenhum é mais inquietante que a lepra.

Em todos os países, em todos os tempos, essa doença encheu de medo e amargura as populações, e contra ela as medidas mais decisivas foram tomadas. E, assim, dela se livraram ou vai-se livrando os povos de cultura adiantada.

No Brasil, ainda estamos longe da libertação desse perigo. A lepra existe, entre nós provavelmente, desde o ano de 1600. Daí para cá, a sua propagação tem sido cada vez mais. Para isto concorrem razões diferentes: o caráter contagioso da moléstia, a debilidade orgânica da população, a falta de educação sanitária, a ausência de um armamento anti leproso completo e eficiente.

Desta maneira, pasmosa é a cifra de leprosos hoje existentes no país. Não dispomos de um censo da lepra regularmente organizado. Mas os dados positivos já recolhidos autorizam a estimativa de 50.000 doente. E esta cifra que figura um criterioso trabalho, de autoria de Souza Araújo, estampado no último número das Memórias do distinto Oswaldo Cruz.

Apesar, entretanto, de ser grave o mal e intensa a sua disseminação no nosso país, contra ela se movimentam os poderes públicos, com a necessária eficiência, até há bem pouco tempo. Não viam o problema ou dele procuravam desviar os olhos.

De fato, até 1920 quase nada se fez entre nós para dar combate a grande epidemia. De 1920 a 1930, figuras ilustres de sanitaristas, com a boa vontade que uma vez ou outra se manifestou na administração pública deram o primeiro impulso e se puseram a colher alguns resultados valiosos.

Pode-se assim, assegurar que foi com o advento da Revolução que se iniciou em todo o país, combate seguro, completo, sistemático contra a lepra.

A Revolução devemos, sem dúvida, entre tantos outros, este imenso benefício.

Por um lado, os interventores federais, representantes do Governo Provisório, entraram em vários Estados, a cuidar decididamente do problema. Deram início a obras consideráveis. Ao contrário, cada vez mais se intensifica a epidemia. Desta maneira, realizações de vulto se fizeram em vários pontos do país, notadamente em São Paulo.

Por outro lado, na esfera federal, o preclaro Presidente Getúlio Vargas resolveu empreender, com método e intensidade a campanha decisiva. E para levá-la por diante, tem feito coordenar todos os esforços e mobilizar todos os meios e instrumentos.

O Programa Federal contra a lepra consiste, essencialmente em dois pontos:

- 1- Organização da pesquisa e do censo;
- 2- Montagem do armamento anti leproso, que se compõe do leprosário, dispensário e preventório.
- 3- A pesquisa sobre a lepra de tal capital importância, tem sido realizada com segurança no Instituto Oswaldo Cruz e pelo Centro internacional de Leprologia. Esta última instituição que já produziu resultados diversos e importantes, foi organizada no Rio de Janeiro, em 1934 pelo Governo Provisório, com a cooperação da Sociedade das Nações e do benemérito sr. Guilherme Guinle, ficando a princípio, sob a direção de Carlos Chagas e tendo, hoje, a sua frente o professor Eduardo Rabello.

É propósito do Governo Federal dar conta cada vez maior amplitude as atividades relativas à investigação da lepra, que resultarão seguros critérios para a prevenção e o tratamento da doença.

O censo da lepra, que continua base essencial para segura ação profilática contra a epidemia, e que, salvo num ou outro ponto do país, ainda é falho e incerto, está sendo realizado e o será daqui em diante com esmero e persistência. E este é um ponto em que se empenha firmemente o Governo Federal.

O Governo Federal, no que concerne à montagem do armamento anti leproso, considera separadamente o Distrito Federal e os estados e o território do Acre.

No Distrito Federal, o Ministério da Educação e saúde atua diretamente, pois aí, estão a seu cargo todos os serviços de profilaxia da lepra.

É grato dizer que, mercê dos esforços realizados por determinação do ilustre Presidente Getúlio Vargas, já se acha quase resolvida a organização do

armamento anti leproso na capital da república, onde, dada a estimativa de 1.200 doentes, o problema se apresentava em termos de justa inquietação.

Está quase completamente edificado o leprosário de Curupaiti, com capacidade para todos os doentes que devem ser internados.

Até 1930 foram gastos, nessa obra 524:953\$000 (quinhentos e vinte e quatro mil 953 contos de réis). No Governo provisório foram dispendidos 576:150\$000 (quinhentos e setenta e seis mil, cento e cinquenta réis). De 1935 até o fim do corrente ano, nela serão aplicados mais 2.501:780\$000 (Dois milhões quinhentos e um mil e setecentos e oitenta réis). Até o próximo mês de dezembro estará pronto esse leprosário. Em tais cifras não se incluem a vultosa despesa com a manutenção dos doentes, que vem sendo internados á medida que são feitas as instalações.

De fins de 1934 até 1936 foram instalados no Distrito Federal 14 dispensários de lepra. Tais órgãos somados ao dispensário que existia, constituem hoje a rede necessária. Sua ação está sendo pronta, enérgica e esclarecida.

Acrescento que ainda no ano corrente, o Governo Federal dará início as obras do Preventório, necessário o qual deverá estar pronto no começo de 1938.

O armamento anti leproso nos Estados e no território do Acre, o Ministério da Educação e Saúde só podia adotar um critério: atuar por intermédio dos governos locais, orientando-lhes ou dando-lhes recursos financeiros, na medida de suas necessidades. Tal solução estava imposto pela natureza mesmo do sistema federativo em que vivemos.

Em 1933, essa ação atingiu os estados do Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais, aplicando-se 1. 000:000\$000 (um milhão de contos de réis).

Em 1934 foram contemplados os estados do Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, fazendo-se a despesa de 1. 975:000\$000 (um milhão e novecentos e setenta e cinco mil réis).

Em 1935, tiveram auxílio os estados do Maranhão, Pará, Pernambuco, Espírito Santo, Minas gerais, Paraná, Rio de Janeiro, não tendo sido podido nesse ano, aplicar senão 500:000\$00 (quinhentos mil réis), dada a necessidade de despesa de vulto np Distrito Federal de 1.179:280\$000 (Um milhão, cento e setenta e nove mil e duzentos e oitenta réis).

Em 1936, o Governo Federal auxiliou os estados do Amazonas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Minas Gerais, dispendendo a importância de 4.391:887\$000 (quatro milhões, trezentos e noventa e um mil e oitocentos e oitenta e sete réis).

Em 1937 estão sendo auxiliados pelo governo Federal, para o mesmo esforço de construção e a manutenção dos leprosários de todos os estados e do território do Acre. Serão aplicados em tais despesas 9.073:864\$000 (nove milhões e setenta e três mil e oitocentos e sessenta e quatro réis).

A cooperação da união varia de Estado para Estado. Nuns a cooperação é apenas financeira, noutros é financeira e técnica. Nestes, a União realiza a obra inteiramente a sua conta, para posterior entrega ao Estado. Naqueles, entre eles, para tal obra, com uma parcela de dinheiro necessário, variável em cada caso.

Prosseguirá o governo Federal com visão firmem na realização de tamanho empreendimento. Continuará a cooperar, com as unidades federativas, financeiramente e tecnicamente, na medida de suas necessidades, para que, no menor prazo possível, se realize a mesma tarefa de construção dos leprosários necessários á campanha nacional.

Essa cooperação prosseguirá para o fim de serem mantidos os serviços dos leprosários instalados, e ainda para a instalação e o custeio, onde se torna preciso dos diversos elementos do armamento anti leproso: dispensários e os preventórios.

É de notar que, para a execução da campanha empreendida tem o Governo Federal contado com a valorosa colaboração das associações de caráter privado, hoje coordenadas pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra.

De tal esforço, que deverá ser cada vez maior, há de concorrer a efeito, a que aspiramos, da completa debelação da lepra em nosso país (*Diário da Manhã*, 14 de abril de 1937, f. 6).

Convém que se diga que a ação do Estado em relação a questão da Saúde Pública foi no Espírito Santo, foi além apenas de dotação orçamentária, a própria reestruturação e aperfeiçoamento da estrutura deste serviço evidencia uma preocupação do Estado com a saúde da população. Antes do governo do Interventor a estrutura do Serviço de saúde Pública estava constituído de: Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, Serviço de Estatística Demográfico Sanitário, Laboratório de Análises e pesquisas, Fiscalização de Gêneros Alimentícios, Hospital de Isolamento, Contabilidade, Expediente e Almoxarifado. A partir de 1931, em pleno governo do Interventor, foram acrescentados ao Setor de Saúde Pública os seguintes desdobramentos: Criação do Laboratório Farmacêutico, Setor de Educação e Propaganda, Leprosário, Setor de Engenharia Sanitária, Dispensário de Higiene e Assistência Infantil, Fiscalização do exercício da Medicina, criação do Setor de Farmácia e Odontologia, instituição da Assistência e Inspeção Escolar médico e Odontológico (nas principais cidades do Estados, subordinado a Diretoria de Educação), Criação do Serviço das Visitadoras Sanitárias, criação do Centro de

Saúde da Capital (compreendendo o Serviço de tuberculose), Dispensário de Malária e Verminoses, Criação do Setor de Higiene Pré-natal, um Centro de Saúde em Cachoeiro de Itapemirim, Postos Municipais de higiene em São Mateus e Anchieta, Posto de Saúde Itinerante, Sub-posto de higiene em Colatina (*Diário da Manhã*, 2 de fevereiro de 1934, p. 1).

O diretor do SNL, Ernani Agrícola, defendeu que a lepra, uma doença estigmatizada e discriminada, deveria ser tratada de forma centralizada pelo seu órgão, que ficaria responsável por orientar a campanha nacional realizada pelos órgãos estaduais de saúde. Porém, para que isso acontecesse, a CNS teria que aprovar os critérios e as regras para essa campanha. Uma das questões de saúde pública mais graves no Espírito Santo era a lepra, que afetava muitas pessoas nas regiões próximas. Para enfrentar essa situação, o Governo decidiu construir um leprosário na Ilha do Cal, onde os doentes mais contagiosos seriam separados da população. Essa medida visava impedir que os leprosos que moravam em áreas urbanas ou que andavam pelas ruas pedindo esmolas espalhassem a doença causada pelo bacilo de Hansen (FONSECA, 2000, p. 188).

Para controlar a disseminação da lepra, as autoridades sanitárias registravam e examinavam todos os casos confirmados da doença, bem como as pessoas que mantinham contato próximo com eles, especialmente os filhos. Nas áreas onde a lepra era mais prevalente, foram criados dispensários, chamados de "dispensários de pele" (para atender leprosos e portadores de doenças venéreas), que tinham como objetivos principais monitorar os leprosos e seus familiares, tratar os leprosos que não estavam internados no leprosário e identificar novos casos de lepra.

Uma das medidas tomadas para controlar a disseminação da lepra entre os habitantes foi a criação de um leprosário. Esse local, chamado de Colônia Itaenga, ficava a 14 quilômetros da Capital e tinha 75 prédios para abrigar cerca de 400 pacientes, com conforto e comodidade. O governo do Estado também investiu recursos para eliminar a lepra do seu território, gastando grandes somas de dinheiro entre 1930 e 1939 para combater e erradicar essa doença, que afetava principalmente a população mais pobre.

Tabela 7: Dados de investimento no Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas em Vitória (1935-1939).

Serviço de Profilaxia da Lepra e das doenças venéreas	2.121:252\$579
Construção da Colônia de Itaenga	1.190:000\$000
Manutenção da Colônia de Itaenga	1.640:000\$000
Construção do Preventório “Alzira Bley”	230:000\$000
Total	5.534:797\$579

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1940.

Os hospitais tinham não apenas a função de acolher os enfermos, mas também de atuar como medida preventiva para resguardar as populações urbanas. Os Dispendiários e Preventórios eram destinados a diagnosticar e prevenir enfermidades como lepra e tuberculose, afastando os doentes dos outros membros da família e confinando-os para evitar que contaminassem o restante da população. Por essa razão, os hospitais ficavam localizados em lugares remotos, como por exemplo, o leprosário na Ilha do Cal, Colônia de Itaenga,

Preventório “Alzira Bley”, entre outros. No que tange a participação do Governo Federal nessas ações, temos, no mesmo período, os seguintes investimentos:

Tabela 8: Investimento do Governo Federal no campo da saúde no ES (1935-1939).

Construção da Colônia de Itaenga	1.190:000\$000
Manutenção da Colônia de Itaenga	425:000\$000
Instalação do Preventório “Alzira Bley” e Granja “Eunice Weaver”	100:000\$000
Total	1.175:000\$000

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1940.

A Colônia de Itaenga oferecia aos seus moradores infraestrutura de água, luz, saneamento e comunicação; contava com espaços para prática de esportes, lazer e cultura; disponibilizava alojamentos para casais com hanseníase; tinha refeitório, lavanderia, área de quarentena, maternidade e pavilhão clínico. O tratamento dos pacientes variava conforme o diagnóstico e o estágio da doença. Os casos mais graves e contagiosos eram encaminhados para Itaenga pelo Serviço de Lepra, enquanto os casos mais leves e não contagiosos recebiam assistência nos dispensários locais.

Para prevenir a transmissão da lepra entre as pessoas que viviam em contato com os doentes, o Governo fazia exames periódicos e dava assistência especial aos filhos menores, que eram mais vulneráveis à doença. Essa assistência era feita em parceria com os dispendiários e as prefeituras, sob a coordenação das Sociedades de Assistência aos Lázarus, criadas em todas as cidades do Estado

pela presidente da federação das Sociedades de Lepra, Dona Eunice Weaver. As Sociedades, principalmente a da Capital, realizavam um bom trabalho assistindo aos filhos dos leprosos junto ao governo estadual. Ao lado do Preventório “Alzira Bley”, o governo do Estado construiu a creche “Alice Monjardim”. Nessa creche, eram acolhidas as crianças que nasciam no leprosário, logo após o parto, antes de serem infectadas; as meninas ficavam até 18 anos e os meninos até 10 anos.

O governo reconheceu a gravidade da situação dos menores abandonados e buscou soluções para esse desafio difícil e complexo: solicitou ao juiz de menores da Capital que, em parceria com órgãos estatais, apresentasse propostas para essa questão. Em resposta a essa solicitação, o Magistrado elaborou um relatório detalhado sobre o assunto, bem como um projeto sobre a organização do serviço, o qual foi convertido em lei naquele mesmo ano. Visando aprimorar esse setor e oferecer maior assistência a esses menores abandonados, o governo do estado criou, em 1933, alguns órgãos oficiais, como o Instituto Agrícola de Maruípe, mas esse instituto só seria efetivado seis anos depois da publicação da Consolidação das Leis de Assistência e Proteção aos Menores, que passaria a integrar o Código de Menores.

Em 1936, o Instituto ampliou suas instalações com a construção do pavilhão "Melo Mattos", que tinha capacidade para abrigar 250 menores. Posteriormente, foi inaugurado o pavilhão "Lucilia Oliveira Santos", com as mesmas dimensões e lotação do anterior. Os menores que viviam no Instituto recebiam educação básica e se dedicavam a atividades de avi-horticultura e à aprendizagem de profissões como sapateiro e encadernador. O Orfanato "Chistiano Andrade" foi outro estabelecimento oficial, destinado a meninas, que foi inaugurado na sede

do município de Afonso Cláudio. O prédio teve um custo de 230:380\$000 e contava com dormitórios, salas de aulas, cozinha e refeitório.

Outro estabelecimento oficial foi o Patronato de Olivania, criado pela lei nº 196, de dezembro de 1936, com o objetivo de acolher menores infratores. O terreno, com 40 hectares, foi doado pelo Sr. Arcebispo Dom Helvécio Gomes de Oliveira. As obras do antigo colégio S. José, que ficavam nesse terreno, foram compradas por 100:590\$, mas o Patronato não funcionou conforme o previsto.

O Estado não apenas financiava os estabelecimentos oficiais, mas também apoiava outras instituições como: os orfanatos “Santa Luzia”, “Asilo Coração de Jesus”, Orfanato Cristo Rei e Asilo “Cristo e Caridade”, sendo os dois primeiros voltados para o acolhimento de meninas. Entre 1931 e 1939, o Estado doou 150 apólices de um conto de réis ao Orfanato Jesus Cristo Rei, realizou pequenos consertos no Orfanato “Santa Luzia” e destinou a esses educandários, que assistiam à infância carente, o montante de 426:000\$000 (ESPÍRITO SANTO, 1940: p.77-78-79).

Jones dos Santos Neves assumiu o governo local como Interventor em 1943, após a saída de Punaro Bley para a Presidência da Companhia Vale do Rio Doce. Ele governou até o fim da Era Vargas, em 1945, e deu prosseguimento às obras de Punaro Bley nas áreas de educação e saúde. Ele buscou um novo modelo de escola que se adequasse ao clima do estado, e inaugurou e reformou várias unidades. Na saúde, ele se preocupou em proteger e apoiar o trabalhador rural: criou mais quatro postos de saúde no interior e promoveu a vacinação de 75.089 pessoas contra tifo, difteria e varíola. Além disso, ele investiu na formação de técnicos, na estatística vital e sanitária, na produção de vacinas e

medicamentos, e na campanha contra a tuberculose, com uma equipe móvel que realizou um amplo diagnóstico da doença no estado.

Santos Neves tomou medidas para melhorar a qualidade da água da capital, que causava muitos problemas de saúde nas crianças, e mandou clorá-la com um equipamento Patterson. Ele também criou o Posto de Higiene Mental e instalou o primeiro Hospital de Psicopata do estado no prédio da ilha da Pólvora. Com o apoio do governo federal, iniciou a construção do centro de saúde de Vitória. No âmbito da Assistência Social, ele reformou o Instituto Agrícola de Maruípe; terminou a obra social “Santa Luisa” para meninas órfãs; planejou a reforma e a criação de vários patronatos e asilos; começou os parques proletários; e ajudou o Asilo da Velhice Desamparada (ESPÍRITO SANTO, 1945, p. 138).

Em parceria com a Legião Brasileira de Assistência, o governo Jones dos Santos Neves procurou continuar os trabalhos ou tentar amenizar as necessidades dos segmentos mais vulneráveis da população. É importante compreender que as práticas de caridade eram muito comuns na sociedade de Vitória da época, sendo os pobres atendidos pelo assistencialismo. Aliviavam as carências econômicas, mas não resolviam a precariedade. Além de um dever do governo para com a sociedade, a mentalidade da época valorizava o papel religioso presente na caridade social e entendia que era sua responsabilidade cuidar desses desamparados por meio de auxílios destinados a essas instituições filantrópicas. Assim, havia uma articulação entre o poder governamental, o poder religioso e a sociedade, na proposta de auxiliar os desvalidos por meio de ações caritativas que tinham um propósito específico, seja no sentido de preservar os valores dessa sociedade ou simplesmente por amor ao próximo.

Capítulo III

Formação, ocupação e instituição de Políticas Públicas em São Mateus

No presente capítulo discutiremos sobre a formação de São Mateus, assim como aspectos importantes de sua ocupação e questões econômicas no fim do século XIX que se tornaram as bases da região após a Proclamação da República. É nesse contexto que iremos acompanhar o estabelecimento da família Silves na região. Para mais, abordaremos os conceitos de farmacêuticos e boticários que iniciou o século XX com uma delimitação mais evidente sobre cada ofício.

3.1. Aspectos importantes da formação de São Mateus

A cidade de São Mateus e a comarca vizinha, Vila da Barra de São Mateus, hoje abrangendo uma área costeira e uma pequena cidade rio acima na região mais ao norte da província do Espírito Santo, na fronteira do sul da Bahia e do norte de Minas Gerais, tornou-se um entreposto comercial a partir da segunda metade do século XVIII, pois estava localizado de forma auspiciosa no meio do caminho entre os principais portos de Salvador e Rio de Janeiro.

Figura 1: Região de São Mateus na década de 1880.



Fonte: MIKI, 2012, p. 501.

A região estava mais ligada política e economicamente ao norte de Minas e ao sul da Bahia do que à distante capital provincial, e mesmo com o início do século XIX, São Mateus não experimentou o crescimento econômico e populacional que

ocorria nos centros do Brasil.² Em 1824, a população total era de 5.313 habitantes, sendo 2.654 pessoas, quase metade da população, de origem africana escravizada. Em 1872, a população combinada de São Mateus e suas paróquias vizinhas de Barra de São Mateus e Itaúnas era de 8.170 habitantes, incluindo 2.793 escravos, 2.728 negros e pardos livres, 141 caboclos e 2.488 brancos. Isso sem contar a significativa população indígena, um dos fatores que inibiu tentativas anteriores de assentamento. Os portugueses rotulavam genericamente essas variedades de grupos indígenas como botocudos, devido aos botoques, ou discos, que alguns deles colocavam nos lábios inferiores (MIKI, 2012).

No início do século XIX, a população indígena na capitania de Porto Seguro, que então incluía São Mateus, foi estimada em 3.650. Seus números despencariam nas décadas seguintes por meio da violência física, pois foram forçados a ocupar áreas cada vez menores e pelos esforços de higienização de regimes postos em movimento pela expansão dos colonos e pela política governamental.

Uma das transformações mais importantes na Província do Espírito Santo no século XIX foi a expansão das áreas cultivadas com café, que integraram a região à economia cafeeira nacional. Esse movimento teve como principal cenário o sul da província, especialmente a região de Itapemirim, onde o café se difundiu com mais rapidez e intensidade. Na região central da província, onde Vitória era o polo produtivo, o café também teve um crescimento expressivo nesse período.

² A região de São Mateus foi anexada em 1763 pela então separada capitania de Porto Seguro, incorporada após a independência à província da Bahia, e revertida à província do Espírito Santo em 1822 (MIKI, 2012, p. 499)

Durante esse tempo, e em menor proporção, a expansão dos plantios de café nas terras do Espírito Santo se estendeu para outras áreas produtivas da província, onde se tornou a principal atividade agrícola, substituindo principalmente a cultura da cana-de-açúcar na região centro-sul, que estava em declínio. Aspecto importante entre os estudos históricos que tratam de temas relacionados ao Brasil do século XIX, é que muitos deles abordam a Lei de Terras de 1850 e seus contextos. As análises que enfocam a questão fundiária no Brasil e os efeitos da Lei de Terras de 1850, costumam ressaltar os principais fatores que precederam a aprovação dessa nova norma fundiária pelo Governo Imperial na metade do século XIX, destacando não apenas a permanência do sistema de sesmarias na colônia, mas também a ausência de outra legislação fundiária no país entre a extinção das sesmarias em 1822 e o decreto da Lei de Terras de 1850, citamos a Lei de Terras, pois a família de Roberto Silveiras havia desenvolvido um processo um pouco similar, na região, muitas terras pertenciam à família dele, e com frequência eram invadidas, alguns lotes, com o objetivo de acalmar a população e evitar novas invasões eram doados (LOPES; GUTIERREZ, 2007).

O sistema das sesmarias consistia na distribuição gratuita de terras pela Coroa portuguesa a colonos que se comprometiam a explorá-las economicamente. O tamanho das sesmarias variava de mil a treze mil hectares, conforme o direito português medieval que regulava essa prática. No entanto, no Brasil, o sistema das sesmarias foi adaptado às condições locais, marcadas pela colonização e pela escravidão. Para receber uma sesmaria, o colono tinha que comprovar que possuía escravos e recursos para cultivar a terra, além de povoá-la dentro de um prazo estipulado, que mudou várias vezes ao longo do tempo. O sesmeiro

também tinha que demarcar e registrar a sua propriedade para garantir a sua posse legal (LOPES; GUTIERREZ, 2007).

A Lei de Terras, promulgada em 1850, é frequentemente relacionada à proibição do comércio de africanos escravizados, que ocorreu no mesmo ano. Essa relação pode ou não ser casual, mas o fato é que muitas análises consideram o contexto mais amplo vivido pelo país naquele período, quando se verifica a tendência crescente de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Nesse cenário, a entrada de imigrantes europeus ou asiáticos teve grande importância nas políticas públicas do governo imperial na época, pois o fim da escravidão era visto como uma questão praticamente inevitável, que só poderia ser adiada por algum tempo, enquanto se buscavam alternativas que evitassem rupturas bruscas na produção agrícola, especialmente nas áreas cafeeiras, onde se localizava a principal fonte de riqueza do país, e cujas estruturas, em grande parte, dependiam da continuidade do regime escravista.

Promulgada em 1850, a Lei de Terras teve um papel importante na transição do trabalho escravo para o livre no Brasil, pois definiu que a propriedade da terra só poderia ser obtida por meio de compra. Antes dessa lei, entre 1822 (ano em que o sistema de sesmarias foi abolido) e 1850, vigorou um período de ausência de normas fundiárias, no qual muitos se apropriaram de terras por simples posse, sem qualquer registro ou pagamento. Esse período, marcado pela forte atuação dos posseiros, coincidiu com o auge da expansão cafeeira e da demanda por escravos nas diversas regiões do país.

A Lei de Terras de 1850 tinha como objetivo regularizar a ocupação do solo brasileiro, impedindo novas apropriações de terras sem o pagamento devido. Essa medida também buscava garantir a oferta de trabalhadores para a

agricultura, principalmente para o cultivo do café. Com a abolição gradual da escravidão, iniciada em 1850, muitos pequenos proprietários não tinham como legalizar suas posses e acabavam se tornando mão-de-obra para as grandes fazendas. Além disso, o governo central incentivava a imigração de colonos estrangeiros para o país, com o mesmo propósito de suprir a demanda por trabalhadores rurais (RELATÓRIO, 1861).

O Brasil é um país de grande extensão territorial e de profundas desigualdades regionais. Por isso, a nova legislação fundiária teve efeitos distintos nas diferentes regiões do país. Um exemplo disso é o levantamento das terras ocupadas por particulares, que foi exigido pela Lei de Terras e seu Regulamento, e que resultou nos documentos chamados de *Registros Paroquiais de Terras*. Esses documentos são fontes essenciais para estudar a ocupação econômica de uma região, com base na análise da estrutura fundiária.

Em relação aos impactos imediatos da Lei de Terras e aos trabalhos de elaboração dos Registros Paroquiais de Terras no Espírito Santo, um aspecto que se sobressai é o atraso no levantamento das terras determinado pela nova lei, pois, mesmo com as extensões dos prazos estabelecidos para isso, no primeiro relatório apresentado em 1861 pelo governo provincial, verifica-se que já existiam 4.377 declarações registradas nas várias freguesias da província, mas que ainda faltavam os dados referentes à Vila da Barra de São Mateus e outros. Ainda consta que na ocasião foram "[...] multados por omissão 53 possuidores, a saber, 35 por não os fazerem dentro do 1º prazo, 16 dentro do 2º, 2 depois do 3º; a importância d'estas multas arrecadadas foi de 1:550\$ rs., e não arrecadadas de 425\$ rs." (RELATÓRIO, 1861).

Somente em 1862, os párocos das diferentes freguesias capixabas finalizaram o trabalho de registro das terras de propriedade privada, totalizando 4.668 declarações de posses em todo o Espírito Santo.

Tabela 9: Registros Paroquiais de terras do Espírito Santo por municípios em 1862.

Regiões/Municípios	N.º de posses municipais	(%) por município	N.º de posses regionais	(%) por região
Região Central:				
Vitória	1.936	41,48		
Espírito Santo	131	2,80		
Serra	224	4,80		
Nova Almeida	118	2,52		
Santa Cruz	244	5,22	2.653	56,82
Região Sul:				
Guarapari	315	6,75		
Benevente	315	6,75		
Itapemirim	702	15,04	1.332	28,54
Região Norte:				
Linhares	131	2,80		
Cidade de São Mateus	320	6,86		
Barra de São Mateus	232	4,98	683	14,64
TOTAL	4,668	100	4.668	100

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo José Fernandes da Costa

Pereira, 25/05/1862.

A tabela 9 mostra a distribuição das posses de terras declaradas na província, segundo as três regiões principais. A região central, que corresponde ao núcleo de Vitória, teve a maior participação, com 2.653 registros, o que equivale a 56,82% do total. Em seguida, vem a região sul, que abrange o núcleo de Itapemirim, com 1.332 registros, representando 28,54% do total. Por fim, a região norte, que engloba o núcleo de São Mateus, teve a menor parcela, com 683 registros, correspondendo a 14,64% do total.

Uma análise dos Registros Paroquiais de Terras, apesar das limitações e falhas desse tipo de fonte, revela o início de uma transformação das estruturas agrárias regionais do Espírito Santo naquele momento. Nesse sentido, nota-se que a ocupação territorial foi mais intensa nas regiões central e sul da província, onde o cultivo do café estava em crescimento no período, especialmente em Vitória, que teve 1.936 registros de posses, num total de 41,48%, e Itapemirim, que contou com 702 registros de posses totalizando 15,04%.

Já a região norte do Espírito Santo, que também recebeu a cafeicultura em algumas áreas, não teve grandes mudanças na sua ocupação territorial, pois o cultivo do café nessa região não tinha o mesmo dinamismo que no centro e no sul da província. Em São Mateus, o maior polo produtivo do norte capixaba na época, as terras não eram adequadas para o café e prevalecia a atividade agrícola voltada para a fabricação da farinha de mandioca.

Para compreender a fronteira agrícola do norte do Espírito Santo em meados do século XIX, é preciso analisar a ocupação territorial da região de São Mateus com base nos Registros Paroquiais de Terras. Esses documentos permitem reconstruir parcialmente a estrutura agrária regional e a produção agrícola que dela resultou. A partir das declarações de posses de terras de *São Mateus* e *Vila*

da *Barra de São Mateus* entre 1854 e 1860, após a Lei de Terras de 1854, foi possível identificar as características da estrutura agrária mateense, considerando o conjunto das fontes pesquisadas e a formação de um banco de dados com as informações coletadas.

Para compreender como a região de São Mateus foi ocupada economicamente, é preciso analisar como as terras foram apropriadas e quais foram os fatores políticos e sociais que influenciaram as transformações na sua estrutura fundiária no período. Nesse sentido, os Registros Paroquiais de Terras são fontes relevantes para reconstruir esse processo na fase inicial da segunda metade do século XIX, pois eles refletem o impacto da Lei de Terras de 1850, que exigiu que os possuidores de terras as declarassem. Assim, é possível acessar informações que permitem caracterizar a situação fundiária de São Mateus e obter uma visão da ocupação territorial da região no contexto da década de 1850.

Os Registros Paroquiais de Terras na Freguesia de São Mateus permitiram identificar 552 posses de terras na região, segundo um relatório do governo provincial em 1862, como visto na tabela 8. Dessas, 320 estavam na Cidade de São Mateus e 232 na Vila da Barra de São Mateus. No entanto, apenas 268 declarações de terras foram encontradas no Arquivo Público, em dois livros manuscritos: o Livro n.º 73, com 102 registros da Cidade de São Mateus e arredores, e; o Livro n.º 90, com 166 registros da Vila da Barra de São Mateus e Itaúnas.

Os Registros Paroquiais de São Mateus, produzidos por diferentes vigários, seguem um padrão geral, mas apresentam diferenças na maneira de registrar as informações fornecidas pelos declarantes. Além disso, alguns dados

importantes são omitidos, como o tamanho e a localização da área da posse, a forma de obtenção da terra, entre outros aspectos.³

Uma possível explicação para a falta desses dados nos registros é a responsabilidade do próprio declarante, que podia ser ignorante ou dissimulado. A ignorância podia vir tanto do desconhecimento sobre a extensão real da sua posse (por causa das dificuldades de medir e demarcar as terras naquela época), quanto do fato de que muitos declarantes registravam as terras para outras pessoas, alegando que elas não "sabiam ler e escrever". A dissimulação podia ocorrer porque não era exigido nenhum comprovante das informações fornecidas, o que permitia declarar uma área maior do que a realmente ocupada, ou dar medidas imprecisas ou vagas sobre os limites da posse declarada. De qualquer forma, a partir da proporção dos registros que contêm esses dados, é possível identificar certas características e tendências observadas na estrutura fundiária de São Mateus nesse período.

O governo provincial do Espírito Santo reconheceu que a Lei de Terras e o seu Regulamento estimularam o aumento das solicitações de medição e legalização das posses de terra na década de 1860. No entanto, em 1866, havia muitos processos parados no gabinete da presidência e no arquivo da secretaria, esperando as medidas necessárias para sua validação. Muitos desses processos eram considerados "evidentemente nulos", pois "a lei de 18 de Setembro de 1850 e o Regulamento de 1854, criando um direito novo e uma

³ Os problemas encontrados nos Registros Paroquiais de Terras não são exclusivos da região estudada, mas também são relatados por pesquisadores que trabalham com outras áreas do Brasil. Alguns exemplos de estudos que mencionam essas dificuldades são: AGUIAR, Maria do Amparo A. **Terras de Goiás: Estrutura Fundiária – 1850/1920**. Tese de Doutorado, mimeo, FFLCH/USP, São Paulo, 1998; GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaueira no eixo Itabuna/Ilhéus – 1890-1930**. (Dissertação de Mestrado) UFBA. Salvador. 1977.

forma de processo nunca posta em prática, deviam naturalmente gerar dificuldades na sua aplicação" (RELATÓRIO, 1866, p. 12). Apesar de existirem quatro distritos de medições, cobrindo as diferentes áreas agrícolas da província, a lentidão nesse campo prejudicava a agricultura, "sendo de fácil dedução que os posseiros não trabalhariam com satisfação em terras cuja propriedade ainda não estava garantida" (RELATÓRIO, 1866, p. 12).

O relatório do governo provincial aponta dificuldades semelhantes na implementação da nova lei de terras, afirmando que:

Possue a província grande extensão de terras devolutas. Infelizmente, porem, ainda não tem sido possível extremar o domínio público do particular, segundo as regras estabelecidas pela Lei n^o 601 de 18 de Setembro de 1850, em todos os pontos, com a presteza com que se faz mister. Os regulamentos de 30 de Janeiro e 8 de Maio de 1854 e 19 de Dezembro de 1855, confeccionados por um dos nossos mais habilitados Estadistas, o Exm. Sr. Senador Luiz Pedreira do Couto Ferraz, tem encontrado alguns embaraços em sua execução, não porque não estejam previstas todas as hypotheses, mas porque entre nós infelizmente a pratica das idéias é tardia, quando não esquecida, si bem que sobre este ponto não sintamos a falta de pessoal idôneo para Juizes Commissarios, agrimensores e escrivães (RELATÓRIO, 1867, p. 25-27).

Além da falta de recursos financeiros, outro obstáculo para a aplicação da Lei de Terras de 1850 era a escassez de profissionais qualificados para verificar se os possuidores de terras cumpriam os requisitos legais de cultura efetiva e morada habitual, conforme estabelecido pelo art. 6^o da Lei e pelo art. 37 e seguintes do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854. Essa verificação era essencial para medir, legitimar ou revalidar as concessões de terras. No entanto, muitos processos apresentavam irregularidades que geravam conflitos e dificultavam o julgamento pelo presidente da província, que tinha que analisar um grande

número de processos sem contar com o parecer do Fiscal das Terras Públicas (RELATÓRIO, 1867, p. 25-27).⁴

A Lei de Terras estabelecia que cada província teria um ou mais juizes responsáveis pela medição das terras. No caso da província capixaba, foram designados quatro juizes, cada um para um distrito diferente. O 1º Distrito compreendia os municípios de Itapemirim, Benevente e Guarapari; o 2º Distrito os municípios de Vitória, Viana e Espírito Santo; o 3º Distrito os municípios da Serra, Nova Almeida e Santa Cruz; e o 4º Distrito os municípios de São Mateus e Vila da Barra de São Mateus.

A legalização de terras foi muito procurada na década de 1860, em razão dos efeitos imediatos provocados pela Lei de Terras, que criou um clima de insegurança e dúvida sobre as possíveis consequências e impactos que poderiam surgir se as normas da nova legislação fundiária do país não fossem cumpridas. Nesse cenário, houve um intenso movimento pela legalização das terras ocupadas por particulares, em que muitos posseiros e proprietários buscaram legitimar ou revalidar suas posses. Essa situação também se refletiu na região de São Mateus, onde a maior parte dos processos de terras ocorreu entre 1862 e 1865.

Percebemos que o acesso à propriedade da terra na região de São Mateus foi um processo menos complicado não apenas para os agricultores pobres, mas também para os grandes proprietários de terras, tendo em vista as facilidades de arrendamento/compra de terrenos localizados nas proximidades da cidade e

⁴ O cenário se tornou mais crítico após a interrupção dos trabalhos da Repartição das Terras da Província, conforme o Aviso do Governo Imperial de 26 de Junho de 1866, que estabeleceu que as atribuições daquela repartição passassem para a Presidência da Província (RELATÓRIO, 1867, p. 25-27).

pertencentes ao município – cuja forma de pagamento geralmente era feita em espécie, isto é, em farinha de mandioca, conforme consta nas Atas da Câmara Municipal (LIVRO DE ATAS, 1842-1848).

Uma das características da região estudada foi a presença de vastas áreas de terras e florestas não exploradas no interior, que dificultavam a expansão da atividade agrícola devido à oposição dos índios Botocudos, considerados temíveis pelos colonizadores. Esses indígenas foram progressivamente expulsos de suas terras e forçados a se retirar para o sertão, à medida que a colonização avançava na região.

A formação do território de São Mateus se deu de forma gradual e se limitou por muito tempo às áreas próximas aos rios e à cidade. Somente na segunda metade do século XIX, houve uma expansão da colonização e da agricultura para o interior, liderada pelo Barão de Aimorés, que buscava terras mais propícias para o cultivo do café e incentivava outros fazendeiros a fazerem o mesmo. A consolidação da fronteira agrícola de São Mateus dependeu da chegada de imigrantes e da criação de núcleos coloniais, que surgiram no final do período escravista, como uma alternativa dos grandes proprietários para suprir a demanda por trabalhadores.

3.2. O Serviço de atendimento à saúde em São Mateus no século XIX

No Brasil colonial e mesmo imperial, o atendimento a saúde pública não era uma preocupação do Estado. A falta de profissionais da saúde, a quase inexistência de hospitais, a pobreza em que vivia a maior parte da população, fazia com que as populações locais tivessem que recorrer a medicamentos à base de ervas e

mesmo rezas para tentaram minorar seus sofrimentos. Somente em tempos de epidemia, o Estado era obrigado a tomar medidas no intuito de debelar o mal, contratando médicos e enfermeiros para assistir a população vitimada por alguma doença mais grave, como foi o caso de cólera que assolou o país entre 1855 e 1856, ou mesmo o caso da gripe espanhola no século XX entre 1918-1919 (FRANCO, 2015).

Certamente em São Mateus, no Espírito Santo, a situação não era diferente. Os relatórios de presidentes de província no século XIX, são pródigos em evidenciar que várias doenças atingiam os habitantes da Província do Espírito Santo nesse período, sendo as febres intermitentes uma das mais preocupantes. Em São Mateus, o presidente da província pediu ao cirurgião vacínico que lhe desse um parecer sobre as causas dessa enfermidade. O cirurgião atribuiu o problema à inalação de ar contaminado dos pântanos, ao consumo de água imprópria, à falta de higiene da população e, também, ao excesso de alimentos salgados e bebidas alcoólicas (Falla do Presidente da Província, 1840). De acordo com o delegado de polícia de São Mateus, as febres que provocavam vômitos e diarreias na população local persistiram ao longo da década seguinte. Ele atribuiu essas enfermidades às inundações do rio (APEES, 26 abr. 1856).

Os habitantes da província sofriam com diversas enfermidades, como coqueluche, sarampo e diarreias, que podiam ser fatais. Em 1848, o governador da província afirmou que:

As enfermidades, que mais se manifestarão n'esta capital, segundo as informações prestadas pelo Dr. Nabuco na sua clínica, e pelo cirurgião Pornin [Philippe], na sua prática, e no hospital da santa casa, foram algumas apoplexia, e ascites, thisicas tuberculosas, hepatites,

gastrites e poucas febres adynamicas. Além das febres intermitentes benignas, que tiverão logar em alguns municípios da província, em nenhum d'elles apparecerão em grau elevado moléstias de mau caráter e gravidade, a excepção da Villa de São Matheus, onde por vezes, mas sempre com menor violência, do que em outros annos, invadirão a população as febres intermitentes de caracter pernicioso que ali sepodem considerar endêmicas, além de outras enfermidades graves, que costumão desenvolver, devido as causas locaes, hoje mi conhecidas de que por vezes tem sido a assembléa informada, convindo muito procurar removel-as, quando não todas, ao menos as principaes (RELATORIO, 1848, p. 19-20).

Nesse contexto, vale ressaltar que em 1849 a província contava com um único hospital, a Santa Casa de Misericórdia. Assim, em 24 de abril do mesmo ano, o Deputado José Marcelino Pereira de Vasconcelos apresentou o projeto de construção da Casa de Caridade na Vila da Barra de São Mateus, mas foi indeferido em sua primeira votação. Isso porque houve uma disputa entre a cidade de São Mateus e a Vila da Barra de São Mateus (atual município de Conceição da Barra), para decidir qual seria a beneficiada com a Casa de Caridade. Diante disso, a Assembleia Legislativa delegou a decisão ao Executivo, enquanto o Administrador Provincial Felipe José Pereira Leal aconselhava aos parlamentares que o hospital fosse erguido na Vila da Barra de São Mateus, conforme o estabelecido no primeiro artigo, da Lei n.º 13 de 1850: "Fica o hospital criado na cidade de São Mateus ou na Vila da Barra de São Mateus, ou onde o Presidente da Província achar mais conveniente um hospital de caridade" (RELATÓRIO, 1850).

Uma tentativa de anular a referida lei foi feita pelo Deputado Álvaro Rosendo em 1854, mas não obteve sucesso. No mesmo ano, o Presidente da Província, Dr. João Machado Nunes, usou a Lei n.º 13 de 1850 para definir que o hospital ficaria na Vila da Barra de São Mateus. A Câmara Municipal de São Mateus não concordou com essa escolha e enviou uma representação à Assembleia

Legislativa, apontando as desvantagens da localização e afirmando que a Vila da Barra de São Mateus estava muito distante dos locais onde ocorriam as epidemias.

A Câmara argumentou com deputados e conseguiram mudar de ideia sobre a proposta anterior de permitir que o Governo decidisse o local do hospital. Assim, eles votaram pela resolução que determinava a construção do hospital na cidade de São Mateus. O Executivo, insatisfeito com a votação dos deputados, vetou o projeto, com a seguinte justificativa:

O Governo Provincial legalmente autorizado pelo artigo 1º da Lei n.º 13 de 1850 determinava que o dito hospital fosse edificado na Vila da Barra, tendo em vista os estudos que mandara proceder para sua escolha. Não sendo construído nessa localidade, o projeto não se fundava em alguma razão de utilidade pública, razão porque o vetava (NARDOTO, 2001, 2010).

O projeto de lei que criava o Hospital de Caridade em São Mateus foi rejeitado pelo Executivo, mas a Assembleia Legislativa não aceitou a decisão. Uma comissão de deputados analisou os motivos da rejeição e elaborou um relatório, que teve o apoio de todos os parlamentares. O relatório foi encaminhado ao Executivo para que fosse sancionado. No entanto, o Executivo não devolveu o projeto no prazo de dez dias, conforme determina o Ato Adicional. Diante disso, a Assembleia Legislativa usou sua prerrogativa do Artigo 1º do Ato Adicional e publicou a lei que instituíu o Hospital de Caridade em São Mateus.

Para acompanhar a execução da obra do hospital, o Governo nomeou uma comissão formada pelos cidadãos Dr. Júlio César Berenger Bittencourt, Coronel Antônio Rodrigues da Cunha e Francisco Caetano Simões Júnior. Em 1858, o

fundo para a construção já tinha 25:337\$451 (contos de reis), mas a obra ainda não tinha começado. O Tenente-Coronel Constantino Cunha ofereceu uma casa com 75 palmos de frente e 12 de fundos, com 56 janelas envidraçadas, para servir de hospital. Ele queria 23:000\$000 (vinte e três contos de reis) pela casa, mas a Câmara Municipal avaliou em 18.000\$000 (dezoito contos de réis), e ele aceitou o valor, desde que recebesse 50% à vista. O restante seria pago depois, em um prazo maior.

O plano da Câmara era passar a gestão do hospital para a Irmandade do Santíssimo Sacramento, mas ela recusou. Pelos relatórios do Governo, sabe-se que até 1859 o Hospital ainda não tinha sido erguido, mesmo havendo um fundo de mais de 27:000\$000.00. Essa demora fez com que o Presidente da Província, Comendador Pedro Leão Veloso, viesse a São Mateus, para solucionar de vez a questão. Ao sair do Governo, ele delegou a administração da obra ao seu sucessor, Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, mas as chuvas atrapalharam a construção. O Comendador pediu então à Câmara Municipal, a autorização para usar parte dos recursos destinados à construção do Hospital de Caridade de São Mateus, em outra obra. O relatório do Governo da Província informa que no mesmo ano, foi repassada à Câmara a quantia de 300\$000 (mil réis) reservada para a abertura de fontes de água potável no município.

Em meio a epidemia de cólera que acometeu o período, medidas de profilaxia como a proibição do sepultamento em igrejas se tornaram obrigatórias. Em São Mateus, a tradição de enterrar os mortos em frente à Igreja Matriz foi suspensa e um novo local fora do perímetro urbano foi dedicado para a criação de um novo cemitério.

Figura 2: Igreja Matriz de São Mateus (19??).



Fonte: IBGE. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=438898> >. Acesso em 22 set. 2023.

Além disso, a Comissão Sanitária criada pelo Governo provincial em cada vila de maior incidência epidêmica, contou na Cidade de São Mateus com as nomeações de Mateus Antônio Santos, Pe. Manoel Gomes Montenegro, Constantino Gomes da Cunha e Manoel Ribeiro de Jesus Silves. Não conseguimos aferir qual o grau de parentesco de Manoel Ribeiro com Roberto Silves, mas já podemos constatar o envolvimento da família Silves nas questões de saúde pública de São Mateus.

Vila da Barra de São Mateus também teve sua Comissão Sanitária composta por Manoel Rodrigues dos Santos, Pe. Miguel Antunes de Brito, José Barbosa

Meirelles, Joaquim Fernandes Franco e José da Costa Borges. Para mais, a oficialização de profissionais da área da saúde na Província se deu em 1859 com a contratação de seu primeiro médico como servidor público, mas não foi possível encontrar o nome do indivíduo visto que ele não é citado nominalmente no Relatório de Salubridade Pública (1859).

A primeira farmácia da região de São Mateus surgiu nas últimas décadas do Oitocentos fundada por Graciliano Francisco de Oliveira. Dela não conseguimos encontrar mais informações, com exceção de que a Farmácia Oliveira funcionava na ladeira Comendador Reginaldo no Porto e que suas atividades se encerraram quando os netos de Graciliano Oliveira, que assumiram a farmácia após a sua morte, partiram da cidade. É neste estabelecimento é que temos, também, a atuação do médico Raulino Francisco de Oliveira, irmão de Graciliano. A segunda farmácia foi fundada por Américo Silves ainda no século XIX, como veremos mais adiante.

3.3. Farmácias e boticas: disputas narrativas em fins do Oitocentos

Uma tendência marcante do século XIX foi a definição progressiva dos campos de atuação e competência das profissões ligadas à saúde, buscando-se destacar seus direitos e deveres. Essa transformação faz parte do processo de consolidação da medicina como ciência e de reestruturação do cenário oficial dessas profissões, verificado nessa época (PIMENTA, 1998).

Uma mudança que ocorreu na medicina acadêmica foi a separação entre os profissionais que diagnosticavam e receitavam os tratamentos e os que produziam e vendiam os remédios. Essa separação não impediu a troca de

conhecimentos sobre as propriedades e as formas de uso das substâncias medicinais. De um lado, médicos e boticários buscavam aprender com os práticos populares quais eram os recursos terapêuticos mais usados em cada região e como eles eram aplicados nas doenças mais frequentes. De outro lado, alguns curandeiros populares incorporavam saberes médicos acadêmicos em suas práticas (PIMENTA, 2004; FIGUEIREDO, 2002).

Uma das entidades farmacêuticas mais relevantes do Brasil no século XIX foi o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro (SANTOS FILHO, 1991). Em 1877, esse instituto publicou um comunicado sobre um congresso, no qual apresentava a realidade da profissão farmacêutica no país:

Congresso Farmacêutico do Brasil – Circular – A indiferença e máxima desconsideração que no Brasil se vota a tudo que tem relação com a classe farmacêutica; O desânimo a que essa infeliz classe se tem deixado chegar, em detrimento de seus próprios interesses, da ciência e da saúde pública; A facilidade com que se contrariam direitos adquiridos e a ação de uma classe cujos foros se derivam da ciência; A opressão que leva essa mesma classe a abandonar seus arraiais para filiar-se em outras profissões; ... A não menos necessidade da criação de uma escola de farmácia, para estabelecer a autonomia do farmacêutico: são razões que justificam a oportunidade da convocação de um congresso farmacêutico, destinado, principalmente, a tomar conhecimento das anteriores proposições e a prover do remédio em competência e autoridades, as múltiplas dificuldades e embaraços que aniquilaram a classe e abastardam a profissão. Neste propósito, pois, o primeiro dos abaixo assinados propôs a convocação daquele congresso, cuja reunião inicial deve ter lugar no dia 27 do corrente mês, ao meio dia, no edifício da rua São José n. 68. Sendo abraçada pelos outros signatários esta idéia, são convidados todos os farmacêuticos que estejam legalmente habilitados por alguma das Faculdades do Império; a comparecerem no lugar e hora indicados, para constituírem o referido congresso, que funcionará com qualquer número. Farmacêuticos Eduardo Julio Janvrot – Antonio Joaquim Teixeira de Azevedo – Augusto César Diogo – Francisco Maria de Mello Oliveira – Cândido Brandão de Souza Barros – Fortunato Raimundo de Oliveira (Gazeta de Notícias, 1877).

Enquanto se observa uma tentativa de engajar os farmacêuticos em demandas coletivas, os depoimentos dos profissionais que participaram do Instituto

Farmacêuticos revelavam uma situação desfavorável da prática farmacêutica na capital do Império, no final do século XIX. Para se tornar um farmacêutico, era necessário obter uma licença das faculdades de medicina, que também ofereciam o curso de farmácia. No entanto, o curso médico tinha mais prestígio e duração do que o de farmácia, que durava apenas três anos. Além disso, os estudantes de farmácia tinham que cursar as mesmas disciplinas que os de medicina, o que dificultava a formação de uma identidade profissional própria, tanto para os professores quanto para os alunos.

A prática farmacêutica e a organização das farmácias foram alvo de atenção dos poderes públicos, como se evidencia na legislação elaborada ao longo do século XIX sobre as práticas de cura e a saúde coletiva. O regimento da Fisicatura-mor, de 1810, já ressaltava a normatização e a inspeção das farmácias e dos farmacêuticos. Além de averiguar se o farmacêutico possuía diploma, observava-se, no caso de ele ter farmácia, se existia a autorização, seus equipamentos e o armazenamento e preservação das substâncias. Nas investigações que deveriam ser realizadas pelo menos uma vez por ano onde os funcionários da Fisicatura-mor alcançassem, era preciso fiscalizar se os farmacêuticos:

substituem uns remédios por outros sem autoridade de quem os receitou; se aviam receitas de medicina passadas por pessoas ilegítimas; se vendem remédios de segredo sem licença, e taxa do Físico-mor do Reino; se têm parceria com algum médico, ou cirurgião; se são prontos no aviamento das receitas a qualquer hora, se costumam desamparar a botica, deixando nela aprendizes ou escravos, que vendam remédios; se se intrometem a curar, ainda que seja pelas receitas que vão a sua botica; se algum médico ou cirurgião, que substitui a falta de médico, receita em latim, ou em breves; se obrigam aos enfermos a aviarem suas receitas em botica determinada; se receitam medicamentos de composições com nomes desconhecidos para serem entendidos somente por algum boticário;

se há quem venda, e faça remédios em sua casa sem título legítimo (APEB, maço 5.348).

Para estabelecer essa atividade como exclusiva de um grupo com formação específica, diversas normas foram publicadas ao longo dos anos, abordando questões similares, porém com mais detalhamento. O regulamento da Junta Central de Higiene Pública, publicado em 29 de setembro de 1851, reiterava os pontos mencionados do regimento da Fisicatura-mor, ampliando-os e inserindo normas de conduta. As alterações visavam acompanhar as mudanças no mercado de medicamentos de meados do Oitocentos, quando se observa um crescimento do número de boticas, boticários e consumidores em relação às primeiras décadas daquele século.

Uma das normas que se destacava era a de que o médico não podia fazer sociedade com um boticário e "obrigar os doentes a comprar os remédios em uma determinada botica". Também se especificavam aspectos sobre a clareza de uma receita, que deveria ser "em português, e... escrever por inteiro as fórmulas dos remédios, sejam elas próprias ou de outros, com os nomes e doses das substâncias que compõem os mesmos remédios, sem abreviações, símbolos, nem números".

Além disso, as receitas deveriam indicar "o modo de usar o remédio e especialmente se é interno ou externo" e identificar "o nome do proprietário da casa, e, se não houver problema, a pessoa a quem se destina, assim como o dia, mês e ano em que são escritas". Ressaltava-se que os boticários não deveriam preparar "receita que não tenha a assinatura de um Facultativo registrado" nem poderiam "mudar, nem substituir os medicamentos ou as

substâncias que foram prescritas para a sua composição". As boticas deveriam ser gerenciadas por boticários registrados ou oficiais aprovados pelas escolas de medicina. Ademais, os boticários ou droguistas não poderiam deixar suas boticas ou drogarias sem que colocassem em seu lugar pessoa qualificada para substituí-los. Se algum erro fosse cometido em sua falta, por troca de substância ou mudança de dose, e resultasse em prejuízo, estariam sujeitos às penas da lei.

Uma parte significativa dos artigos do regulamento de 1851, que abordava diversos temas – gestão, prática médica, cemitérios, portos, vacinação –, era dedicada à produção e comercialização de medicamentos. Dessa forma, o regulamento da Junta Central de Higiene Pública retomou muitas das normas do regimento da Fisicatura-mor, embora com mais detalhamento. O ofício dos boticários era alvo de grande atenção das autoridades sanitárias – formadas em sua maioria por médicos –, pois se acreditava que a eficácia do tratamento prescrito dependia também da habilidade dos boticários para preparar os medicamentos.

A preocupação se dirigia tanto à questão de pessoas sem qualificação gerenciarem boticas quanto à associação entre médicos e boticários. No entanto, havia uma grande dificuldade em fazer cumprir a lei. Em 1865, o inspetor de saúde pública da Bahia enviou um relatório para a Junta Central de Higiene Pública explicando a ausência de dados sobre as artes de curar, pois “como V.Sa. bem sabe, nos vários centros populacionais desta Província não há autoridades” que pudessem informar sobre a situação no interior baiano (Apeb, maço 5.348).

Em situações de crise, como epidemias ou fome, era comum que profissionais da saúde, como médicos e farmacêuticos, praticassem a caridade e divulgassem suas ações, buscando prestígio social. Nesse sentido, pode-se interpretar a atitude de um farmacêutico baiano que comunicou à Presidência da província, em 1860, durante uma grave escassez de alimentos, que iria preparar medicamentos "e tratar gratuitamente os pobres, não desejando outra recompensa senão o prazer de aliviar a vida, já tão difícil dessa parte da população que, hoje, além da fome, se apavora com a ideia de adoecer, pois além de faltar muitos medicamentos, os que existem são por preços abusivos" (Apeb, maço 5.348).

Diante da pobreza e da necessidade de ajuda, o governo não podia recusar o auxílio oferecido por farmacêuticos, mesmo que eles não estivessem exercendo suas atividades conforme a lei. Porém, mesmo em momentos nos quais a sociedade baiana não sofria alguma calamidade, o descumprimento da lei parecia ter-se tornado frequente. Em correspondência entre o inspetor da Saúde da Bahia e o presidente da província, em 1879, o primeiro reconhecia que vários artigos do regulamento da Junta de Higiene Pública, de 1851, haviam "gradualmente caído em desuso, ou são falseados ou burlados pelos infratores da lei que as estabelece".

Uma forma de entender a relação entre médicos e farmacêuticos é analisar o discurso dos farmacêuticos para defender seus direitos, no qual eles tentavam mostrar que o desprezo pelo exercício farmacêutico era também uma ameaça ao exercício médico:

Os farmacêuticos abaixo afirmados, zelosos das prerrogativas que lhe concede a Lei, e desejando somente o império dela, especialmente tratando-se de tão grave assunto quanto a saúde pública, e o crédito daqueles que são os executores das ordens dos médicos, medianeiros entre a natureza e Deus, no grande problema da vida, não podem permitir, com prejuízo geral e menoscabo à sua classe, além de real prejuízo, que siga por diante o abuso de, sem título, e talvez sem habilidades nem observância das prescrições legais, ... existirem Farmácias, sem quem as represente, e sem que tenham cumprido o que é de direito (carta dos farmacêuticos Euclides Caldas, José de Calazans, Ismael da Silva, Francisco Ribeiro e Manoel Ribeiro ao presidente da província, 9 dez. 1885; Apeb, maço 5358).

Ressaltavam também que o objetivo não era apenas verificar se o encarregado de uma farmácia tinha ou não formação em farmácia, mas sim impedir o engano, prevenindo “que se introduza na sociedade que busca a saúde pelo medicamento, a morte pelo produto adulterado!” (Apeb, maço 5.358). Os farmacêuticos que se queixaram ao inspetor e ao presidente da província sobre uma farmácia irregular na rua de São Pedro número dois, em Salvador, estavam preocupados com a saúde pública e com o cumprimento do regimento de 19 de janeiro de 1882, que atualizou o de 1851.

Esse regimento tinha mais artigos e mais detalhes sobre a fabricação e venda de medicamentos, além de incluir tópicos sobre as novas situações da década de 1880. Por exemplo, havia artigos proibindo os médicos de preparar e vender medicamentos, de fazer sociedade com farmacêutico ou droguista e de obrigar os doentes a comprar os remédios em certa botica ou drogaria. Também ficava claro que os médicos não podiam ter consultório em botica ou drogaria (Art. 49, 71).

O regulamento de 1882 também trouxe mudanças importantes para a prática farmacêutica. Uma delas se referia à obrigatoriedade de os farmacêuticos dispensarem medicamentos apenas com prescrição médica, exceto aqueles

considerados "de uso comum e inofensivo", que poderiam ser solicitados pelo comprador. O farmacêutico não poderia modificar as fórmulas ou substituir os medicamentos indicados pelo médico. Além disso, ficava expressamente proibido o exercício simultâneo da medicina e da farmácia, mesmo que o médico tivesse o título de farmacêutico (Art.70). A única exceção era para os casos em que o médico atuasse em locais sem botica e fornecesse os medicamentos necessários aos seus pacientes, desde que eles morassem a mais de seis quilômetros da botica mais próxima; nessa situação, o médico não poderia ter botica aberta ao público.

Outra novidade era que os farmacêuticos poderiam contar com oficiais de farmácia aprovados em exames específicos, que seriam regulamentados posteriormente, para substituí-los em caso de impedimento temporário. Ao mesmo tempo, determinava-se que não seriam mais concedidas licenças para práticos terem boticas. Se houvesse demanda por serviços farmacêuticos em algum lugar sem botica, a Câmara Municipal deveria providenciar o estabelecimento de um farmacêutico legalmente habilitado (Art.73). Essas medidas visavam restringir a prática da farmácia aos farmacêuticos diplomados, excluindo os médicos, por um lado, e os práticos, por outro, dessa atividade.

CAPÍTULO IV

Roberto Arnizaut Silves: assistência e Políticas Públicas em São Mateus

No presente capítulo discutiremos sobre o estabelecimento da família Silves na cidade de São Mateus, assim como, sua relação com a questão pública da região. Abordaremos a vida de Américo Silves e a criação da segunda farmácia da região. Para além, iremos compreender o envolvimento de Américo com a vida pública e a formação do capital simbólico que foi usufruída por Roberto Silves ao se estabelecer como farmacêutico assim como seu pai. Nesse caso, buscaremos aferir as ações de Roberto no campo político e sua atuação como vereador, prefeito e deputado a partir de sua atuação assistencialista.

4.1. O estabelecimento da Família Silves em São Mateus

A relação de Roberto Arnizaut Silves com o município de São Mateus inicia-se com o seu pai o senhor Américo Silves que era filho de Américo Bento de Jesus Silves e Rita Leopoldina de Oliveira Silves. Quando adulto Américo Silves, estudou e trabalhou em Vitória, mas em janeiro de 1893, foi para São Mateus onde encontrou o médico João dos Santos Neves, recém-formado em medicina. O médico o convidou para juntos abrirem uma farmácia em 1895, dada a experiência profissional de Américo advinda do período que ele passou em

Vitória, onde exerceu dois cargos sendo um na farmácia Aguirre e outro como diretor farmacêutico na Santa Casa de Misericórdia.

Com base em relatórios e atas de governo municipal, citamos práticas de higiene e saúde pública, infraestrutura e saneamento básico realizadas durante o governo do farmacêutico, dando um panorama da estrutura de saúde que atendia o município na época: Aterro da estrada do Nativo, ampliação e iluminação do Cemitério de São Mateus, no centro da cidade e construção da rua Arlindo Sodré, elaboração do Plano Diretor Urbano de São Mateus que indicou a abertura de grandes avenidas como a Jones dos Santos Neves e a José Tozzi. Serviço de água como poço artesiano e limpeza de espaços urbanos, destinou verbas para a Santa Casa de Misericórdia. Em 1950 início da construção do primeiro hospital em São Mateus.

A cidade estava inserida na Sexta Região, descrição estadual de atendimento à saúde, Região compreendida por São Mateus, Conceição da Barra, Mucurici, Nova Venécia e Barra de São Francisco, a equipe de profissionais era composta por um médico, dois visitantes sanitários, e oito guardas sanitários, segundo o registro na página 234 da Mensagem de Governo Estadual de 1955.

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg governador do estado em 1948, iniciou a construção de um Posto de Higiene de Primeira Classe e adquiriu três Postos Volantes, dedetizou o vale do rio São Mateus. Até 1950 realizaram várias dedetizações contra a febre amarela. No mesmo foi construído dentro de especificações técnicas em cunho físico e de quadro de profissional o Posto de Higiene de Primeira Classe de São Mateus.

Em 1952 durante o governo de Jones dos Santos Neves ocorreu a conclusão do Hospital Maternidade de São Mateus, abregrafias para o cadastro torácico já

eram realizadas no município. Somente no ano de 1953 toda a instalação do Hospital-Maternidade de São Mateus foi adquirida. Em 1955, o estado era governado por Francisco Lacerda de Aguiar e São Mateus pertencia ao Sexto Distrito Sanitário, como também outras cidades: Conceição da Barra, Mucurici, Nova Venécia, e Barra de São Francisco, as vacinações foram intensificadas, o primeiro hospital da cidade, Hospital Maternidade só passou a funcionar em dezembro de 1957.

A pesquisa detalha os elementos que caracterizaram a assistência à saúde no Estado do Espírito Santo. Com base nas mensagens de governo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo descrevemos algumas ações e construções dos governadores no campo da assistência à saúde da população do estado, de João Punaro Bley (1930-1943), Jones dos Santos Neves (1943-1945), Carlos Fernando Monteiro Lindemberg (1947-1950) Jones dos Santo Neves (1951-1954) e Carlos Fernando Monteiro Lindemberg (1955-1959 e 1963-1966).

João Punaro Bley recebeu, como interventor federal apoio financeiro para demandas na área da saúde que eclodiram na época, destinou investimentos para serviços de vigilância sanitária que fazia atendimentos em várias cidades do estado, em especial as mais próximas da capital, como: vigilância sanitária, internação e medicação aos doentes. Destinou verbas para a construção da Colônia de Itanhenga para tratamento de hanseníase e o Alzira Bley, que abrigava os filhos das pessoas acometidas por essa doença.

Em decorrência da saída do interventor João Punaro Bley, o estado foi governado por Jones dos Santos Neves (1943–1945) nesse período marcado pela segunda guerra mundial algumas das informações ficaram limitadas, tendo em vista parte dos documentos oficiais não foram publicados.

Eleito por voto direto, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg governou de 1947 até 1950 e de 1959 a 1962, quando criou a Secretaria de Saúde e Assistência pelo Decreto-lei nº16.445, além de construção de postos de saúde em diversos municípios, ampliou consultas, exames e imunizações, atendimento a tuberculosos e doentes mentais, implementou ações de combate ao tifo, varíola, difteria, coqueluche, doenças venéreas e tétano, organizou espaços urbanos com construção de fossas sépticas, poços para abastecimento de água e orientou a população com práticas higienistas.

No ano de 1951 governo de Jones dos Santos Neves, 25 municípios receberam atendimento, construíram-se postos de saúde e ações de abastecimento de água. Investiu na estrutura do Sanatório Getúlio Vargas, Santa Casa de Misericórdia, iniciou a construção do Hospital Colônia de Itanhenga, construiu hospitais-maternidades no interior do estado, ampliou o Hospital Sílvio Avidos e ampliou os debates na área educação sanitária.

O governador Francisco Lacerda de Aguiar em seus mandatos de 1955 a 1959 e de 1963 a 1966 construiu novos postos de higiene, mas faltaram recursos para a manutenção das estruturas existentes no Estado e para o atendimento à saúde de uma população que crescia demasiadamente e que foi afetada pela Gripe Asiática, faltavam médicos especialistas para a capital e para as cidades do interior.

Mediante o detalhamento da estrutura que o Espírito Santo possuía quanto à assistência à saúde destinada para a população a pesquisa traz elementos da saúde no Brasil, no maro temporal da pesquisa. Os projetos e instituições no campo da saúde pública implementados durante o governo varguista de 1930-1945 contribuíram para a centralização política, ao assumir o governo do Brasil

Getúlio Vargas se deparou com um país doente. Direcionar a saúde pública era uma demanda emergencial pois a realidade brasileira estava marcada por condições de vida insalubres da massa populacional pela falta de saneamento nas capitais e também no meio rural. Pretendia-se garantir para o governo a burocracia federal e o controle desses serviços numa estratégia decorrente do centralismo imposto por Getúlio Vargas conforme define Bertolli Filho (1999, p. 30): “Cuidar da saúde pública tinha outras intenções para além da preocupação com a saúde dos brasileiros”.

Residindo no município, Américo Silves casou-se com Rita Arnizaut Silves e teve três filhos, Roberto Arnizaut Silves um dos três nascido em 1909 e falecido em 23 de janeiro de 1984 de causas naturais

As primeiras documentações que encontramos da família Silves em São Mateus – com exceção de Manoel Ribeiro de Jesus Silves que participou da Comissão Sanitária na década de 50 do Oitocentos. – remonta a compra e venda de escravizados no Oitocentos. No dia 8 de agosto de 1872, Caetano Bento de Jesus Silves vendeu Lucindo, de 9 anos de idade. Registro esse feito no julgamento de um assassinato a qual Lucindo era um dos suspeitos de matar uma quilombola de nome Marcolina, na qual ele alegou ter crescido com a vítima e pela boa relação não teria ele nenhum envolvimento com o crime.

O que pesou contra Lucindo foi o fato dele ter sido revendido em 1877 e, posteriormente, em 1880, devido ao seu caráter “inquieta” (AN/CA, fls. 186-186v). Outro registro é a do escravizado Manoel Tapa, que tinha como dono João Bento Jesus Silves, mas conseguiu sua alforria e continuou morando na região a qual viveu como cativo (1º Cartório de São Mateus, Cx 98, 1881). Caetano Bento e João Bento eram irmãos de Américo Bento de Jesus Silves,

avô de Roberto Silves. Américo Bento se casou com Rita Leopoldina de Oliveira Silves que, no dia 21 de julho de 1873, deu à luz a Américo Silves.

Figura 3: Américo Silves



Fonte: NARDOTO; LIMA, 2001, p. 212.

Américo Silves se tornou órfão aos quatro anos de idade ficando sob responsabilidade de seu tio e padrinho, Sebastião José Barbosa, dono de uma botica em São Mateus, onde Américo teve seus primeiros contatos com o campo da saúde. Com o intuito de se aprofundar no ofício, ele foi para Vitória onde pode trabalhar na Farmácia Aguirre, estabelecimento fundado em 1870, sendo um dos mais antigos no estado. No estabelecimento eram fabricados produtos químicos e farmacêuticos, assim como, especialidades nacionais e estrangeiras. No mais, Américo chegou a atuar como diretor da farmácia na Santa Casa de Misericórdia.

Figura 4: Farmácia Aguirre, 1870.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Em janeiro de 1893, Américo Silveses voltou para São Mateus, onde encontrou o médico João dos Santos Neves, recém-formado em medicina. Juntos, fundaram a Farmácia Silveses, localizada na Rua Barão dos Aymorés, na Cidade Alta. A título de informação, João foi pai de Jones dos Santos Neves, que veio a ser indicado por Getúlio Vargas como interventor federal no Espírito Santo entre 1943 e 1945, após a saída de João Punaro Bley. Nos parece óbvio que, em regiões cuja disponibilidade de serviços de saúde seja escasso, esses profissionais acabam aglutinando em si tamanho capital simbólico diante a população. Ou seja,

No campo, os jogos de disputa são constantes, de modo que todos os participantes pleiteiam, um dia, estar no lado dos que exercem suas influências e seus mandos. Neste jogo, a moeda de troca, o capital simbólico, é aquele construído por gerações anteriores, ao longo da história, e que ganha espaço enquanto estratégias dominadas pelos agentes que detêm o controle do campo. Assim, deter poder sobre o simbólico, sobre o poder de atribuir, fazer, permanecer ou modificar o sentido do simbólico é o que torna um grupo dominante sobre os demais. A isso, dá-se o nome de poder simbólico (VIANA JUNIOR, 2022, p. 42).

No campo científico, o sociólogo Pierre Bourdieu (1998) nos chama atenção ainda para o fenômeno da “autoridade científica” que é apontada como:

O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1998, p. 122-123).

Contudo, não devemos reduzir essas relações a meros cálculos estratégicos. Isso implicaria supor que os indivíduos são totalmente racionais nesse âmbito e que agem apenas como manipuladores do sistema. Significaria ignorar que tais vivências são parcialmente intencionais ou que tais escolhas são parcialmente conscientes e controláveis. Isso posto, não nos é estranho perceber que Américo Silves foi ganhando prestígio frente aos indivíduos em seu entorno.

Devemos ressaltar que era comum às farmácias possuírem um consultório médico que atuava em primeiros socorros, pequenas cirurgias e até amputações, o que conferia ainda mais poder desses estabelecimentos frente a necessidade da população. Pesa ao fato de que em vários momentos, a cidade não possuiu locais para atendimento médico como foi na década de 1940 com

a extinção do Hospital da Estrada de Ferro e, também, o Hospital do Teimoso que ficou fechado por vários períodos.

Com isso, ao passo em que ganhando capital simbólico, foi possível usar esta influência em outros campos como o político, por exemplo, o que fica evidente quando Américo assume como presidente do governo municipal em 1904 e, posteriormente, de 1907 a 1910 (SILVA, 2013). O farmacêutico ainda ocupou vários outros cargos como Delegado de Ensino de Polícia e Delegado de Higiene em São Mateus.

Américo Silves casou-se com Rita Arnizaut, nascida no Rio Grande do Sul e que veio ainda jovem com os pais para São Mateus. Desse relacionamento nasceram três filhos: Dóra Arnizaut Silves, Nair Silves Andrade e, Roberto Silves, Roberto Arnizaut Silves. Américo teve ainda mais uma filha, Izolda Esteves Silves, de seu segundo casamento com Constância Neves Esteves. Américo se afastou do ofício após ser acometido por uma paralisia e veio a falecer no dia 13 de maio de 1952. No dia foi decretado feriado municipal pela Prefeitura de São Mateus, além disso, tanto a Assembleia Estadual quanto a Câmara Municipal de Vitória declararam um dia de luto em homenagem ao farmacêutico (Gazeta da Pharmácia, 1952, p. 5).

Figura 5: Nota de falecimento de Américo na Gazeta da Pharmácia em 1952.

JUNHO DE 1952 PÁGINA 5

Este anúncio vendeu 116.628 Ondulotys até 30-4-52

Qual foi a sua participação nesse bom negócio?

Lembre-se que nós só vendemos pelo reembolso (mais caro), quando V. S. não tem o produto.

Sim, Sr. Revendedor. Muitas das boas casas do ramo têm vendido com sucesso os cachêdes Ondulotys mas o nosso anúncio foi uma prova de que muitos revendedores não tem o produto. Pense como e muito mais fácil vender pelo reembolso do que no balcão. O nosso anúncio convia a leitora a procurar as "boas casas do ramo". Possivelmente ela foi ao seu balcão e não encontrou o que desejava. Logo que recebeu o cupão, preenche-lo, subscritar o envelope, selá-lo, colocar no correio, esperar o aviso desde para retirar o pagamento, concluir essa transação para finalmente receber sua encomenda. Pense, Sr. Revendedor, como V. S. poderá aproveitar nossa publicidade para realizar vendas fáceis, com mais de 50% de lucro!

Consulte nossos preços!

Laboratórios Goulart
R. Haddock Lobo, 145 Rio de Janeiro

'E' novo!

Menos de 10 minutos!
Menos de 1 hora
e a cabeça terá
sido curada com
Ondulotys



AMÉRICO SILVARES
60 anos dedicados ao serviço do próximo

Na tarde de 13 de março do corrente ano, faleceu na cidade de São Mateus, no Estado do Espírito Santo, o farmacêutico Américo Silveiras, que nessa data, encerrou a sua nobre missão. Cerraram-se, nesse dia, os olhos do humanitário farmacêutico, fosse olhos anís que bem refletiam a sua alma cheia de abnegação e amor aos seus semelhantes.

Esteve sempre na direção de sua Farmácia, que fundou aos vinte anos de idade, em 5 de Julho de 1892, trabalhando com dedicação até quando foi acometido do mal que o arrastou do seu laboratório, onde empregou o melhor de sua ciência, e dentro do qual foi atacado pela paralisia, não podendo cuidar a sua má seguir mais os objetos, que com carinho, durante quase sessenta anos tinha delicadamente entre os dedos, manipulando para atender solícitamente a todos quanto o procuravam, cheio de confiança na sua peculiar boa vontade de a todos servir.

Foi, além de humanitário farmacêutico, um cidadão útil ao seu torrão natal, tendo ocupado diversos cargos públicos, como o de Presidente da Câmara Municipal, em 1905, mais tarde Prefeito Municipal, Substituto de Juiz de Direito, Promotor Público, Delegado de Ensino, de Polícia e Delegado de Higienismo.

O seu sepultamento, na tarde de 14 de março, foi concorridíssimo; inúmeras pessoas, quase a totalidade da população local. O atafú foi carregado por

GRATIS PARA OS ANTIGOS ASSINANTES

Enviado a quantia de Cr\$ 130,00 em vale postal, registro com valor declarado ou cheque pagável no Rio em nome de Antônio Lago, V. S. receberá com mais precisão evitando o trabalho demorado do serviço de reembolso postal o recibo da reforma da assinatura por 3 anos e o 3º SUPLEMENTO DA FARMACOPÉIA depois de publicado no "Diário Oficial".

Deixou do seu primeiro casamento, com D. Rita Arnizaut Silveiras, os seguintes filhos: Roberto Arnizaut Silveiras, Dora Arnizaut Silveiras, ambos Farmacêuticos; Nair Silveiras Andrade; e de suas segundas nupcias, com D. Constança N. Esteves Silveiras, uma filha menor, Izolda.

O farmacêutico Américo Silveiras morreu, mas a sua memória, a saudade que deixou, vive com a população da sua Cidade Natal, onde viveu, atuando com dedicação e solícitude, a qualquer hora do dia ou da noite, a todos quanto o procuravam e que veneram a sua memória, pedindo ao Altíssimo pelo seu descanso na eternidade!

No dia do infante aconchegamento, a Prefeitura Municipal decretou feriado, tendo também a Assembleia Estadual, na Capital do Estado, assim como a Câmara Municipal de Vitória, dado um voto de pesar.

AMÉRICO SILVARES foi um exemplo de amor ao trabalho, de honestidade e de perseverança!

A CRISE NO INSTITUTO DE MANGUINHOS

Pelo que tem sido publicado último, tem-se na imprensa diária, verifica-se que o Instituto, Osvaldo

trata-se entre um grupo de técnicos, diretores e funcionários do Instituto e o atual Diretor, Professor Olímpio

Câmara Legislativa do Distrito Federal

ATA DA 64.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 25 DE JUNHO DE 1952

N.º 1.045 — Em 16 de maio de 1952.

Senhor Prefeito: Relativa-

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/029548/per029548_1952_00242.pdf>. Acesso em 29 jul. 2023.

Além de Roberto, as outras filhas de Américo também atuaram no campo farmacêutico assim como da vida pública. Dora Arnizaut Silveiras, por exemplo, diplomou-se pela Faculdade de Farmácia de Juiz de Fora em Minas Gerais, atuando nas farmácias de seu pai e de seu irmão e veio a falecer aos 93 anos em 1991. Já sua irmã Izolda atuou ativamente ao lado de Roberto nas ações políticas e humanitárias.

4.2. O farmacêutico Roberto Arnizaut Silves

Após seus estudos básicos em Vitória e no Rio de Janeiro, Roberto Arnizaut Silves atuou na farmácia de Américo como farmacêutico prático até sua diplomação em 1946 na Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora. A Escola de Farmácia e Odontologia surgiu em 1904, como parte do Instituto Granbery, onde permaneceu até 1913. No ano seguinte, a Escola se uniu aos cursos de Farmácia e Odontologia do Instituto Granbery e da Academia de Comércio, passando a funcionar na Rua Direita, atual Avenida Rio Branco, com o nome de Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora.

Figura 6: Vidros laváveis e utilizados para a manipulação dos remédios



Fonte: Fotografia produzida pela autora no Museu da Farmácia Silves.

Em diálogo com o senhor Alvino, de 100 anos de idade, ainda vivo e membro de sua família, ambos residentes no Bairro Porto, na localidade de São Mateus,

trabalhou para Roberto Arnizaut Silveiras e sua função consistia em lavar os vidros para a eu Roberto produzisse os medicamentos.

Figura 7: Foto da pesquisadora, Livro de Finanças da Farmácia.



Fonte: Fotografia produzida pela autora no Museu da Farmácia Silveiras.

No Museu da Farmácia, localizado no centro da cidade, existem vários os livros das finanças e registros nominais, existem livros de 1946, 1947, de 1950, dentre outros, anualmente Roberto abria o livro das finanças, cada cliente possuía uma página e ali anotava os nomes dos remédios, o valor da medicação e os valores que os pacientes iam pagando aos poucos a sua dívida.

Sempre atento aos estudos e à vida política, sua Pharmácia, mantinha assinatura anual da A Gazeta da Farmácia em 1937, o jornal era referência, junto ao Órgão Independente, Informativo e defensivo dos interesses de autonomia da Farmácia no campo do atendimento dos pacientes e da produção de remédios, cujo diretor proprietário do Rio de Janeiro o Senhor Antônio Lago, um leigo apaixonado pela farmácia, e muito estimado inclusive pelos farmacêuticos paulistas, Lago, enviava o jornal para São Mateus. A assinatura desse jornal representa também a ligação

de Roberto com órgãos nacionais e a defesa e atuação dos farmacêuticos em todo o Brasil, conforme afirma o próprio Antônio Lago em edição de 1945, mas que já defendia essa máxima desde a década de 1630.

Roberto era muito querido pelos mais humildes, mediante suas práticas sociais junto as camadas mais populares. Sua atuação não se limitava à venda de remédios, realizou partos, consultas, pequenas cirurgias e exames cadavéricos.

Figura 8: Utensílios médicos utilizados por Roberto Arnizaut Silves



Fonte: Fotografia produzida pela autora no Museu da Farmácia Silves.

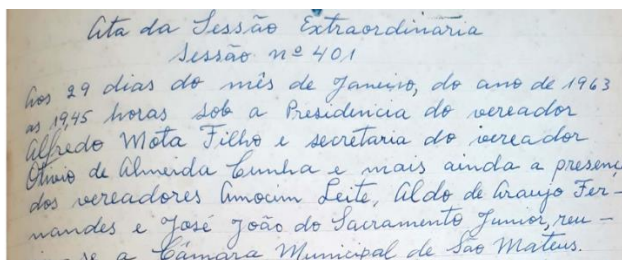
Figura 9: Propaganda da farmácia de Roberto Arnizaut Silves

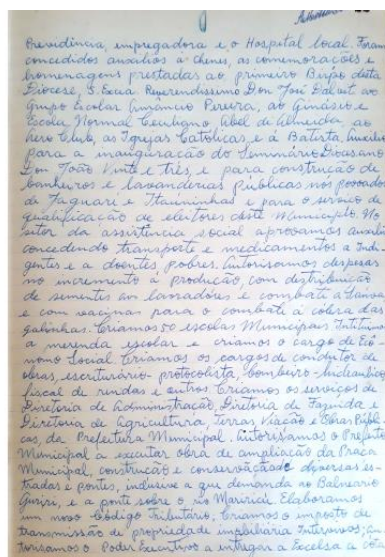


Fonte: Fotografia produzida pela autora no Museu da Farmácia Silvares.

Conforme livro aberto em 12 de fevereiro de 1955, a frente da prefeitura de São Mateus – ES Roberto Arnizaut Silvares desenvolveu uma administração pautada em investimentos que direcionavam verbas, arrecadações municipais para a Santa Casa e iluminação pública, conforme exercício de 1956 onde a arrecadação foi de 2,428.30, em descrição extra orçamentária. No exercício de 1958, com a verba N° 307,885,3, Roberto determina várias ações de limpeza pública com o intuito de manter o ambiente salubre, limpo.

Figura 10: Ata de 1955.





Fonte: Fotografia produzida pela autora no Museu da Farmácia Silvares.

Dentre as várias atas municipais e atas de sessão política com os vereadores, foi possível identificar uma atuação marcante de atuações e reflexões levantadas pelos políticos da época e por Roberto Arnizaut Silvares que investir na saúde, limpeza pública e estrutura médica eram questões de prioridade e necessidades emergentes na época.

Olegário Maciel concedeu um novo prédio para a Faculdade, localizado na Rua Espírito Santo. Em 1960, a Escola foi incorporada à Universidade Federal de Juiz de Fora, junto com as faculdades de Direito, Engenharia, Ciências Econômicas e Medicina (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020).

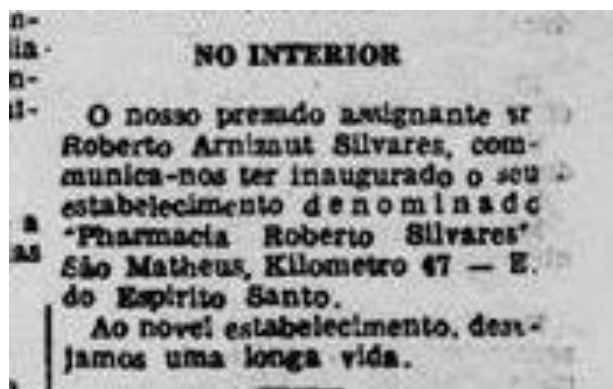
Figura 11: Diploma de farmacêutico de Roberto Arzinaut Silvares.



Fonte: Fotografia produzida pela autora no Museu da Farmácia Silveiras.

Antes disso, em 1937, já havia fundado a farmácia que levava seu nome e que ficava localizada na Ladeira de São Benedito, no bairro do Porto, sendo este o terceiro estabelecimento do gênero na região. Posteriormente, Roberto fundou uma filial no quilômetro 47, na rodovia São Mateus – Nova Venécia, no distrito de Nestor Gomes, a qual foi a primeira farmácia de São Mateus localizada no interior. A Ladeira de São Benedito foi tombada em 1976 como patrimônio histórico.

Figura 12: Anúncio de inauguração da Farmácia Roberto Arzinaut Silveiras na Gazeta da Pharmácia, 1937.



Fonte: Gazeta da Pharmácia, 1937, p. 15.

Figura 13: Ladeira de São Benedito com a Farmácia Roberto Arzinaut Silves (lado esquerdo) e a Pensão Nardoto (lado direito), 19??.



Fonte: Biblioteca do IBGE. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=438926> >. Acesso em: 29 jul. 2023.

Figura 14: Farmácia Roberto Arzinaut Silves atualmente.



Fonte: Projeto Cricaré. Disponível em: < <https://projetcricare.blogspot.com/2018/01/nascido-em-sao-mateus-espirito-santo-em.html> >. Acesso em: 29 jul. 2023.

Fato interessante é que, em 19 de janeiro 1931, foi assinado O Decreto nº. 19.606 por Getúlio Vargas que estabeleceu as normas para o exercício da profissão farmacêutica no Brasil, ou seja, a regulamentação do ofício no país. Além disso, o decreto colocava em embate a discussão entre médicos e farmacêuticos, a exemplo do trecho do decreto a seguir:

Art. 6º O exercício da profissão farmacêutica compreende:

- a) a manipulação e o comércio dos medicamentos ou remédios magistrais;
- b) a manipulação e o fabrico dos medicamentos galênicos e das especialidades farmacêuticas;
- c) o comércio direto com o consumidor de todos os medicamentos officinais, especialidades farmacêuticas: produtos químicos, galênicos, biológicos, etc., e plantas medicinais de aplicações terapêuticas;
- d) o fabrico dos produtos biológicos e químicos officinais;
- e) as análises reclamadas pela clínica médica;
- f) a função de químico bromatologista, biologista e legista.

§ 1º As atribuições das alíneas c a f não são privativas do farmacêutico.

§ 2º O fabrico a que se refere a alínea d só será permitido ao médico que não exerça a clínica (DECRETO n.º 19.606, 1931).

O Sindicato do Médico Brasileiro se contrapôs publicamente a alguns tópicos do decreto, como podemos observar:

Que é uma especialidade pharmaceutica? É uma formula pharmaceutica e invariavel com denominação especial, dil-o o proprio decreto (art. 31 § 2º). Quem está autorizado, por lei, a escrever formulas, isto é, a formular para fins therapeuticos, é unica e exclusivamente o medico, e, nestas condições, não se comprehende que véde a lei ao medico o direito de fabricar e explorar commercialmente as especialidades [...] Porque não ha de poder o medico se dedicar á industria de especialidades therapeuticas? Já não indo muito longe com o pedir para o medico a prerrogativa de ser o unico a poder fabricar e explorar as especialidades, desejamos, ao menos, que se lhe não obste o direito de usufruir industrialmente os proventos de seu trabalho e experiencia; que se lhe dispense, em tal caso, a escravisação ao pharmaceutico (CEARÁ MEDICO, abr. 1931, p. 13).

A partir dos argumentos apresentados, pode-se inferir que houve um conflito entre os médicos e os farmacêuticos pelo direito de lidar e vender produtos farmacêuticos, no qual os médicos tentavam se proteger do que eles chamavam de “escravisação ao pharmaceutico”. Os médicos manifestam uma forte insatisfação com a alínea “e” do artigo 6º, que parece limitar o seu espaço no mercado de trabalho. Eles contestam essa norma, buscando garantir para a classe uma maior participação nas oportunidades profissionais. Isso se tratando apenas do 6º artigo dentro de 63 artigos dentro do decreto que foram cada um rebatido pela classe médica.

Nos interessa, neste aspecto, perceber como a formação de Roberto Silves transpassava por novas discussões que o colocava em um cenário dentro da

profissão diferente da que seu pai havia se estabelecido. Essa especificação entre as atividades médicas e farmacêuticas pareciam se entrelaçar cotidianamente, visto que, Roberto é conhecido por seus atendimentos aos menos abastados chegando a não cobrar por consultas, apenas o remédio. Ele dividia o valor do produto em várias parcelas ou, em casos em que o paciente não podia pagar, ele não negava a assistência. Para mais, Roberto ainda realizava partos, pequenas cirurgias e exames.

Figura 15: Livro de finanças da Farmácia Roberto Arzinaut Silves.



Fonte: Fotografia produzida pela autora no Museu da Farmácia Silves.

Figura 16: Livro de registro de atendimentos.

REGISTRO DAS CONTAS ASSINADAS									
PATERNAS ORIGINARIAS					DUPLICATAS				
NUM. DE CONTAS	DATA	VALOR	COMPRADOR	RESIDENCIA	DATA DE ASSINATURA	DATA DO PROTESTO	VALOR DO PROTESTO	DATA DE PAGAMENTO	RESERVAÇÕES
100	15/12/1915	400,00	Antonio Mendes	W. V. Mendes					
101	15/12/1915	150,00	José de Fátima	Bar. M. de Fátima					
102	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
103	15/12/1915	200,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
104	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
105	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
106	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
107	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
108	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
109	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
110	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
111	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
112	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
113	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
114	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
115	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
116	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
117	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
118	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
119	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
120	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
121	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
122	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
123	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
124	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
125	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
126	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
127	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
128	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
129	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
130	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
131	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
132	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
133	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
134	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
135	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
136	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
137	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
138	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
139	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
140	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
141	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
142	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
143	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
144	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
145	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
146	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
147	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
148	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
149	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					
150	15/12/1915	100,00	José Augusto de Castro	Bar. Augusto de Castro					

Fonte: Fotografia produzida pela autora no Museu da Farmácia Silvares.

Figura 17: Prontuário médico produzido por Roberto Silvares.

INSTITUTO VITAL BRAZEN
 LABORATORIO DE VACINAS E SOROLOGIA
 AV. BRASIL, 100 - FLORES - S. PAULO - SP
 TELEFONO 2573-4032

NOTA IMPORTANTE

Esta vacina contém exclusivamente o material de origem bacteriana. Ela não contém nenhum tipo de toxina ou substância que possa causar qualquer tipo de reação alérgica ou de qualquer natureza.

Vacina Anti-rábica para a prevenção da raiva no homem
 Vacinação em 14 dias

INFORMAÇÕES SOBRE O PACIENTE

Nome: _____
 Endereço: _____
 Estado: _____
 Se alguma vez teve raiva de cachorro? _____

Idade: _____ Sexo: _____ Profissão: _____
 Estado: _____
 Data de nascimento: _____
 Tempo decorrido entre o acidente e o início do tratamento: _____
 Sinais de mordedura: _____
 Hábitos dos mordedores: _____
 Mordedura(s) mortal(is)? _____
 Lesão(s) superficial(is)? _____
 Háve(s) ferida(s) de tipo? _____
 Háve(s) ferida(s) fatal(is)? _____
 Que(s) tratamento(s) foi(m) dado(s)? _____

INFORMAÇÕES SOBRE O ANIMAL

Especie do animal mordedor: _____
 Distrito de origem: _____
 Mutilação de orelha? _____
 Descrição da pelagem: _____
 Háve(s) ferida(s) no animal? _____
 Háve(s) lesão(s) no animal? _____
 O animal foi vacinado? _____
 Nome e endereço do proprietário: _____
 Descrição de outros animais mordidos: _____

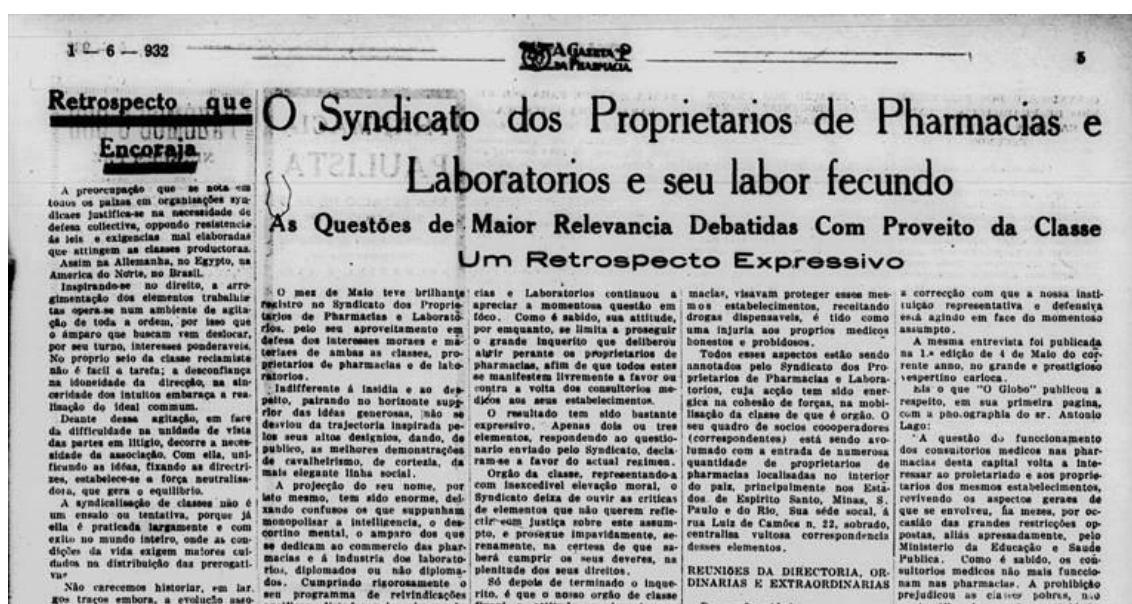
OBSERVAÇÕES:

RAV100000 (100000)

Fonte: Fotografia produzida pela autora no Museu da Farmácia Silvares.

Sempre atento aos estudos e à vida política, sua farmácia mantinha assinatura anual da *A Gazeta da Farmácia*. O já citado jornal era referência junto ao órgão independente, informativo e defensivo dos interesses de autonomia da Farmácia no campo do atendimento dos pacientes e da produção de remédios, cujo diretor proprietário do Rio de Janeiro, o Senhor Antônio Lago, um leigo apaixonado pela Farmácia e muito estimado, inclusive pelos farmacêuticos paulistas, enviava o jornal para São Mateus. A assinatura desse jornal representa também a ligação de Roberto Silveiras com órgãos nacionais e a defesa e atuação dos farmacêuticos em todo o Brasil, conforme afirma o próprio Antônio Lago em edição de 1945 (*Gazeta da Pharmácia*, 1945).

Figura 18: Segunda edição da *Gazeta da Pharmácia* em que o sindicato discute sobre os apontamentos que o sindicato dos médicos fizeram em relação a regulamentação do ofício farmacêutico.



Fonte: Gazeta da Pharmácia, 1932, p. 5.

Roberto Silveiras já vinha acumulando bastante capital simbólico frente a população mateense o que o facilitou sua atuação na vida política. Em 1945 se tornou presidente efetivo do Diretório Municipal Distrital do Partido Social Democrático, fundado no mesmo ano e formado pelos interventores que saíram do Regime de Vargas, atraindo para o partido nomes de destaque, que já contavam com o reconhecimento do público antes de se associarem. Pelo PSD, Roberto se elegeu deputado Estadual atuando no período entre 1947 e 1950. Roberto Silveiras, inclusive, foi o principal ator na campanha de Jânio Quadros no norte do estado do Espírito Santo.

O jornal O Norte, sob direção de José de Mendonça, publicou um texto de Roberto Arnizaut Silveiras, em que ele declara que, mesmo que ele não pedisse o voto nas eleições para deputado, o povo conhecia sua índole e ninguém duvidava que ele sempre atendeu a qualquer chamado da população, justificando que não é por ser membro da União Democrática Nacional que é importante e precisa pedir voto, pois todos o conheciam e sabiam de sua humildade e apoio a São Mateus, cidade tão esquecida pelo poder público.

No jornal, Roberto afirma ainda que estar na política é uma consequência, resultado de seus atendimentos e serviços prestados à população, sobretudo no cuidado com a saúde e atenção aos mais carentes. Ele demonstra ainda querer desenvolver mudanças para a conjuntura política de São Mateus e romper os velhos paradigmas.

Figura 19: Publicação de Roberto Arzinaut Silvares.



Fonte: Fotografia produzida pela autora no Museu da Farmácia Silvares.

O Roberto se filiou posteriormente na União Democrática Nacional, fundado em 1945 e frontalmente opositor das políticas varguistas, pelo qual Roberto Silvares se elegeu prefeito de São Mateus no período de 1955 a 1959, vereador entre 1959 e 1963 e, novamente prefeito de 1963 e 1967, com ações que discutiremos a seguir.

4.3. O político Roberto Arzinaut Silvares

Durante o período de governo como prefeito, Roberto Arzinaut Silvares buscava seguir os ideais higienistas advindos da capital do estado, as despesas com merenda para as crianças com foco nas deficiências nutritivas, o investimento

em serviço de água como poço artesiano para distribuição. Limpeza de espaços urbanos era frequente, assim como envio constante de verbas para a Santa Casa. Os relatórios municipais existentes no Arquivo Municipal de São Mateus e as atas de governo, revelam que, durante o período de governo como prefeito, Roberto Arnizaut Silveiras promoveu ações ligadas à saúde da população.

Durante o governo de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg em 1948, foi iniciada no município a construção de um Posto de Higiene considerado de Primeira Classe. Ainda em 1948, três Postos Volantes foram destinados ao município para a realização de dedetização de todo o Vale do Rio São Mateus. Em 1949, devido à presença de “insetos perigosos”, que transmitiam febre amarela, todo o vale do rio São Mateus foi dedetizado. No mesmo ano, o Posto de Higiene de Primeira Classe de São Mateus foi especialmente construído dentro de especificações técnicas em cunho físico e de quadro de profissional em prédio próprio e, em 1950, foi iniciada uma nova dedetização em São Mateus.

Em 1952, durante o governo de Jones dos Santos Neves, ocorreu o prosseguimento e a conclusão do Hospital-Maternidade de São Mateus e a vacinação de BCG nas crianças dos grupos escolares. Nessa época, abreugrafias para o cadastro torácico já eram realizadas no município. Já em 1953, toda a instalação do Hospital-Maternidade de São Mateus já tinha sido adquirida, esperando-se apenas a chegada dos materiais no município. No ano de 1955, o estado era governado por Francisco Lacerda de Aguiar e São Mateus pertencia ao Sexto Distrito Sanitário, como também as cidades de Conceição da Barra, Mucurici, Nova Venécia e Barra de São Francisco. Graças ao

acompanhamento desse serviço, as vacinações foram intensificadas nessa época.

Para a Sexta Região, que compreendia São Mateus, Conceição da Barra, Mucurici, Nova Venécia e Barra de São Francisco, a estrutura do governo do estado, segundo o Serviço Distrital, registrado na página 234 no ano de 1955, era composta por um médico, duas visitadoras sanitárias e oito guardas sanitários. Percebem-se, por esse pequeno quantitativo, a carência na assistência à saúde destinada à população e a relevância do papel farmacêutico em prol da saúde da população da época.

Conforme ata registrada em 12 de fevereiro de 1955, estando à frente da prefeitura de São Mateus/ES, Roberto Arnizaut Silves desenvolveu uma administração pautada em investimentos que direcionavam verbas, advindas de arrecadações municipais, para a Santa Casa e a iluminação pública, conforme exercício de 1956, quando a arrecadação foi de 2,428.30, em descrição extraorçamentária. No exercício de 1958, com a verba nº 307,885,3, Roberto determinou várias ações de limpeza pública com o intuito de manter o ambiente salubre e limpo.

No dia 1º de fevereiro de 1955, Roberto Arnizaut Silves enviou ao Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo em Vitória o Ofício nº 30, informando que assumiu a prefeitura de São Mateus. Nesse ano, os vereadores da câmara eram Alfredo Motta Filho, Omyr Leal Bezerra, Alcyr Faria Santos, Otívio Almeida Cunha, Homero Zordan, Deusdet Nardoto, Othovarino Duarte Santos, Jose Daher, Ramos de Oliveira Aguiar, Wilson Gomes, Miguel Sossai. Ações administrativas via portaria e leis foram marcos das atitudes administrativas do prefeito.

Logo nas primeiras ações governamentais, o prefeito instituiu horários de funcionamento do serviço público: em 5 de janeiro de 1955, fixou aos servidores os horários de chegada e saída dos locais de trabalho. É também nesse ano que, por meio da Portaria nº 25, de 18 de maio de 1955, Roberto Arnizaut Silves modificou o sistema de cobrança de taxa de expediente, ou seja, a partir dessa data, os serviços de Expediente cobravam taxa mensais nos talões de Protocolo pelo funcionário encarregado dos serviços municipais. A data de início ocorreu em junho de 1955, ou seja, as taxas passaram a ser cobradas mensalmente.

Logo no início de seu mandato, Roberto Arnizaut Silves designou uma Comissão de Inquérito, que objetivava sondar irregularidades na prefeitura, ficando indicados em sua composição os senhores: Públio Motta, do Departamento das Municipalidades; Mario Morcerpe Campos; do IBGE; e Conrado Távora Vianna, da Secretaria de Agriculturas, Terras e Colonização. Essa comissão foi instituída em 12 de abril de 1955, conforme Portaria nº 1455. Nesse ano, a contadoria da prefeitura estava sob responsabilidade de Conrado Távora Vianna. Essa comissão teve seu prazo para apresentação das conclusões do inquérito prorrogado em junho de 1955 e, no início do mandato de Roberto Arnizaut Silves, investigava irregularidades praticadas por funcionário ou funcionários na Tesouraria e na Contadoria da Prefeitura, a composição da comissão de investigação foi instituída por Roberto Arnizaut Silves pela Lei nº 407 de 1º de fevereiro de 1955, da Câmara Municipal.

O prefeito definiu ainda obrigações e deveres dos funcionários em seus respectivos cargos. Na orientação, era preciso ficar claro que cada funcionário devia responder pelos seus atos no âmbito da municipalidade e exercício de sua

função. No ano de 1955, o prefeito instituiu ainda que nenhum funcionário poderia interferir nas funções de seus colegas e que os direcionamentos de condutas e as reclamações deviam ser realizadas somente pelo prefeito.

Em sua visão administrativa, os funcionários não deviam se afastar dos locais de trabalho durante o expediente sem autorização do prefeito. Outra orientação direcionada aos servidores municipais na Portaria nº 22, de 28 de abril de 1955, é que nenhum funcionário era autorizado a receber das partes dinheiro ou documentos na rua. Esses movimentos administrativos deveriam ser feitos nos órgãos públicos oficiais.

Para a população, foi instituído um dia de tolerância no vencimento do pagamento de impostos, outra referência da sua atuação política e organicidade pública. A municipalidade também instituiu ações de organicidade do espaço público, o cuidado para que o cidadão não deixasse água acumulada para que a cidade não tivesse mosquito, a não ser que a água fosse tratada. Esse acúmulo de água geralmente acontecia, segundo o projeto de lei, em valas, piscinas, escavações, barris, caixas, garrafas, baldes. Segundo o projeto, era preciso revestir com telas de arame ou outro material que impedisse a entrada de mosquitos, com escoamento dessa água de sete em sete dias.

Roberto Silveiras autorizou que os funcionários do Ministério da Aeronáutica que aterrissassem na cidade em pouso local teriam sua hospedagem paga pela municipalidade. No mês de novembro, o prefeito recebeu abaixo-assinado pedindo que o vigário da Paróquia de São Mateus habitasse em residência local, pois a sua construção havia sido terminada. Roberto deferiu o pedido e solicitou o “habite-se” do Departamento Estadual de Saúde.

Também nesse ano, o prefeito sancionou a lei para que o executivo promovesse a Organização do Arquivo da Prefeitura de São Mateus e que contratasse um especialista para essa função. No ano de 1956, a protocolista Maria Cunha Fundão recebeu o documento do Tabelião Substituto Juarez Furtado de Souza no cartório de Primeiro Ofício que se dignasse certificar a quitação do senhor Alvaro Quimquim e sua esposa Amabile Zanelatto Quimquim (nome de um Centro de Educação Infantil), lavradores do município. Foi um mandato de movimentação intensa no campo legal, organizacional e deliberativo junto aos pedidos da sociedade da época.

A secretária de governo, Iza Pinha Carvalho, assinava as portarias instituídas por Roberto Arzinaut Silves. inclusive as várias nomeações que o prefeito fez ao assumir o cargo. Como foco na estruturação dos cargos para atender ao município, em 1957, Roberto Arnizaut Silves fez nomeações instituídas por meio da Portaria nº 5/57, entre as quais a do funcionário estadual Conrado, que ficou à disposição da prefeitura para exercer funções de contadoria e tesouraria, recebendo as horas extras pelo exercício de sua função. Também em 1957, fiscais, como Francisco Vasconcelos, são designados para responder pela fiscalização no cargo de Fiscal Geral. Também nesse ano a administração pública passou a ser informada sobre os horários de funcionamento do Legislativo Municipal e de quaisquer repartições públicas. Essa orientação foi dada pela Ordem de Serviço nº 1. Além disso, designou Wardir Fundão para responder pelo Serviço de Assistência Técnico-mecânica da Usina de Força e Luz da cidade. Esse servidor ficou à disposição do gabinete. O prefeito também nomeou outros servidores, como Arnor Pereira, para exercer a função de bombeiro.

Uma série de nomeações foram realizadas logo no início do ano no âmbito da administração pública. Por exemplo, a Portaria nº 18 tornou obrigatória a assinatura do livro de pontos. O seu chefe de governo Osman passou a cuidar do abastecimento de água dada a emergência dessa função, conforme Portaria nº 12/57. Ainda nesse ano, o serviço de luz da cidade apresentou problemas sérios e o prefeito nomeou Gilson Bastos para esse setor. Lacione Silveiras também atuou nessa atividade.

No mês seguinte, foi licenciado o tesoureiro Paraguassu Henrique Bastos e designada em seu lugar a sua irmã Dora Arnizaut Silveiras. Paraguassu teve sua nomeação suspensa de modo preventivo por 30 dias em junho de 1955, por motivos não revelados. Os valores arrecadados pelo município foram depositados no Banco do Brasil. A administração de Roberto Arnizaut Silveiras realizou o Levantamento da Planta Cadastral da Cidade, por meio de lei que passou a vigorar em 11 de agosto de 1955, definindo ainda que essa seria uma tarefa da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

O Hospital-Maternidade foi construído, mas só passou a funcionar em dezembro de 1957. Conforme informações do setor administrativo do hospital, havia muita demanda, mas o estabelecimento realizava poucos atendimentos devido à ausência de recursos, pois era um hospital filantrópico. Já um outro hospital existente na cidade, o Hospital Roberto Arnizaut Silveiras, cujo nome faz homenagem ao farmacêutico Roberto Arnizaut Silveiras, só começou a funcionar em 1987.

Ao término de seu primeiro mandato como prefeito da cidade, Roberto Arnizaut Silveiras fez um relatório das ações de seu governo e o encaminhou para a câmara de vereadores, destinando-o para o excelentíssimo senhor Jorge Duarte

de Azevedo, juiz de direito eleitoral e o excelentíssimo senhor prefeito recém-eleito. Em seu relatório, o prefeito deixa claro que existem circunstâncias criadas pelas divergências que concorrem para dificultar os planos e os feitos de quem tem como objetivo administrar a cidade; muitas vezes, é no meio dos que se dizem companheiros e amigos que deparamos com as maiores dificuldades.

Quanto ao serviço de luz, com a ajuda do governo do estado, foi possível adquirir cinco transformadores com capacidade bem maior dos que serviam a cidade anteriormente. Também foram adquiridos postes e regular quantidade de materiais necessários para reforma e melhorias da rede elétrica, cujo serviço já se encontrava em andamento. Nessa época, os motores de energia elétrica sugavam bastante recurso dos pecúlios adquiridos pela prefeitura, pois os seus motores necessitavam de constante manutenção, principalmente com combustível e lubrificantes. Durante o governo de Roberto Arnizaut Silveiras, também foi possível realizar a reforma total da instalação elétrica da praça São Benedito. A energia elétrica funcionava apenas seis horas por dia.

Quanto ao abastecimento de água, parte da rede de encanamento foi substituída e outra ampliada. Foi liquidado o pagamento do poço semiartesiano que poderia auxiliar na manutenção da represa, conforme articulação dada pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), pelo qual o governo municipal já havia entrado em contato com grandes médicos sanitaristas como Doutor Marcos e Doutor Bolivar de Abreu. Segundo o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, em pesquisa realizada em novembro de 2021, Bolívar de Abreu nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, no dia 4 de novembro de 1916. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro e especializou-se em saúde pública em São Paulo.

Seu primeiro emprego foi de Inspetor Federal de Ensino. Fez parte da primeira turma de médicos sanitaristas do Espírito Santo.

Atou como secretário de Estado durante o governo de Carlos Lindenberg para consultas e avaliações. O governo do estado também doou para a cidade uma bomba de 90 kva. para a melhoria dos serviços de abastecimento de água. O serviço de água era acompanhado pelo Serviço Especial de Saúde Pública, entretanto o prefeito afirmou que a estrutura dos motores ainda era inadequada para a necessidade de abastecimento de água da cidade.

No campo da estruturação dos espaços urbanos, foram desapropriados vários prédios para que ocorresse o alargamento da rua Doutor Arlindo Sodré e Coronel Cunha Júnior. Nesse ponto, o prefeito citou que, para o processo de desapropriação, ocorreram bons encaminhamentos junto aos proprietários dos prédios, numa boa relação com a prefeitura. Também foi entregue um jardim de infância e os terrenos anexos à Igreja São Benedito foram doados para as obras de assistência social junto às obras combonianas. Ao referenciar a igreja, o prefeito também descreveu que auxílios pecuniários estavam sendo realizados para a Diocese de São Mateus, recém-criada.

Quanto aos cemitérios da cidade, Roberto Arnizaut Silveiras também descreveu que o cemitério do centro da cidade foi reconstruído e ampliado com todo o carinho secular, para que os restos mortais descansassem em paz. Já sobre o necrotério, é no governo de Roberto Arnizaut Silveiras que a cidade passou a ter um, como também uma casa para acolher os corpos daqueles que não residiam na sede, onde construiu-se também uma capela. Quanto aos cemitérios do interior, o governo municipal adquiriu portões de ferro em todos os distritos, a

saber, Santa Leocádia, Santo Antônio, Nestor Gomes, Jaguaré, Nativo de Barra Nova e Nova-Verona.

Em seu governo, a cidade de São Mateus passou a ter uma planta cadastral e um projeto de urbanização, realizado pelo engenheiro Doutor Ruige Haga. O prefeito destacou que foi colocado no Campo de Aviação da cidade um pequeno monumento em homenagem a Santos Dumont. Destacou também apoio à Sociedade Musical Lira Mateense. Inclusive aos seus músicos o prefeito destinava abono natalino. Em seu governo, foi destinada verba suficiente para a aquisição de instrumentos.

O governo direcionou verbas para que o Colégio Estadual e a Escola Normal de São Mateus, bem como o Grupo Escolar Amâncio Pereira, recebessem verba para o Dia da Cidade, para os desfiles e as formaturas de seus alunos. Ainda na educação, durante o governo municipal de Roberto Arnizaut Silves, foi construído um prédio numa das mais antigas localidades do município, a região de Santa Leocádia. No distrito de Boa Esperança, Nestor Gomes e Nativo de Barra Nova, também foram construídos prédios com duas salas de aula e área coberta. Destaca-se que, nesse período, os investimentos e gastos da educação e saúde pública estavam na Lei Orçamentária, descritos na mesma rubrica, ou seja, educação e saúde pública eram ações conjuntas.

O prefeito citou que, em seus investimentos, adquiriu um trator Fiat para a cidade e que estava à espera de uma máquina que viria de uma agência de São Paulo, mas que não havia chegado, estando preocupado com o motivo. No Rio São Mateus e na Cachoeira do Cravo, foram feitos pilares de pedra cimento, resolvendo as questões de locomoção da população da região em período das cheias do rio. O mesmo problema foi solucionado no ribeirão, estrada Absônia.

Ainda foram feitos vãos nos córregos São João, Córrego do Lagarto, Córrego das Moças e um aterro no Ângelos Anastacio no km 35.

Foi possível constatar que, no ano de 1955, a prefeitura encerrou o ano com saldo positivo de CR\$533.056,20 e, no ano de 1956, com CR\$1.617.491,60; em 1957, CR\$ 1.096.545,70; já em 1958, o saldo positivo foi de CR\$ 342.006,7 . Esses dados foram enviados à Câmara de Vereadores no ano de 1958, em forma de projetos de lei, a saber, a Lei nº 427, de 5 de janeiro de 1956, com as dotações orçamentárias da Lei nº 426; também as Leis nº 433 e nº 434, a que tivemos acesso para encontrar os detalhamentos de ações da administração pública e valores. Portarias e Leis também enviadas nos anos de 1955 e 1957.

As Portarias nº 8/1957 e nº13/1957 definiram algumas determinações no campo da higiene e fiscalização da época: a primeira determinou que os manchantes, na época os negociantes de gado para os açougues, e boiadeiros cumprissem as regras municipais instituídas na Portaria nº 11/57, bem como que esses profissionais estivessem devidamente registrados; a segunda estabeleceu as regras de limpeza nos quintais e terrenos, a aferição de pesos nas balanças, a proibição de que os gêneros alimentícios fossem enrolados em papel de jornal ou de qualquer revista. Tornou-se também regra no município que todas as pessoas que tinham contato direto com carnes e produtos derivados, bem como as que cortavam e distribuía carne ao público apresentassem atestado de saúde, fornecido pelo serviço público de saúde municipal, sem o qual não poderiam exercer a função.

Em 1960, o governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg definiu, segundo o Sistema Estadual de Leprosia, que havia 58 pessoas doentes em São Mateus, enquanto o Sistema Nacional registrou 64 pessoas, demonstrando

inconsistência nos dados. No referido ano, o número de leprosos em São Mateus era maior que Vila Velha, Conceição da Barra, Nova Venécia, Aracruz, Mucurici, Ecoporanga, Fundão, Mantenópolis e Calçado. Logo, o município de São Mateus possuía uma imensa incidência de doenças, mas uma assistência à saúde que não atendia efetivamente a suas demandas. Muitas doenças estavam presentes nesse contexto: tifo, varíola, febre amarela, tuberculose e doenças venéreas.

Figura 20: Ata da sessão 401, 29 de janeiro de 1963.

Previdência, empregadora e o Hospital local. Foram concedidos auxílios a idosos, as comemorações e homenagens prestadas ao primeiro Bispo desta Diocese, S. Exa. Reverendíssimo Dom José Dalvit ao Grupo Escolar Humano Pereira, ao Ginásio e Escola Normal Benjamin Libel de Almeida ao Hero Club, as Igrejas Católicas e a Batista, auxílio para a inauguração do Seminário Diocesano Dom João Vinte e três, e para construção de banheiros e lavanderias públicas nos povoados de Jaguari e Itaminhas e para o serviço de qualificação de eleitores deste Município. No setor da assistência social aprovamos auxílio concedendo transporte e medicamentos a indigentes e a doentes pobres. Autorizamos despesas no incremento à produção, com distribuição de sementes aos lavradores e combate à zanza e com vacinas para o combate à cobra das galinhas. Criamos as escolas Municipais instituímos a merenda escolar e criamos o cargo de Economista Social. Criamos os cargos de condutor de obras, escriturário-protocolista, bombeiro-Indiabio fiscal de ruelas e outros. Criamos os serviços de Diretoria de Administração, Diretoria de Fazenda e Diretoria de Agricultura, Terras, Viacão e Obras Públicas, da Prefeitura Municipal. Autorizamos o Prefeito Municipal a executar obra de ampliação da Praça Municipal, construção e conservação de diversas estradas e pontes, inclusive a que denomina no Balneario Guari, e a ponte sobre o rio Maricá. Elaboramos um novo Código Tributário, criamos o imposto de transmissão de propriedade imobiliária Inter vivos; autorizamos o Poder Executivo a entregar a Excelso a obra

Fonte: Fotografia produzida pela autora no Museu da Farmácia Silvares.

Para uma reunião de prefeitos convocada pelo governador Francisco Lacerda de Aguiar, Roberto Arnizaut Silveiras, em seu segundo mandato, elaborou uma carta de reivindicações a ser apresentada na referida reunião, que ocorreu em 10 de março de 1963. Quanto à energia elétrica, o relatório descreve que a sede da prefeitura foi encontrada praticamente às escuras., pois os geradores estavam em péssimas condições, causando descontentamento aos habitantes da cidade. Outra caracterização que Roberto Arnizaut Silveiras apresentou da cidade foi sobre o abastecimento de água evidenciando que São Mateus estava quase desprovida desse bem tão precioso, tendo apenas um manancial para abastecimento, com apenas uma bomba à margem do Rio São Mateus. Essa bomba também estava quebrada, portanto a cidade não estava dentro das normas de higiene para o abastecimento.

Roberto Silveiras também explicita em seu relatório que a cidade precisava estar com boas condições sanitárias e, para isso, os problemas de energia elétrica, água e esgotos precisavam ser solucionados com a máxima urgência, citando ainda que era preciso instalar “carneiro hidráulico” em alguns distritos. No campo do saneamento, foi realizada a drenagem da parte baixa do Vale do Rio São Mateus evitando a estagnação das águas e diminuição do foco dos mosquitos. O prefeito cita o mau estado de conservação do grupo Escolar Amâncio Pereira e a necessidade emergente de construir um novo prédio. Destaca-se aqui que, conforme relatado ainda durante o governo de Roberto Arnizaut Silveiras, funcionava uma escola de iniciação agrícola aos jovens filhos dos agricultores, com fortes tendências de valorização das artes, mas em especial dos ensinamentos agrícolas.

Citamos também a questão do armazenamento e da comercialização de produtos sob a ótica de Roberto, pois, para ele, quanto ao Armazém de Silos, desnecessário se tornava encarecer as vantagens do já consagrado plano adotado pelo Plano do Governo Carvalho Pinto em São Paulo, que construiu uma vasta rede de armazéns destinados ao ensilamento de produtos agrícolas naquela unidade da federação, garantindo permanente armazenamento capaz de abastecimento constante das populações. Essa afirmativa demonstra que o prefeito estava atento a outros modelos econômicos e se posicionava sobre eles. O Plano do Governo Carvalho Pinto em São Paulo buscava conciliar o desenvolvimento industrial com o setor agrícola do interior, como instrumento de humanização social e desenvolvimento (SÃO PAULO, [s.d.]). No entanto, para Roberto Arnizaut Silvaes, a estrutura econômica de São Mateus não geraria o fluxo econômico esperado.

Quanto à estrutura hospitalar, é possível inferir que Roberto Silvaes sinalizava ao governo estadual a necessidade de construção de um hospital regional, pois teria grande alcance para atendimento. Poderiam ser contemplados associados dos institutos e de grande parte da população menos favorecida. Era preciso criar uma intensificação dos atendimentos de saúde, entrosados aos diversos departamentos sustentados de modo colaborativo entre o município, o estado e o governo federal. Descrevia também a necessidade de vacinação preventiva e serviço médico e dentário. No campo da saúde pública da população e sua assistência, buscava a instalação de parques infantis para recreio e amparo aos menores abandonados, além de associações para prestar ajuda e amparo à velhice.

No campo da assistência à saúde, o prefeito Roberto Arnizaut Silveiras declara ainda a necessidade de haver na cidade a instalação de um autosserviço de abastecimento de gêneros de primeiros socorros em colaboração com o serviço de atenção primária à saúde. Na ótica do prefeito, se inseria no campo da assistência uma feira para que os gêneros agrícolas pudessem ser escoados com incentivos fiscais, ou seja, vendidos uma vez por semana sem pagar impostos. Laticínios e escolas rurais precisavam ser construídos

A caracterização das ações da administração pública também contempla os prédios públicos, com a reflexão de que a Escola Técnica de Comércio Professor João Pinto Bandeira precisava ser iniciada urgentemente, além de um prédio para abrigar o juiz e o promotor de justiça. O prefeito cita ainda que recebeu da Companhia Vale do Rio Doce doação de uma ponte metálica a ser colocada sobre o rio Mariricu. Toda essa caracterização governamental municipal foi feita a partir da perspectiva de Roberto Arnizaut Silveiras em seu segundo mandato. O prefeito encerrou seu relato dizendo que a cidade de São Mateus é “[...] tão esquecida dos governos, mas que representa uma semente que germina no solo fecundo graças ao trabalho de seus filhos” (SÃO MATEUS, 1963).

É possível inferir, mediante posicionamento político do prefeito, uma autonomia em expressar a necessidade da municipalidade em receber recursos e investimentos do governo estadual em vários segmentos — saúde, educação, infraestrutura —, ficando explícita a atitude de autoridade de Roberto, ao proferir as cobranças das demandas da cidade de São Mateus. Em seu segundo mandato, é possível destacar que, ainda no campo da assistência à saúde, foi compreendida na época além das estruturas médicas, como os cuidados com os espaços urbanos e abastecimento de água, além de limpeza dos espaços

públicos e regularização de matanças de animais para a comercialização de carnes para a população da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma forma comum de estudar a história de um período ou lugar é acompanhar a trajetória de um indivíduo que viveu nesse contexto. Porém, hoje em dia, essa abordagem não se limita a uma biografia isolada, mas busca compreender o indivíduo como parte de um conjunto de experiências, movimentos e decisões, levando em conta as conexões, situações e espaços sociais que ele e seu grupo social compartilharam. Assim, a narrativa passou de uma análise individual para uma investigação das relações que se estabeleceram entre o indivíduo e a sociedade a que ele pertenceu.

Nesse aspecto, elegemos como objeto de estudo a trajetória do farmacêutico e político Roberto Arnizaut Silves, na cidade de São Mateus, Espírito Santo. Para tanto, analisamos a primeira República no Brasil apontando o processo de Independência e o processo de constituição das oligarquias que exerceram poder ao longo dos primeiros anos do século XX. Nesse aspecto, discorreremos sobre a transição para o Governo Provisório avaliando os diferentes grupos formados a partir do Golpe de 1930 e suas articulações durante os 15 anos de governo varguista.

Por conseguinte, analisamos as ações do governo Vargas em relação as políticas públicas como saúde e educação. No mais, nos debruçamos sobre o tema no contexto federal e como essas ações foram postas em movimento no Espírito Santo. Para isso, dedicamos nossa atenção para o contexto espírito-santense durante o governo de João Punaro Bley que ocupou o cargo ora de

interventor, ora de governador do estado tendo atuado por quase todo o período de presidência de Getúlio. Tendo em vista nosso recorte espacial, buscamos compreender a formação de São Mateus, assim como aspectos importantes de sua ocupação e questões econômicas no fim do século XIX que se tornaram as bases da região após a Proclamação da República. Tal contexto é importante pra compreendermos o estabelecimento da família Silvares na cidade de São Mateus, assim como, sua relação com a questão pública da região. Segundo no acervo documental, a família já possuía algum prestígio no Oitocentos além de possuir alguma propriedade já que possuíam alguns escravos.

Américo Silvares, pai de Roberto Silvares, trabalhou com seu tio e padrinho, Sebastião José Barbosa, que possuía uma botica em São Mateus, onde Américo teve seus primeiros contatos com o campo da saúde. Com o intuito de se aprofundar no ofício, ele foi para Vitória onde pode trabalhar na Farmácia Aguirre, assim como, chegou a atuar como diretor da farmácia na Santa Casa de Misericórdia. Américo se associou ao médico João dos Santos Neves e fundaram a Farmácia Silvares que era o segundo estabelecimento da região. Para mais, Américo atuou também como político assumindo como presidente do governo municipal em 1904 e, posteriormente, de 1907 a 1910. O farmacêutico ainda ocupou vários outros cargos como Delegado de Ensino de Polícia e Delegado de Higiene em São Mateus.

Nesse contexto, Américo Silvares casou-se com Rita Arzinaut que deu à luz a Roberto Arzinaut Silvares. Roberto seguiu o caminho de seu pai se tornando farmacêutico prático trabalhando no estabelecimento da família até abrir seu próprio estabelecimento, a Farmácia Roberto Arzinaut Silvares. Devemos

ressaltar que as farmácias também atuavam como consultório médico atendendo em caso de primeiros socorros, pequenas cirurgias e até amputações. O próprio Roberto Além disso, Roberto fazia partos, cirurgias simples e exames. Além disso, Roberto era referenciado por sua generosidade e competência nas atividades médicas e farmacêuticas, que exercia de forma integrada, atendendo pessoas carentes, sem cobrar pela consulta, apenas pelo medicamento. E mesmo assim, ele facilitava o pagamento, parcelando ou isentando quem não tinha condições.

Frente a isso, percebemos que os donos desses estabelecimentos acumulavam bastante capital simbólico frente a necessidade da população, somando-se a isso, o fato da região não possuir hospitais em vários momentos nesse período. Segundo Bourdieu, no campo, os jogos de disputa são constantes, de modo que todos os participantes pleiteiam, um dia, estar no lado dos que exercem suas influências e seus mandos. Neste jogo, a moeda de troca, o capital simbólico, é aquele construído por gerações anteriores, ao longo da história, e que ganha espaço enquanto estratégias dominadas pelos agentes que detêm o controle do campo. Assim, deter poder sobre o simbólico, sobre o poder de atribuir, fazer, permanecer ou modificar o sentido do simbólico é o que torna um grupo dominante sobre os demais. A isso, dá-se o nome de poder simbólico.

Esse capital simbólico conferiu a Roberto influência suficiente para obter sucesso no campo político. Assim, se tornou presidente efetivo do Diretório Municipal Distrital do Partido Social Democrático, fundado em 1945 por ex-interventores do Regime de Vargas. Eleito deputado Estadual pelo PSD, ele atuou na Assembleia Legislativa entre 1947 e 1950. No mais, foi o principal articulador da

campanha de Jânio Quadros no norte capixaba. Em 1945, Roberto se tornou membro da União Democrática Nacional, um partido que se opunha fortemente às políticas de Vargas. Pela mesma legenda, ele foi eleito prefeito de São Mateus por dois mandatos, de 1955 a 1959 e de 1963 a 1967, e também vereador entre 1959 e 1963. Como político, atuou com posições higienistas advindos da capital do estado, focou nas despesas com merenda para as crianças procurando sanar as questões de deficiências nutritivas, investiu em serviço de água como poço artesiano para distribuição na cidade, assim como, na limpeza de espaços urbanos e manutenção frequente da Santa Casa.

Como vimos, o campo científico revela não ser um campo neutro e isento de interesses políticos e conflitos em diferentes níveis. O discurso científico é também um instrumento de validação e consolidação de poder. Essa dinâmica não se limita à trajetória individual, mas pode persistir e influenciar mesmo depois de sua morte. Como foi o caso de Roberto que acumulou em si o capital acumulado por seu pai ao passo em que fez manutenção desse poder simbólico para se alçar a outras esferas. Logo, ao ser chamado de pai dos pobres, o farmacêutico Roberto Silvaes herda também o que a maior parte da juventude de sua época não conseguiu herdar, o privilégio de fazer parte de uma minoria que em decorrência das condições financeiras da família, consegue chegar até a universidade e desenvolver o seu ofício. Aos farmacêuticos da época, em tempos difíceis no campo da saúde pública, foi delegado o papel de bons cidadãos, pois curavam a população em seus atendimentos e assim a cura, trouxe representação política.

Este trabalho é apenas um recorte da vasta e multifacetada atuação de Roberto em diversas áreas. Agradecemos aos acervos que preservaram as fontes que nos permitiram reconstruir parte de sua trajetória, bem como aos estudos que nos orientaram na busca de preencher as lacunas inevitáveis da pesquisa histórica. Desejamos que esta modesta contribuição se junte aos esforços de outros pesquisadores e ajude a iluminar o papel de Roberto Silvaes na história.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Arquivo Gustavo Capanema (FGV/CPDOC)

GC.34.06.2. F Pasta VI.

GC.34.06.21.

GC 35.02.19.

GC 36.05.26.

Arquivo Nacional

AN/CA, fls. 186-186v.

Arquivo Público do Estado da Bahia

APEB. Governo da Província, série Saúde (1860-1886), maço 5.348.

APEB. Governo Provincial, série Saúde – Farmácia (1878-1889), maço 5.358.

Decretos Federais

BRASIL, Decreto n.º 6.627, de 1935. Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, março de 1935.

BRASIL, Decreto no 1.366, de 26 de junho de 1931. Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, 26 de junho de 1931.

BRASIL, Decreto nº 19.606, de 19 de janeiro de 1931. Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, 19 de março de 1931.

BRASIL, Decreto no 6.788, de 30 de janeiro de 1941. Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1941.

BRASIL, Decreto nº 983, de 31 de março de 1931. Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, 19 de março de 1931.

Decretos Estaduais

ESPÍRITO SANTO, Decreto 1.306, junho de 1931. Vitória, 1932.

ESPÍRITO SANTO, Decreto 1302, de junho 1931. Vitória, 12 de junho de 1931.

ESPÍRITO SANTO, Decreto 3.660, de 27 de abril de 1933. Vitória, 1933.

ESPÍRITO SANTO, Decreto 4.167, de 1935. Vitória, 1935.

ESPÍRITO SANTO, Decreto no 1.366, de 26 de junho de 1931, Vitória, 1931.

ESPÍRITO SANTO. **Interventor federal, 1930-1943 (João Punaro Bley).**

Discurso: dez anos de governo. Vitória: Imprensa Oficial, 1942.

ESPÍRITO SANTO. **Interventor federal, 1943-1945 (Jones Santos Neves).**

Discursos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

SÃO PAULO. Governador (1959-1963: Carvalho Pinto). **Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do**

Estado de São Paulo em 14 de março de 1961. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, [s.d.].

Documentos Oficiais da cidade de São Mateus

1º Cartório de São Mateus, Cx 98, 1881.

Ata da sessão 401, 29 de janeiro de 1963.

Livro de Atas da Câmara Municipal de São Mateus (1842–1848).

Processos de Terras da região de São Mateus - Décadas de 1860, 1870 e 1880, Fundo Agricultura, Arquivo Público do Espírito Santo.

Registros Paroquiais de Terras da Freguesia de São Mateus - Livro 73 e Livro 90, Fundo Agricultura, Arquivo Público do Espírito Santo.

SÃO MATEUS. **Edital nº 30/64.** Inclui orçamento para construção dos cemitérios. São Mateus, 1964.

SÃO MATEUS. **Edital nº 329/64** da Lei nº 686/64. Da promoção a demarcação da linha divisória entre os municípios. São Mateus, 1964.

SÃO MATEUS. **Edital nº 34/64 da Lei nº 686/64.** Dos serviços de água. São Mateus, 1964.

SÃO MATEUS. **Ofício nº 11 de agosto de 1955.** Criação de lei que autoriza organizar o arquivo da Prefeitura Municipal. São Mateus, 1955.

SÃO MATEUS. **Ofício nº 30/55.** Documento de declaração de posse de cargo de prefeito enviado ao Tribunal de Justiça. São Mateus, 1955.

SÃO MATEUS. **Portaria nº 1/55**. Designa funcionário para substituir tesoureiro. São Mateus, 1955.

SÃO MATEUS. **Portaria nº 11/57**. Estabelece condições para exame médico para os que fazem distribuição de carnes. São Mateus, 1957.

SÃO MATEUS. **Portaria nº 13/57**. Determina a limpeza de quintais e terrenos urbanos e aferição de balanças comerciais devendo as carnes ficarem à vista do comprador expressamente proibido vender alimentos Enrolados em papel de jornal e revista. São Mateus, 1957.

SÃO MATEUS. **Portaria nº 17/57**. Estabelece o horário para o expediente da prefeitura. São Mateus, 1957.

SÃO MATEUS. **Portaria nº 18/57**. Torna obrigatória a assinatura do livro de ponto. São Mateus, 1957.

SÃO MATEUS. **Portaria nº 19/57**. Designa assistência técnica para o serviço de luz. São Mateus, 1957.

SÃO MATEUS. **Portaria nº 21/57**. Determina a fixação e cobrança de dívida. São Mateus, 1957.

SÃO MATEUS. **Portaria nº 24/55**. Autoriza e determina o lançamento de impostos sobre indústria, profissão e comércio. São Mateus, 1955.

SÃO MATEUS. **Portaria nº 25/55**. Modifica sistema de cobrança de taxa de expediente. São Mateus, 1955.

SÃO MATEUS. **Portaria nº 26/55**. Prorroga prazo para conclusão de inquérito. São Mateus, 1955.

SÃO MATEUS. **Portaria nº 61/55**. Determina observações mais rigorosas a fiscalização de quem faz o serviço Nacional de malária. São Mateus, 1955.

SÃO MATEUS. **Portaria nº 8/57**. Determina a prazo e dá outras providências para registro de comércios e açougueiros. São Mateus, 1957.

SÃO MATEUS. Prefeito (1955-1959: Silvares). **Mensagem de governo ao presidente da Câmara de ilustres vereadores enviada em 1958 pelo prefeito Roberto Arnizaut Silvares**. São Mateus, 1958.

SÃO MATEUS. **Projeto de lei de 11 de agosto de 1955**. Autoriza levantamento de planta cadastral da cidade. São Mateus, 1955.

SÃO MATEUS. **Projeto, de 10 de outubro de 1955**. Autoriza a realização de obras e auxílio para a execução no ano de 1956. São Mateus, 1955.

SÃO MATEUS. **Reivindicações apresentadas pelo senhor Roberto Arnizaut Silvares prefeito de São Mateus na reunião de prefeitos em 10 do 3 de 1963 convocada pelo Excelentíssimo Senhor Governador Francisco Lacerda de Aguiar 8 de março de 1963**. São Mateus, 1963.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Igreja Matriz de São Mateus. Disponível em: <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=438898> >. Acesso em 22 set. 2023.

Ladeira de São Benedito, São Mateus – ES. Disponível em: <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=438926> >. Acesso em: 29 jul. 2023.

Jornais e Revistas

Ceará Médico, Ceará, abr. 1931

Diário da Manhã, 2 de fevereiro de 1934

Diário da Manhã, 14 de abril de 1937

Discurso de Capanema ao dar posse ao Dr. João de Barros Barreto na direção do DNS, Jornal do Comércio, 04 fev. 1937.

Falla do Presidente da Província do Espírito Santo, João Lopes da Silva Coito, 28/08/1842.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 22 mai.1877.

Gazeta da Pharmácia, Rio de Janeiro, jun. 1952.

Gazeta da Pharmácia, Rio de Janeiro, jul. 1932.

Gazeta da Pharmácia, Rio de Janeiro, set. 1954.

Gazeta da Pharmácia, Rio de Janeiro, ago. 1937.

Revista Chanaan. **Governo do Espírito Santo**: Mensagem. Vitória, n.7, a. I, julho, 1936.

Projeto Cricaré

Farmácia Roberto Silves. Projeto Cricaré. Disponível em: < <https://projetocricare.blogspot.com/2018/01/nascido-em-sao-mateus-espírito-santo-em.html> >. Acesso em: 29 jul. 2023.

Relatórios

RELATÓRIO do Presidente da Província Carlos de Cerqueira Pinto, de 23/05/1867.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo José Fernandes da Costa Pereira, 25/05/1862.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, de 25/05/1866.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo, Antonio Pereira Pinto, 30 nov. 1848.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo, José Fernandes da Costa Pereira Jr., de 23/05/1861.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo, Luís Pedreira do Coutto Ferraz, 01 mar. 1848.

RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco Andrade Almeida Monjardim, 01 ago. 1848.

Bibliografia:

AGUIAR, Maria do Amparo A. **Terras de Goiás: Estrutura Fundiária – 1850/1920**. Tese de Doutorado (História)- Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e História da Universidade do Estado de São Paulo, mimeo, São Paulo, 1998.

AMADO, Gilberto. **Depois da política**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.

ANDRADE, Oswald de. **Marco zero: A revolução melancólica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Aparideira. In: **Michaelis**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em < <https://michaelis.uol.com.br/palavra/qAkM/aparadeira/> >. Acesso em: 23 ago. 2023.

AVELAR, Alexandre de Sá. **A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões**. Dimensões. Vitória, vol. 24, p. 157-172, 2010.

BARROS BARRETO, J. de. A organização da saúde pública. **Arquivos de Higiene**, MES/DNS, v. 12, n. 2, p. 169-215, 1942.

BARROS, Luiz Arthur Azevedo. **Colônia de Itanhenga: a luta contra a lepra no Espírito Santo (1934 -1945)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos**. São Paulo: Alfa Omega, 1978.

BENCHIMOL, J. (Coord.). **Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

BENSA, Alban. Da microhistória a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BESOUCHET, Lídia. Pedro II e o século XIX. 2. ed revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOMENY, H. **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV/USF, 2001.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

CAMPOS Jr., Carlos Teixeira. **A construção da cidade**: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Ed. Florecultura, 2002.

CAMPOS, A. L. V. Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública. In: GOMES, A. C. (Org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV/USF, 2000. p. 195-220.

CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932**: a causa paulista. Brasiliense, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. In. _____. **Pontos e bordados**: Escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO SANTOS, L. A. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados**, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.

CERUTTI, Simone. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CUNHA, M. W. V. da. **O sistema administrativo brasileiro**. Rio de Janeiro: CBPE, 1963.

D'ARAÚJO, M. C. (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Eduerj/FGV, 1999.

Decreto-Lei Nº 12.143, de setembro de 1940

DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1977.

FARIA, L. R. de; CASTRO SANTOS, L. A. **A reforma sanitária no Brasil**: ecos da Primeira República. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: História e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**: 1890-1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar**: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura. 2002.

FONSECA, C. M. O. Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração de sanitaristas (1930-1970). **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 393-411, 2000.

FRANCO, O. **História da febre amarela no Brasil**. Rio de Janeiro: MS/DNER, 1969.

FRANCO, Sebastião Pimentel; RIOS, Maria Zilma. A tuberculose no Espírito Santo e as ações do Estado no combate à doença. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo; MACIEL Ethel Leonor Noia (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 163-182. v. 4.

_____. O terrívelíssimo mal do Oriente [recurso eletrônico] : o cólera na província do Espírito Santo (1855-1856) / Sebastião Pimentel Franco. - Dados eletrônicos. - Vitória : EDUFES, 2015.

GADELHA, P. E.; PACKARD, R. **A land filled with mosquitos**: Fred L. Soper, The Rockefeller Foundation, and The Anopheles Gambiae invasion of Brazil. *Parassitologia*, v. 36, p. 197-213, 1994.

GAMA e SILVA, J. S.; MARQUES, L. **Evolução do Ministério da Educação e Saúde**. Rio de Janeiro: Divisão de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Administração, Fundação Getúlio Vargas, [s.d.].

GAMA, Lélia Vidal Gomes da. **Elvira Komel**: Uma estrela riscou o céu (Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1987.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Mecanismos de formação da propriedade cacaueteira no eixo Itabuna/Ilhéus – 1890-1930**. (Dissertação de Mestrado) UFBA. Salvador. 1977.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV/USF, 2000.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova 'Velha' República: Um pouco de história e historiografia. **Tempo**, Niterói: UFF, v. 13, n. 26, jan. 2009.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**: O Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1981, tomo III, v. 3: Sociedade e política — 1930-1964.

GOMES, Ângela Maria de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; TEIXEIRA, Maria Tereza Lopes. **Regionalismo e centralização política**: Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento** - as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Anpocs/Hucitec, 1998.

HOCHMAN, Gilberto. A saúde pública em tempos de Capanema: inovações e continuidades. In: BOMENY, H. (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro/Bragança Paulista: FGV/Edusf, 2001. p. 127-151.

HOCHMAN, Gilberto. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 173-193.

HOCHMAN, Gilberto. Os cardeais da previdência social: gênese e consolidação de uma elite burocrática. **Dados**, v. 35, n. 3, p. 371-401, 1992.

HOCHMAN, Gilberto. Saúde pública ou os males do Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Agenda brasileira**: Temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras 2011.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, C. M. O. A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In: GOMES, A. C. (org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV/USF, 2000. p. 173-193.

HORTA, J. S. B. A I Conferência Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores. In: GOMES, A. C. (org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV/USF, 2000. p. 143-172.

JOFFILY, José. **Anayde Beiriz**: Paixão e morte na revolução de 30. Niterói: CBAG, 1980.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: Moderno, modernista, modernização. In. LORENZO, Helena Carvalho de. COSTA, Wilma Peres da. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

LANNA JÚNIOR, Mário Cleber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1: Da Proclamação da República à Revolução de 1930.

LEAL, F.J.P. Administrador Provincial, 1850.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Vértice; Iuperj, 1988.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas**. Editora Companhia das Letras, 2001.

LEWIN, Leda. **Política e parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOPES, Maria Aparecida de S; GUTIERREZ, Horácio. **Legislación agrária y tenencia de la tierra en el Brasil decimonónico: La ley de tierras de 1850**. Mimeo, 2007.

LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MALLOY, J. **A política de previdência social no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MARINHO, M. G. M. S. **Norte Americanos no Brasil**: um estudo sobre a Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo. Campinas: Editores Associados/USF, 2001.

MARTINS, Franklin. **Quem foi que inventou o Brasil?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: História do exército brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEIRELLES, Domingos. **1930**: Os órfãos da Revolução. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras**: Uma história da Coluna Prestes. Rio de Janeiro: Record, 1995.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Quatro vezes cidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 1994.

MENDONÇA, Carlos Vinícius. **O êxtase autoritário**: a política educacional de segurança nacional no período Vargas e sua repercussão no Espírito Santo (1930- 1940). Tese (Doutorado em História)- Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e História da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2002.

MIKI, Yuko. Fleeing into Slavery: The Insurgent Geographies of Brazilian Quilombolas (Maroons), 1880-1881. **The Americas**, Cambridge, University Press, v. 68, n. 4, pp. 495-528, abr. 2012

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Candido em 1910, 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

NARDOTO, Eliezer; LIMA, Herinea. **História de São Mateus**. EDAL, 2001.

NETO, Lira. **Getúlio**: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945), v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NETO, Lira. **Getúlio**: Dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012, v.1.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil**: Do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **Elite intelectual e debate político nos anos 30**: Uma Bibliografia comentada da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 173-193.

PANDOLI, Dulce. Os anos 1930: As incertezas do regime. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Ferreira. **O Brasil republicano**: O tempo

do nacional-estadismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo, v. 2)

PEREIRA, Lígia M. L.; FARIA, Maria Auxiliadora. **Presidente Antônio Carlos: Um Andrada da República**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-1828). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.349-375. 1998

PIMENTA, Tânia Salgado. Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855. In: Nascimento, Dilene; Carvalho, Diana (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15. 2004. p.31-51.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

RODRIGUES, B. de A.; ALVES, A. L. **Evolução institucional da saúde pública**. Brasília: Ministério da Saúde, 1977.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História geral da medicina brasileira**. São Paulo: Hucitec. 1991.

SCHMIDT, Benito. Construindo biografias historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 1, nr. 19.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, S. **Estado Novo: um auto-retrato**. Rio de Janeiro/Brasília: Campus/UNB, 1983.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B. C.; RIBEIRO, V. M. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/Edusp, 1984.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, Hélio. **A guerra paulista: O ciclo de Vargas**, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVA, Jorge. **Concessão de menção honrosa ao orador pela Prefeitura Municipal de São Mateus, Estado do Espírito Santo, pela contribuição com o processo de criação do Museu da Farmácia Silvares**. Trajetória do farmacêutico e político Roberto Arnizaut Silvares. Brasília: Departamento de Taquigrafia/Câmara dos Deputados, 5 set. 2013.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesse e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/Secretaria de Produção e Difusão Cultural, Ufes, 1995.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

SOUZA, C. P. de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, A. C. (org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV/USF, 2000. p. 221-249.

TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

VIANA JUNIOR, Fernando Santa Clara. **Rituais cortesãos e cultura alimentar: elite e cozinha de corte no período joanino (1808-1821)**. Tese (Doutorado em

História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: Uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

WAHRLICH, B. M. de S. **Reforma administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZELDIN, Theodor. História pessoal e história das emoções. **História: Questões & Debates**. Curitiba, ano 12, nr. 22/23, jun./dez, 1991.